



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RODRIGO DOMINGUES DA COSTA

**DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E SUA RELAÇÃO COM OS
ESTUDANTES DA CLASSE TRABALHADORA: BENEFICIÁRIOS DO
AUXÍLIO MORADIA E SEU USO DO ESPAÇO EM CAMPO GRANDE – MS**

TRÊS LAGOAS - MS

2023

RODRIGO DOMINGUES DA COSTA

**DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E SUA RELAÇÃO COM OS
ESTUDANTES DA CLASSE TRABALHADORA: BENEFICIÁRIOS DO
AUXÍLIO MORADIA E SEU USO DO ESPAÇO EM CAMPO GRANDE – MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Prof.^a Dra. Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol.

Três Lagoas - MS

2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

RODRIGO DOMINGUES DA COSTA

**DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E SUA RELAÇÃO COM OS
ESTUDANTES DA CLASSE TRABALHADORA: BENEFICIÁRIOS DO
AUXÍLIO MORADIA E SEU USO DO ESPAÇO EM CAMPO GRANDE – MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Prof.^a Dra. Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol.

Resultado: _____
Três Lagoas – MS, 05 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dra. Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol

Prof. Dr. Thiago Araújo Santos

Prof.^a Dra. Maria José Martinelli Silva Calixto

Dedico este trabalho a você, Tássia, que via possibilidades
quando já me faltavam forças, você nunca soltou
minha mão e nunca me deixou desistir.
E só cabe a mim dizer: eu te amo mais.

AGRADECIMENTOS

Meu coração muito se alegra por concluir mais uma etapa da minha vida, ciente de que todos os esforços têm sido válidos nesta empreitada. Foram mais de dois anos de lutas e dificuldades, momentos de alegria mesclados aos de tristeza, ansiedade e preocupação. Algumas noites dormindo bem tarde, outras manhãs acordando tão cedo, persistindo e seguindo meus objetivos em prol de uma vida melhor. Um tema que passou por mudanças, que em minha visão representam o aprimoramento graças a reflexões causadas por uma gama de pessoas e de diversas e repetidas leituras, fichamentos e muitas pesquisas que não foram só minhas, mas de todos que me acompanharam nesta jornada.

Sei que todas as minhas conquistas nesta vida não são apenas mérito pessoal, mas fruto do apoio de muitos. Pessoas que foram de suma importância para que eu ainda pudesse me permitir sonhar.

Esse ciclo tem início ao ouvir uma pessoa essencial à minha vida, me falar que eu deveria tentar a seleção para o Curso de Pós-Graduação em Geografia, e em 2021 ao falar da minha aprovação, ela me disse “eu tinha certeza”, quando nem eu tinha. Uma pessoa que me deu forças para não desistir, o processo até aqui não foi fácil. Você me ouvia a cada leitura, fichamento, ou nova ideia. Tássia, esse trabalho é tão seu quanto meu, tenha certeza. O meu muito obrigado não faz jus a tudo o que você me ajudou até aqui, a você, todo o meu amor e saiba, eu te amo mais.

Ao meu enteado e grande amigo João Pedro, a quem desenvolvi um grande carinho e amizade, que me ajuda todos os dias em meu crescimento pessoal. Cada dia partilhando a vida com você se torna um novo aprendizado sobre responsabilidade, amizade, cuidado. Mesmo que você não perceba, sou grato por tudo o que tem me proporcionado.

Agradeço à minha orientadora Prof.^a Dra. Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol em aceitar o desafio em sua orientação sobre um tema que a fez sair de sua zona de conforto em sua primeira orientação de mestrado. Sou grato pelo aprendizado construído ao longo desses anos, nesse árduo percurso de discussões e sugestões de leituras que muito me ajudaram em meu crescimento pessoal e acadêmico. Desejo sucesso nas próximas orientações.

Meus agradecimentos aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Campus de Três Lagoas por todo o ensino ofertado, em especial à Prof.^a Dra. Patrícia Helena Milani e ao Prof. Dr. Thiago Araújo Santos, este último ainda participando da minha qualificação e da defesa deste título. Ambos me possibilitaram uma maior percepção do meu próprio objeto de estudo, agradeço o tempo disponibilizado além do período das aulas.

Aos colegas que muito somaram com suas participações nas disciplinas cursadas e que em suas falas me possibilitaram momentos de reflexão.

Aos membros da banca, Prof.^a Dra. Maria José Martinelli Silva Calixto que muito contribuiu com meu processo de aprendizado através da sua análise tão detalhada sobre meu trabalho apresentado ainda na qualificação, suas contribuições foram primordiais para que este trabalho se desenvolvesse; e ao Prof. Dr. Thiago Araújo Santos, que além de ter me dado a honra de cursar uma disciplina ministrada por ele, foi fundamental em minha percepção do objeto estudado e do objetivo a ser alcançado com este trabalho, grato pelas palavras de incentivo em meu exame de qualificação quando disse saber que eu tinha potencial para atender às exigências da banca.

Meu muito obrigado ao Dr. César Cardoso Ferreira pelo tempo disponível em correções realizadas nos mapas deste trabalho e à opinião dada nos momentos finais desta produção e meu muitíssimo obrigado ao Dr. Hermiliano Felipe Decco por toda a ajuda e orientação na confecção dos mapas, a amizade de vocês me é muito cara.

A tantas outras pessoas que muito ajudaram nesta trajetória, só tenho a agradecer por estarem presentes nesta parte da minha história.

Muito obrigado.

"Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível."

Charles Chaplin

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta demonstrar como estudantes que utilizam o auxílio moradia, uma modalidade da assistência estudantil, percebem as desigualdades socioespaciais através de sua relação de uso do espaço urbano. Este trabalho visa demonstrar de que forma ocorre o processo de reprodução do espaço urbano, proporcionado aos discentes incluídos no grupo de beneficiários. Para um melhor recorte esta pesquisa, terá como objeto de análise um total de 239 estudantes, que recebem o auxílio moradia, matriculados na Cidade Universitária, em Campo Grande, no ano de 2021. O tipo de pesquisa desenvolvida neste trabalho é exploratório, apesar de ter como estratégia o uso da pesquisa bibliográfica, há a necessidade de estudar diferentes eixos e juntá-los a fim de dar sentido ao texto desenvolvido. Termos e conceitos como assistência estudantil, trabalho, políticas de assistência e desigualdade socioespacial serão abordados com fundamentação teórica através do uso fontes primárias e secundárias, tais como: artigos científicos; dissertações e teses em Programas de Pós-graduação em Educação, Serviço Social e Geografia; da mesma forma que livros; periódicos; artigos em revistas; formulários da instituição em análise, e questionário e entrevistas desenvolvidos para complementar informações da UFMS, todavia, a conexão entre as políticas de assistência estudantil e reprodução do espaço urbano por parte dos beneficiários, intensificando processos de desigualdade socioespacial não tinha sido abordada ainda de forma direta. O objetivo desta pesquisa é analisar quais porções da cidade são ocupadas por estes estudantes, e de que maneira estes indivíduos reproduzem e consomem o espaço. Levando em consideração o processo dialético de reprodução do espaço urbano, relativo não apenas ao sentido material, mas nas relações de poder projetadas territorialmente e nas práticas socioespaciais inscritas no espaço. Assim, a forma de uso desigual por parte dos estudantes assistidos pela assistência estudantil é reflexo de um sistema também desigual e que atinge, mais bruscamente, a classe trabalhadora em nosso país, fruto de relações contraditórias de reprodução do capital.

Palavras-chave: estudantes da classe trabalhadora; auxílio moradia; desigualdade socioespacial.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate how students who use housing assistance, a type of student assistance, perceive socio-spatial inequalities through their relationship with the use of urban space. This work aims to demonstrate how the process of reproduction of urban space occurs, provided to students included in the group of beneficiaries. For a better outline of this research, the object of analysis will be a total of 239 students, who receive housing assistance, enrolled at Cidade Universitária, in Campo Grande, in the year 2021. The type of research developed in this work is exploratory, despite Having the use of bibliographical research as a strategy, there is a need to study different axes and bring them together in order to give meaning to the text developed. Terms and concepts such as student assistance, work, assistance policies and socio-spatial inequality will be addressed with a theoretical basis through the use of primary and secondary sources, such as: scientific articles; dissertations and theses in Postgraduate Programs in Education, Social Work and Geography; in the same way as books; periodicals; articles in magazines; forms from the institution under analysis, and questionnaire and interviews developed to complement information from UFMS, however, the connection between student assistance policies and reproduction of urban space by beneficiaries, intensifying processes of socio-spatial inequality had not yet been directly addressed . The objective of this research is to analyze which portions of the city are occupied by these students, and how these individuals reproduce and consume space. Taking into account the dialectical process of reproduction of urban space, relating not only to the material sense, but to the territorially projected power relations and socio-spatial practices inscribed in the space. Thus, the form of unequal use by students assisted by student assistance is a reflection of an also unequal system that affects, more abruptly, the working class in our country, the result of contradictory relations of capital reproduction.

Keywords: working class students; housing assistance; socio-spatial inequality.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – IPCA acumulado no ano de 2021.....	41
FIGURA 2 – Acumulado IPCA na década 2011 – 2021.....	41
FIGURA 3 – Frente do Hospital Universitário, vista da cancela de entrada.....	69
FIGURA 4 – Bar do Escobar.....	104

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Bairros em Campo Grande ocupados pelos beneficiários em 2021.....	50
MAPA 2 – Bairros dos beneficiários que responderam ao questionário.....	65
MAPA 3 – Espaço de Socialização dos estudantes.....	67
MAPA 4 – Pontos de deslocamento Ana.....	79
MAPA 5 – Pontos de deslocamento Maria.....	80
MAPA 6 – Pontos de deslocamento Júlia.....	85
MAPA 7 – Pontos de deslocamento Paulo.....	88
MAPA 8 – Pontos de deslocamento Célia.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Gênero dos Beneficiários.....	54
GRÁFICO 2 – Regresso à cidade de origem durante a pandemia.....	56
GRÁFICO 3 – Faixa de renda dos beneficiários.....	57
GRÁFICO 4 – Situação de trabalho dos beneficiários.....	59
GRÁFICO 5 – Importância do auxílio.....	61
GRÁFICO 6 – Acúmulo de auxílios.....	62

ANEXOS

ANEXO A – Relatório do perfil acadêmico.....	116
ANEXO B – Questionário para estudantes beneficiários do auxílio moradia na Cidade Universitária – UFMS.....	130
ANEXO C – Entrevista Semiestruturada.....	133

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Modalidades, datas e valores dos benefícios da assistência estudantil.....	40
TABELA 2 – Distribuição de beneficiários por bairro.....	51 - 52

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGETIC - Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação
AGETRAN – Agência Municipal de Transporte e Trânsito
AI – Ato Institucional
AID – Agência Internacional para o Desenvolvimento
ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ASSETUR – Associação das Empresas de Transporte Coletivo Urbano
CA – Centro Acadêmico
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CADÚNICO – Cadastro Único
CEI – Centro de Educação Infantil
CEU – Casa do Estudante Universitário
CF – Constituição Federal
COUN – Conselho Universitário
COVID 19 – Coronavírus SARS – CoV-2
CPAN – Campus do Pantanal
CPTL – Campus de Três Lagoas
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
DA – Diretório Acadêmico
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DIASE – Divisão de Assistência Estudantil
EAD – Educação a Distância
ERCOGEO – Encontro Regional em Comemoração ao Dia do Geógrafo
ES – Ensino Superior
ESAN – Escola de Administração e Negócios
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
HU – Hospital Universitário
ICBCG – Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituição de Ensino Superior
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
Teixeira
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação
MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
RU – Restaurante Universitário
SEAE – Secretaria de Assistência Estudantil
SEALI – Secretaria de Alimentação
SIT – Sistema Integrado de Transportes
UBS – Unidade Básica de Saúde
UEMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
USAID – United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
METODOLOGIA.....	20
1. EDUCAÇÃO BRASILEIRA COMO FERRAMENTA DE PARTIÇÃO DE CLASSES.....	23
1.1. MOVIMENTO ESTUDANTIL E ESTUDANTES DA CLASSE TRABALHADORA.....	27
1.2. HISTÓRICO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	31
1.3. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMS.....	37
2. O PERFIL GERAL DOS ESTUDANTES NA CIDADE UNIVERSITÁRIA.....	46
2.1. O PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DA UFMS.....	49
2.2. O DIA A DIA DOS BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	70
2.2.1. PERFIS ACADÊMICOS PARECIDOS, REALIDADES DESIGUAIS.....	81
3. DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DO AUXÍLIO MORADIA.....	99
3.1. O ESTUDANTE BENEFICIÁRIO E A CIDADE DE CAMPO GRANDE.....	99
3.2. O BAR DO ESCOBAR – UMA EXTENSÃO DA UFMS.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110
ANEXOS.....	116

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe demonstrar como estudantes beneficiários da assistência estudantil, mais especificamente, estudantes assistidos pelo auxílio moradia, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, matriculados na cidade universitária, situada em Campo Grande, capital do estado, percebem as desigualdades socioespaciais através de sua relação com o uso do espaço urbano.

Estes indivíduos para concorrer a esta modalidade¹ de auxílio, precisam comprovar renda *per capita* de no máximo um salário-mínimo e meio; gastos com aluguel, pois há o pré-requisito de mudança de domicílio; e de não estar acompanhado pelo núcleo familiar. O auxílio moradia foi criado em 2017 em uma tentativa de amenizar os efeitos de uma falta de casa do estudante na UFMS.

Em diversos estudos que buscam analisar a permanência do estudante com maior vulnerabilidade socioeconômica na educação superior, as ferramentas de maior relevância apresentadas são: Casa do Estudante; Restaurante Universitário; e Biblioteca com um excelente acervo e com espaço para estudos (MACIEL, 2016).

As ações da assistência estudantil são, atualmente, subsidiadas por recurso financeiro proveniente do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e regido nesta instituição pela Resolução COUN nº124, de 31 de agosto de 2021, porém, estas ações não proporcionam que os estudantes beneficiários desfrutem de um uso satisfatório do espaço urbano.

Assim, este trabalho visa demonstrar de que forma ocorre o processo de reprodução do espaço urbano, proporcionado aos discentes incluídos no grupo de beneficiários. Macedo *et al.* (2004, pp. 15 - 16) menciona que aos que não possuem emprego há a assistência social e aos que trabalham, a previdência social. Todavia, não em um cunho pejorativo, mas a instituição (na fala dos gestores da assistência estudantil à época) entende que suas ações de assistência estudantil terão um aspecto assistencialista.

¹ Auxílios permanência, creche, e alimentação para estudantes de campus sem o restaurante universitário, são outras modalidades existentes.

Em literatura específica e crítica sobre o tema, a perspectiva assistencialista é compreendida como uma prática que envolve ações filantrópicas, caritativas, desprovidas de continuidade e, comumente, assistemáticas e individualizadas, direcionadas para aqueles que não podem prover sua própria subsistência. (Castro, 2018. pp. 17 – 18)

Entretanto, sabemos que as políticas de transferência de renda no país foram criadas com o intuito de minimizar os efeitos da pobreza (Rocha, 2019). Enquanto política de permanência, não há qualquer garantia de evitar a retenção, tampouco, a evasão do aluno na universidade, demonstrando que mesmo integradas, duas políticas sociais - o direito à moradia, previsto na Constituição Federal e o direito de ser assistido por estar inserido em uma faixa de renda que torna o estudante vulnerável financeiramente para dar continuidade aos estudos – não são, suficientes para garantir, em termos amplos, o direito à cidade e o ensino superior em sua completude.

Para um melhor recorte desta pesquisa, será levado em consideração um total de 239 estudantes, beneficiários do auxílio moradia, matriculados na Cidade Universitária, em Campo Grande, no ano de 2021.

O objetivo desta pesquisa é analisar quais porções da cidade são ocupadas por estes estudantes, e de que maneira estes indivíduos reproduzem e consomem o espaço. Levando em consideração o processo dialético de reprodução do espaço urbano, relativo não apenas ao sentido material, mas reproduzido nas relações de poder projetadas territorialmente e nas práticas socioespaciais inscritas no espaço. Nas palavras de Carlos (2015, p.31), ao mesmo tempo em que a sociedade produz sua existência, ela usa e reproduz o espaço. Assim, a forma de uso desigual por parte dos estudantes beneficiários da assistência estudantil é reflexo de um sistema também desigual e que atinge mais bruscamente a classe trabalhadora em nosso país, fruto de relações contraditórias de reprodução do capital.

Este trabalho é motivado pelos longos anos de trabalho desenvolvido na assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, ao longo de sete anos (outubro de 2014 a janeiro de 2022), que tem seu início no Campus do Pantanal - CPAN, e após quase quatro anos nesta unidade, chega o desafio de assumir a chefia da antiga Divisão de Assistência Estudantil - DIASE, atual Secretaria de Assistência Estudantil – SEAE na cidade

universitária em Campo Grande, sobretudo, pela observação de recategorizações e reconfigurações nos sistemas de auxílio, sob a constituição de novas e diferentes formas de atendimento que tem abrangido objetivos já previstos no PNAES.

Justifica-se, em parte, a escassez do aporte teórico, pelo fato de não haver trabalhos que discutam a reprodução do espaço urbano por meio de parcela da população inserida dentro da universidade, mais especificamente, os beneficiários da assistência estudantil, na figura da classe trabalhadora que busca aperfeiçoamento da sua força de trabalho, e como essas pessoas têm seu direito ao espaço urbano cerceado. Após uma pesquisa bibliométrica no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, foi possível constatar que em sua maioria, os trabalhos encontrados com essa temática discutem sobre o próprio programa de assistência estudantil, a permanência do estudante na universidade em se tratando de trabalhos de programas de pós-graduação em Educação e Serviço Social, mas sem relacionar esse indivíduo com o processo de reprodução do espaço a exemplo de Borsato (2015); Costa (2015); Durat (2015); Finatti (2007); Maciel (2016) e (2017), entre outros trabalhos utilizados nesta dissertação. Em programas na ciência geográfica, foi perceptível que poucos mencionam a classe trabalhadora relacionada ao tema desigualdade socioespacial em seus temas, relaciona-se à sociedade capitalista e as ações de fatores econômicos nesse processo, todavia, dentro do acervo utilizado como referência para a temática desigualdade socioespacial, optou-se pela aplicação de uma bibliografia de grande relevância, como Carlos (2007); Corrêa (1995); Rodrigues (2007), e Portela (2014), entretanto, não foi possível encontrar alguma pesquisa que houvesse relacionado esses dois temas: desigualdade socioespacial e estudantes universitários.

Conforme dito anteriormente, ao longo dos anos as políticas de assistência estudantil passam por diferentes mudanças, em 2014, ano de ingresso do pesquisador na instituição, os estudantes precisavam estar vinculados a projetos e entregar relatórios mensais sobre as atividades desempenhadas, em 2018, a periodicidade do relatório é semestral, até que em 2020, era apenas necessário o desempenho acadêmico, o que possibilita a

leitura de uma política assistencial, não exigindo algo além do que é objetivo de qualquer graduando, aprovação nas disciplinas em que está matriculado.

Para atingir o objetivo principal desta pesquisa, foi necessário identificar os estudantes assistidos pelos auxílios como uma parte integrante da classe trabalhadora, sendo indivíduos que precisam vender sua força de trabalho a fim de garantir seu sustento, ou, sendo filhos de trabalhadores e como essa parcela da sociedade, organizada reivindicou o direito aos auxílios, que só foram conquistados com a intervenção de órgãos administrativos (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE; e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES), e como percebem, reproduzem e consomem o espaço em que estão inseridos, considerando o limite de renda disponível por cada um (se trabalha; se disfruta de outro auxílio, se a família oferece alguma ajuda financeira, entre outras formas de complementar a renda), e de que forma a instituição (UFMS) desempenha seu papel como gestora da transferência de renda, através de processos estabelecidos na seleção dos estudantes beneficiários.

Devido à dificuldade em concentrar-se em um aporte teórico basilar de análise, este trabalho reunirá textos de legislações e ditames político-educacionais observados pela instituição UFMS, sobretudo, o auxílio moradia, representado nas ações de Assistência Estudantil, que tratem do tema em pauta, e analisar as informações coletadas junto aos estudantes através de uma abordagem quantitativa por meio de questionário do Google Forms e qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas de modo a avaliar as instâncias significativas no processo de reprodução da cidade.

Dentre 239 beneficiários, 30 estudantes responderam ao questionário, aproximadamente 12,5% dos acadêmicos assistidos por esta modalidade. Além da realização dos questionários, foram realizadas inicialmente duas entrevistas, através do Google Meet com estudantes beneficiárias, posteriormente, foi possível realizar mais três entrevistas com alunos que estão no último semestre do curso de Engenharia de Produção. O intuito das entrevistas, além de ter uma base empírica para o desenvolvimento da pesquisa, é compreender o dia a dia destes estudantes, e como o valor recebido pela assistência estudantil possibilita a sua vivência nos espaços de Campo Grande, mesmo que de forma limitada.

Concomitantemente, foi organizado um levantamento quantitativo de materiais que nos forneçam os dados acerca da Assistência Estudantil, um aprofundamento sobre políticas de transferência de renda, de forma que fosse possível associar que estas práticas assistenciais tem um cunho econômico e social capaz de amenizar as mazelas de uma sociedade historicamente desigual, tal como embasamento teórico para discutirmos a forma de reprodução do espaço, e a necessidade de um olhar atento, para que seja possível perceber que em uma sociedade capitalista, a forma de uso desse espaço é limitada, desigual e condicionada ao recurso financeiro disponível.

Assim, esta dissertação está organizada da seguinte maneira: uma breve introdução, metodologia, três capítulos e as considerações finais. A metodologia, pelo entendimento da sua importância, receberá uma seção à parte, com o intuito de oferecer maiores detalhes de como foram os caminhos percorridos ao longo da pesquisa

O primeiro capítulo abordará de forma sucinta o histórico do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, fará menção ao movimento estudantil e suas lutas enquanto categoria na luta por direitos e finalmente um histórico da assistência estudantil em escala nacional e no âmbito da UFMS.

O segundo capítulo aborda o desenho dos estudantes da instituição e traz informações obtidas através do perfil acadêmico, ferramenta utilizada pela universidade para delinear seu corpo discente. Dentro desse contorno, serão feitas considerações sobre a descrição do estudante assistido, com um mapeamento dos estudantes que responderam ao questionário, um total de 30 beneficiários, complementadas estas informações com as cinco entrevistas realizadas.

O terceiro capítulo contará com um embasamento sobre a desigualdade socioespacial e de que forma ela pode ser encarada por pessoas com menor poder aquisitivo, como ocorrem suas relações com o meio e como percebem o espaço utilizado; e uma conclusão sobre o processo de percepção da desigualdade socioespacial que é sofrida pela parcela pobre da sociedade capitalista na qual estamos inseridos.

METODOLOGIA

Sobre a metodologia Crivelaro e Mito (2011, p.30) nos diz:

Esta parte do projeto, também chamada Material e Métodos, é da maior importância, pois, se não traçarmos um caminho para a aplicação de nossa pesquisa, tudo o que fizemos ficará no papel, pois não saberemos como começar a colocar em prática tudo o que pretendemos no projeto e, neste caso nunca será respondido, nossas hipóteses continuarão hipóteses e nossos objetivos jamais serão alcançados.

Entende-se desta forma a necessidade de atribuir maior riqueza a esta parte tão essencial na pesquisa, que a Metodologia ganha uma seção a parte, separada da introdução, diferente do que como costumamos encontrar em trabalhos científicos. Assim, essa dissertação requer que os leitores tenham o contato minucioso do percurso deste texto.

A pesquisa desenvolvida neste trabalho é do tipo exploratória (LIRA, 2014), apesar de ter como estratégia o uso da pesquisa bibliográfica, há a necessidade de estudar diferentes eixos e juntá-los a fim de dar sentido ao texto desenvolvido. Termos e conceitos como assistência estudantil, trabalho, políticas de assistência e desigualdade socioespacial serão abordados com fundamentação teórica através do uso de fontes primárias e secundárias, tais como: artigos científicos; dissertações e teses em Programas de Pós-graduação em Educação, Serviço Social e Geografia; da mesma forma que livros; periódicos; artigos em revistas; formulários da instituição em análise, questionário e entrevistas desenvolvidos para complementar informações da UFMS, todavia, a conexão entre as políticas de assistência estudantil e reprodução do espaço urbano por parte dos beneficiários, intensificando processos de percepção da desigualdade socioespacial ainda não haviam sido abordados de forma direta. Há também uma dificuldade no levantamento dos dados empíricos, pelo fato do pesquisador ocupar, durante o período de envio de questionários e realização de entrevistas, a função de chefe da secretaria de assistência estudantil. Os estudantes não entenderam que neste momento a figura que os contactava era um pesquisador, um mestrando e não o técnico que tinha acesso ao sistema que poderia causar desligamento de seus auxílios.

Ao ocupar um cargo dentro da UFMS, o pesquisador tem o privilégio por ter acesso a sistemas e dados sobre a realidade socioeconômica dos estudantes beneficiários, parte do objeto de estudo, todavia, a posse destas informações também se mostrou um enorme infortúnio, os acadêmicos assistidos temiam perder seus auxílios, assim, poucos concordaram responder o questionário ou atender à solicitação de entrevista. Dos 239 estudantes beneficiados pelo auxílio moradia, matriculados em Campo Grande, somente 30 responderam ao questionário aplicado pelo Google Forms, outro agravante da baixa adesão, foi, sem dúvidas, a pandemia da COVID-19, aumentando a impessoalidade da exploração dos fatos. Dos 30 beneficiados que responderam ao questionário, somente cinco entrevistas foram realizadas, duas estudantes concordaram em participar pelo Google Meet, ambas requerendo a garantia de que as perguntas/respostas não implicariam em perda dos auxílios, que seus nomes não seriam revelados e que a conversa não fosse gravada. Uma delas preferiu nem ligar a câmera, por medo de revelar-se, ou, se por ver seu espaço individual/particular invadido, afinal, foi a sensação de todos que trabalharam de casa com câmeras abertas e expondo suas intimidades sentiram, uma invasão aos nossos lares. Outras três entrevistas foram realizadas por ligação, visto que, ocorreram no período de recesso letivo e os acadêmicos disponibilizaram apenas 30 minutos do seu tempo de descanso.

Como a coleta de dados ocorreu durante a pandemia, junto ao acréscimo da ocupação do cargo de chefia da assistência estudantil da UFMS, esta pesquisa transversal, não conta com um trabalho de campo desenvolvido, não pela COVID-19, todavia, as entrevistas e aplicabilidade de questionários contaram com o emprego de ferramentas tecnológicas que mantiveram o pesquisador em seu “gabinete”.

O interesse em compreender quais porções da cidade são possíveis de ser acessadas e quais estruturas são oferecidas aos estudantes beneficiários do auxílio moradia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS não surge pelo acaso.

Há a compreensão de que os estudantes em situação de vulnerabilidade, na expectativa de uma melhor oportunidade no mercado de trabalho através da graduação, renunciam a um direito já atendido que é o de já ter a garantia de

uma moradia, mesmo que seja de forma precária, ao sair do seu núcleo familiar, todavia, há a necessidade de continuar morando.

Educação e moradia regulamentados como direitos sociais, e o ensino superior compreendido como expectativa de mudança de vida através de um trabalho melhor qualificado, carecem de políticas de assistência para a possibilidade de vivência ampla do espaço ocupado sendo ele a universidade, ou a cidade em que se reside, assim, a moradia, compreendida como necessidade básica do indivíduo (RODRIGUES, 1991), sempre foi uma temática cara dentro da Geografia, a casa tratada como mercadoria torna seu acesso limitado, principalmente na vida dos que buscam auxílio.

Esta pesquisa encontra diversos desafios, e tal como qualquer trabalho de cunho científico não será dada como finalizada nesta dissertação, vista como uma porta de entrada à necessidade de se pensar esta parcela do meio acadêmico, estudantes beneficiários, através de um olhar geográfico e analisar sua participação no espaço urbano que o circunda.

Nas palavras da Professora Arlete Moysés Rodrigues, durante o III Encontro Regional do em Comemoração ao Dia do Geógrafo – (III ERCOGEO, 2022) organizado pela UFMS, no Campus de Três Lagoas – CPTL, a classe trabalhadora, é limitada pelo pouco poder aquisitivo, apenas usando e/ou reproduzindo um espaço delimitado, com poucas chances de modificação, sendo a maioria das vezes espaços localizados em favelas. Corrêa apresenta um ponto de vista semelhante em sua obra *O Espaço Urbano* (1989). A apropriação do espaço urbano ocorre por meio das relações sociais que ocorrem no espaço e que os mais vulneráveis economicamente terão acesso restrito às materialidades representadas na forma da cidade, enfim, uma jornada longa e rica em desafios e aprendizados, com a certeza de que ao final destas páginas nem todos os questionamentos encontrarão suas respostas.

1. EDUCAÇÃO BRASILEIRA COMO FERRAMENTA DE PARTIÇÃO DE CLASSES

O debate sobre a maneira como a educação se torna uma importante ferramenta na distinção de classes, nas diferentes sociedades organizadas ao longo da história, seja na sociedade feudal, ao separarmos senhores de seus servos, ou na sociedade capitalista, onde temos a classe trabalhadora tendo acesso a uma educação formadora apenas para o mercado de trabalho, e a burguesia tendo acesso a uma formação crítica para pensadores.

Embora a educação tenha sido a principal responsável pelo ideal de desenvolvimento, em especial o ensino superior, estabelece-se historicamente como campo profícuo de questionamentos e da crítica aos valores burgueses dominantes, e ascensão social por parte da classe trabalhadora, tal como expõe Santos (2018, pp. 58 – 59),

Prosseguindo com a reflexão sobre o papel da Universidade, deparamo-nos com as ações estruturantes do capitalismo para a educação, [...] a universidade tem uma importância crucial, também, na reprodução da consciência crítica do sujeito frente às correlações de forças impostas por este regime, o que reforça a condição de subalternidade da classe trabalhadora, que, por sua vez, vislumbra na educação superior uma possibilidade de ascensão do seu status social.

Portanto, o acesso da classe trabalhadora à educação superior além de representar conquista histórica, por ter sido um espaço diligentemente negado, como possibilidade real de formação de novos intelectuais comprometidos com um plano da sociedade, tem se demonstrado um grande desafio, não apenas com a concorrência desigual, mas sua permanência, ao perceber que mesmo em instituições públicas, há a necessidade de financiar seus estudos (Santos, 2018).

Ainda em 1840, durante a Primeira Revolução Industrial, a educação, dita instrução à época, é oferecida de forma precária à classe trabalhadora, no século XIX, aos estudantes pertencentes à classe trabalhadora, sobravam professores que mal sabiam ler, à burguesia, uma educação de excelência, para ressaltar cada vez mais a diferença entre as classes sociais.

Em sua dissertação, Durat (2015, p. 63) expõe muito precisamente essa relação.

A classe burguesa manteve um padrão educacional de excelência para com seus filhos, ao passo que para a classe trabalhadora foi imposto um sistema que privilegiasse a formação do homem apenas para o trabalho. Esse aspecto ocasionou uma nova forma de olhar para os parâmetros da educação e de perceber a escola como um equipamento favorável para a perpetuação das condições de classe. A burguesia demonstrou, por meio da educação, a sua hegemonia frente à condução da sociedade capitalista, enquanto a classe trabalhadora geraria o lucro ao capital por meio da venda da sua força de trabalho.

Na sociedade capitalista, a educação, tratada como mercadoria, adotou uma redução do conhecimento. Ela não se preocupa mais com o indivíduo tendo uma formação crítica, a forma que pode contribuir na sociedade, mas sim para atender à necessidade do mercado de trabalho. Ser um bom funcionário, qualificado e assim, “superar as barreiras” que a sociedade impõe.

Para a burguesia, sempre será interessante ter uma classe que esteja na condição de subordinada, que seja alienada, que não enxergue direitos feridos, e para o Estado que não serve aos interesses da classe trabalhadora, é cômodo não “se mexer” e deixar tudo seguir a mais perfeita harmonia, sem a necessidade de diminuir o desequilíbrio acachapante entre a educação pública e privada.

Em seu texto de dissertação Gramsci (2004, *apud* Durat, 2015) até aborda uma possível solução para esta situação.

A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir essa linha: escola única e inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades do trabalho intelectual. (GRAMSCI, *apud* Durat, 2015, p.33).

Gramsci propõe uma solução totalmente contrária e inaceitável à prática capitalista. Toda mudança da relação homem X natureza ao longo dos anos, é mediada pelas formas de apropriação do conhecimento de técnicas de trabalho, e até mesmo de dominação da burguesia, que por possuir poder de compra sempre terá acesso a uma educação mais qualificada, fato que como anteriormente mencionado ocorre no mundo há séculos, e no Brasil não seria de forma diferente.

Desde os tempos de colônia portuguesa o ensino não era popular nem público, estava voltado a atender apenas os filhos dos senhores ricos que

habitavam a Colônia. Essa situação se perpetuou por mais de um século, de modo que tal visão se alterou apenas no século XVIII. Ressalta-se que no período não existiam no Brasil escolas superiores para a população. A educação que existia se destinava à formação de clérigos; os demais interessados em estudar eram enviados à Europa.

Ainda com base no trabalho de Durat (2015), atestamos que a situação educacional no Brasil Colônia só mudou com a chegada da Família Real Portuguesa, surgindo as primeiras escolas superiores voltadas a atender aqueles que não buscavam a vocação sacerdotal.

No início do século XIX, a sociedade muda sua estrutura social, deixando de ser exclusivamente agroexportadora, aboliu a escravatura e tornou-se uma República. Foi preciso estruturar um quadro de profissionais qualificados para exercer funções administrativas, o que apontou a necessidade de pessoas com ensino superior (Durat, 2015).

Esse processo produtivo exigiu da classe trabalhadora um conhecimento maior para desenvolver suas tarefas, e assim, fazer jus a melhores empregos e conseqüentemente a melhores atividades desempenhadas.

O capital concentrou uma organização das instituições de ensino superior, para que a formação dos estudantes fosse útil ao sistema, e não proporcionasse uma mudança de casta social. Nos anos 1960, enquanto alguns países capitalistas expandiam seus canais populares com a classe trabalhadora, no Brasil esse canal era encerrado, pela interferência de um grupo militar no poder (Durat, 2015).

Durante o regime militar, a educação passa a ser vista como fator de desenvolvimento, mas somente tem essa clareza a partir de 1968, momento em que há uma retomada econômica e acordos e investimentos de capital estrangeiro. Com esses investimentos, a educação passa por um agravamento da crise já existente, com um distanciamento de seu caráter social.

Esse período também simboliza as primeiras medidas legais para a reforma do ensino superior. Neste momento, o Ministério da Educação - MEC entrega a organização do sistema educacional para técnicos da Agência Internacional para o Desenvolvimento – (AID), estes convênios ficaram

conhecidos como “Acordos MEC-Usaid²”. Claro que estes acordos visavam maior visibilidade ao modo capitalista e como países periféricos passariam a ser dependentes de países centrais, Nogueira (1999, *apud* Durat, 2015).

Em uma analogia dos investimentos dos países centrais, com a realidade de formação de uma sociedade colonial, Romanelli (2014) expõe de forma sublime o que é vivenciado no cenário da educação brasileira:

Nas sociedades coloniais os investimentos externos no setor educação que geralmente emanam das metrópoles têm sempre por objetivo criar hábitos de consumo próprio destas camadas mais altas da população e, ao mesmo tempo, criar através do ensino, mão de obra de baixo nível. Esse é o caso das sociedades coloniais da época contemporânea. Nesse caso, a dependência cultural é, a um tempo, fator e instrumento de reforço da dependência política e da dependência econômica. (ROMANELLI, 2014, p. 205-206)

Com isso, é possível identificar que o investimento estrangeiro nada mais é que uma forma de dominação, uma qualificação de baixo nível, não preocupada com a qualidade de ensino a ponto de termos um nivelamento no sistema educacional a nível internacional, mas apenas para formar mão de obra barata, composta por uma classe que seja incapaz de desempenhar um papel crítico, e seja inapto na defesa de direitos.

Ainda nas palavras de Romanelli (2014, p. 211),

Nas sociedades subdesenvolvidas, em que são acentuadas as distâncias sociais e a estrutura de dominação interna privilegia camadas e grupos restritos, a expansão do ensino é sempre controlada por mecanismos legais, que mantêm seletiva e, como se viu no caso brasileiro, socialmente discriminante. A ajuda internacional para a educação, tem como função precípua definir ou redefinir a situação dos indivíduos na estrutura social. É óbvio que, nesse caso, a ajuda vem privilegiar as camadas mais altas da população. Além disso, ao modernizar a estrutura do ensino, em qualquer dos seus níveis, vem não só favorecer o controle da educação pelos órgãos centrais do governo, o que implica, no caso da universidade, perda de autonomia, mas também ensejar mudanças acentuadamente quantitativas, favorecendo a expansão da oferta de ensino, sem, contudo, favorecer a real mobilidade social que seria de se esperar.

Fazendo um adendo no período histórico, é inviável deixar de mencionar como o texto acima reflete uma situação que com o tempo vai se aglutinar no

² Nome de um acordo que incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID).

processo de desenvolvimento da educação, quando o sistema de Educação a Distância – EAD surge em uma “tentativa de popularizar” o ensino superior, com mensalidades acessíveis ao poder aquisitivo da classe trabalhadora, mas com qualidade muito aquém do esperado. Anos mais tarde, com o cenário pandêmico, vemos propostas de Ensino Médio remoto, algo que só aumentaria o abismo existente entre a educação pública e privada, algo praticado pela viabilidade de tecnologias, quando escolas particulares possibilitaram a continuidade das aulas com a transmissão remota. A classe trabalhadora não encontra na educação uma maneira de mudar sua classe, apenas ratificar que é mão de obra explorada que precisa ser qualificada.

Vemos que a reforma da educação em 1968 visava qualificar mão de obra, demanda que surge com o investimento na indústria. A expansão econômica, derivada de aporte financeiro internacional (algo que endividaria o país) requer especialização dos trabalhadores. A educação serve de pano de fundo para uma necessidade do capitalismo.

1.1. MOVIMENTO ESTUDANTIL E ESTUDANTES DA CLASSE TRABALHADORA

Não é de nenhuma estranheza que a década de 1960 tenha ficado associada às insubordinações estudantis. O mundo presenciava a experiência na França com o embate ao modo capitalista de ser. No Brasil, a expansão do ensino público superior, influenciou o cenário da política nacional (Freire, 2008).

O mês de maio de 1968 representou o auge de um momento histórico de intensas transformações políticas, culturais e comportamentais que marcaram a segunda metade do século XX, e não por acaso se tornou uma página de uma história mundial de contestação à guerra, à sociedade de consumo e ao autoritarismo.

No Brasil, os estudantes universitários construíram um importante movimento estudantil que influenciou o cenário da política nacional. As lideranças estudantis eram adeptas das ideologias de esquerda, fazendo com

que, após o golpe de 1964 o governo colocasse na ilegalidade a mais importante entidade estudantil, a União Nacional dos Estudantes - UNE³.

Em 28 de fevereiro de 1967, além de assinar um Decreto-Lei⁴, o governo reformulou o movimento estudantil, impossibilitando que a abrangência desta organização tivesse alcance em âmbito nacional. Os órgãos de representação ficaram limitados exclusivamente em cada universidade, nas figuras dos antigos diretórios acadêmicos – DA (na UFMS, recebendo a designação de centros acadêmicos - CA) para cada unidade/curso e para cada universidade, no corpo do Diretório Central dos Estudantes – DCE. O próprio Decreto-Lei determinava a organização da representação estudantil.

“Art.11: É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação, ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Parágrafo único: A inobservância deste artigo acarretará a suspensão ou dissolução do DA, ou do DCE”.

Como registrado por Freire (2008), mesmo na ilegalidade, as lideranças estudantis mantiveram a UNE em funcionamento e tentaram reorganizar o movimento estudantil. As maiores oposições dos estudantes à ditadura militar ocorreram no Governo Costa e Silva (1967-1969).

Pode-se dizer que até novembro de 1968 a organização precisava lidar com diferentes pressões, até que em dezembro, o governo tira a liberdade de locomoção da população através do Ato Institucional 5 (AI – 5).

Entre as décadas de 1960 até 1980, os estudantes passam a ganhar maior importância na cena política brasileira. Nas palavras de Freire (2008),

Assim, construíram a sua trincheira, sob formas mais ou menos espontâneas, de defesa e resistência, ao redor de suas reivindicações

³ União Nacional dos Estudantes (UNE) é uma organização estudantil brasileira, sendo uma das principais representantes de alunos do ensino superior do país, tendo sede em São Paulo, além de subsedes no Rio de Janeiro e Goiás. Fundada em 11 de agosto de 1937, a instituição desempenhou um papel singular em momentos importantes do Brasil desde o início do século XX, sendo uma das portas de entrada para diversos políticos brasileiros proeminentes, especialmente aqueles ligados à esquerda política.

⁴ Decreto-Lei 252, deu continuidade à reestruturação do ensino superior, determinando que cada unidade universitária fosse estruturada em unidades menores, chamadas departamentos, que reuniriam disciplinas afins.

imediatas e elementares, como se refere aos problemas de saúde, transporte, moradia etc. Os movimentos desse tipo ficam conhecidos como movimentos sociais populares urbanos e marcam a década de 70 e 80 no Brasil, tendo sido considerado, por alguns analistas como fonte de renovação das ciências sociais e na forma de fazer política. (Freire, 2008. p. 138)

Depois de muitos anos impedidos de agir, o movimento estudantil retorna no ano de 1979, quando as organizações voltam à ativa. Neste ano acontece a primeira eleição por voto direto na história da UNE. Assim o grupo emerge para os anos 1980 ampliando suas forças na luta pela redemocratização do país (Freire, 2008).

Em 1984, a participação dos estudantes foi fundamental para a volta das eleições diretas presidenciais no Brasil. Em 1992, mais uma vez organizados, voltam às ruas através de sucessivas manifestações contra corrupção no governo, dando início ao movimento de estudantes chamados Caras Pintadas, que resultou no *Impeachment* do então Presidente da República, Fernando Collor de Melo. Após esse movimento, novamente os estudantes entram em inatividade, não participando mais de reivindicações políticas e sociais.

No período político logo após o término do governo militar, o que podemos perceber é uma onda de desinteresse dos estudantes pelos temas mais significativos da política nacional. A presença dos estudantes na cena política nacional volta a acontecer somente nos anos noventa, dentre as várias manifestações políticas que envolveram os movimentos sociais brasileiros nesse período, na luta pelo *Impeachment* do Presidente Collor de Melo. Ao contrário da experiência anterior, dessa vez, a maior parte dos militantes não eram universitários, mas sim do ensino médio (Freire, 2008. pp. 141 – 142).

O ensino médio brasileiro sofria com os abalos decorrentes da falta de investimentos na esfera pública. Nesse contexto, era grande a busca por vagas nas instituições privadas de ensino que, sem regulamentações, tinham mensalidades reajustadas com frequência, fora do controle das classes médias que haviam abandonado o ensino público de baixa qualidade. Neste sentido, o que motivou a retomada de mobilização dos estudantes, na década de noventa, foi a mudança da universidade para a “mentalidade privatizante” que as reformas estruturais de cunho neoliberal, centradas na privatização do setor público e na redução do Estado.

A enxurrada neoliberal que o Brasil passou a assistir na última década do século XX demonstra que os problemas sociais não representam apenas uma retórica, mas um processo com profundas raízes em nossa sociedade. Entretanto, seria um equívoco ignorar que o neoliberalismo causou e, continua causando estragos, consequências de um modelo injusto e desigual, mesmo para os padrões capitalistas.

O ajuste promovido pelo neoliberalismo tornou o ensino superior um ramo de negócios promissor que despertou interesses empresariais. A lógica de mercado deu ao ensino superior uma cara nova, muito diferente das universidades, baseadas no tripé ensino-pesquisa-extensão. Tendo como plano, a lógica do consumo, a instalação de um novo estabelecimento de ensino não se norteia mais pelo desenvolvimento, mas pela possibilidade de lucro.

O objetivo das iniciativas privadas é oferecer um produto para mais pessoas visando o maior lucro, ainda que de baixa qualidade. O que conta é vender o item em questão. Os estragos do neoliberalismo na educação pública não foram pequenos e abalaram a organização dos estudantes brasileiros.

Por mais distintas que sejam as experiências e realidades nas universidades brasileiras, as questões que guiaram e continuam guiando a organização do movimento estudantil em nosso país foram, e continuam sendo, historicamente, um aspecto comum: a percepção de que a universidade não pode caminhar distanciada da realidade social do país.

O acesso da classe trabalhadora ao ensino superior além de representar uma conquista histórica, por ter sido sempre considerado um espaço pertencente à burguesia, representa também uma oportunidade real de formação de novos intelectuais comprometidos verdadeiramente com um projeto mais progressista de sociedade e mudança na situação de determinismo social.

É nesse cenário que se faz oportuno a luta pelo acesso e permanência da classe trabalhadora nas instituições de ensino superior, bem como salvaguarda de uma vivência acadêmica de qualidade, e garantias de uma experiência digna tanto na universidade quanto fora dela.

1.2. HISTÓRICO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A educação com certeza é a ferramenta que possibilita o progresso do indivíduo e, em teoria, seu crescimento enquanto cidadão. Sendo, portanto, a democratização do acesso e qualidade do ensino condições necessárias para que a educação venha, em teoria, proporcionar igualdade de oportunidades. Isso será possível, apenas, através políticas públicas eficientes voltadas para a redução das desigualdades sociais.

Até a década de 1920, a educação, serviu como instrumento de reafirmação social, os detentores do poder político e econômico a usavam como forma de reafirmar seu status social, e as categorias menos favorecidas a buscavam com o intuito de sofrer menos com as diferenças sociais. Desta forma tem início e se solidifica o modelo de educação superior no Brasil (Romanelli, 2014).

O debate sobre a assistência estudantil remonta os idos de 1928 quando a primeira medida de assistência ao estudante pelo governo brasileiro, com a inauguração da casa do estudante brasileiro, localizada em Paris. Nesta percepção corrobora com nossas análises, Kowalski (2012):

[...] a primeira prática de auxílio ao estudante no Brasil ocorreu durante governo de Washington Luís em 1928, que incentivou a construção da Casa do Estudante Brasileiro que ficava em Paris, sendo responsável por repassar as verbas necessárias tanto para a edificação das estruturas como para a manutenção da casa e dos alunos. (KOWALSKI, 2012, p. 86).

Quando Getúlio Vargas assume a presidência na década de 1930, a educação passa ser vista como uma das possibilidades de organizar a sociedade. Em 1931, ocorre a primeira manifestação de reforma do ensino superior, juntamente com a primeira tentativa de assistência estudantil. Dentre os benefícios criados, há a subvenção de bolsas para os estudantes, porém, era preciso comprovar a situação através de documento que atestasse a condição de pobreza.

Ainda na década de 1930, foi inaugurada a Casa do Estudante do Brasil, localizada no Rio de Janeiro e um restaurante popular. O projeto do então

presidente Getúlio Vargas incluiu a assistência estudantil na Constituição Federal de 1934, artigo 157, onde era regulamentado doação aos estudantes mais pobres, material escolar, bolsa de estudos, ajuda na compra de alimentos, atendimento médico e odontológico (KOWALSKI, 2012). Em 1937, com a criação da UNE, há uma intenção de que os estudantes possam ser responsáveis pela cogestão da casa do estudante e que pudessem ser alocados nestes espaços.

Também na década de 1940, a assistência estudantil volta a ser mencionada na Constituição Federal de 1946, dessa vez, a política de auxílio se estende a todos os níveis de ensino. Outro marco importante para a assistência estudantil é quando a assistência estudantil é compreendida como direito de todos os estudantes e regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases – LDB de 1961 (KOWALSKI, 2012).

Cunha (1989) recorda sobre o grande investimento na criação de universidades durante o governo militar que via uma lucratividade no ensino superior. O objetivo sempre foi a formação profissional, assim, o retorno para o Estado ocorreria a longo prazo, para isso, era necessário, na visão dos militares, tornar o ensino superior mais eficiente e conseqüentemente produtivo. Desta forma, em 1968 há um crescimento significativo no número de pessoas cursando alguma graduação, todavia, de acordo com a prática da sociedade capitalista, não há uma ocupação das salas de aula pela classe trabalhadora, objetivo da UNE, mas sim alunos que pertencem a burguesia.

Na década de 1970, o ensino superior encontra a crise do capitalismo, que não possibilita o retorno que o governo esperava,

Na década de 1970, a crise do capitalismo incide no ensino superior, sendo quem tinha acesso à educação, nesse período histórico, as camadas sociais mais bem remuneradas, que, por conseguinte tornaram-se muito onerosas para o Estado. Também neste período, foi criado pelo Governo Federal o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), que estava vinculado ao MEC e pretendia manter uma política de assistência estudantil para graduandos em nível nacional, dando ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico. Entretanto, o DAE foi extinto nos governos subseqüentes (KOWALSKI, 2012. p. 92).

Na década de 1980 a crise econômica do período militar e redemocratização do país serviu para acentuar os grandes problemas sociais, entre eles as dificuldades de acesso e permanência na educação superior.

Em meio à opressão do sistema político da época, surgem duas grandes frentes políticas de discussões sobre as questões educacionais, em especial sobre questões relativas à assistência estudantil, que foram em 1987 o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES ambas de caráter administrativo, havendo no FONAPRACE uma baixa participação dos estudantes.

Esses dois segmentos educacionais defendiam a integração das instituições de ensino superior com objetivo de garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos estudantes condições para sua permanência e conclusão do curso.

Apesar de estarmos no caminho da democratização, além do acesso, é preciso assegurar a permanência, pois a educação superior continua inacessível para muitos trabalhadores, principalmente os que já estão inseridos no mercado de trabalho, ou seja, para os que necessitam de meios para garantir o seu sustento e não contam com outros meios para a manutenção de sua sobrevivência.

Quando se fala em um país democrático que possibilite a igualdade de acesso, com respeito às desigualdades, e ao pensarmos na classe trabalhadora, que não têm condições de acesso aos empregos mais qualificados, infelizmente, constatamos, ao longo dos anos, e baseados em dados e estudos, que a educação tem como principal função, capacitar o indivíduo para o mercado de trabalho, em uma condição de subordinação para a burguesia.

Uma pauta constantemente relacionada à educação superior, é o público que ocupa as salas de aula e a possibilidade de permanecer no decorrer do período de formação acadêmica, já positivada como direito na Constituição Federal de 1988 que afirma que a educação é dever do Estado e da família (Art. 205. CF, 1988) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Art. 206. CF, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996 tem em seu conteúdo o artigo terceiro que afirma: “O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

A educação, um dos pilares fundamentais dos Direitos Humanos, dito como universais; indivisíveis; interdependentes entre si e destinados a garantir a dignidade humana, considera-se, contudo, um direito assegurado como dever do Estado, através da formulação de políticas públicas. Entretanto, vale dizer que não é limitado ao acesso a ela e, sim, algo que possibilite a permanência ao ensino e redução das taxas de evasão e retenção dos estudantes, ao modo que possa desenvolver seu papel no desenvolvimento social, econômico e cultural. Todavia, o acesso à educação superior não é universal, uma vez que nem todos aqueles que gostariam estão inseridos neste espaço.

Nas palavras de Kowalski (2012), os elevados Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) nos países da América do Norte, da Europa e da Ásia refletem uma maior inclusão de jovens com idades entre 18 e 24 anos, no ensino superior, chegando a atingir um percentual de 60% ou mais. Na América Latina, os índices de acesso são bastante diversificados, devido às peculiaridades encontradas nos sistemas de ensino superior de cada país.

O Brasil se encontra numa posição extremamente desfavorável, mesmo que em uma década tenha dobrado o número de alunos matriculados em cursos superiores, entretanto, o contingente atual de 6,3 milhões, representa apenas 15% da população com idade entre 18 e 24 anos vinculada a Educação Superior - ES (ANDIFES, 2012). Esse quadro de diferenciações entre os países da América Latina é analisado por Morosini (2010) que, atribui uma forte predominância da privatização e um aumento significativo no percentual do empresariado lucrativo no Brasil. (MOROSINI, 2010, p.102).

A realidade se torna ainda pior ao constatarmos que mais de 60% da população se enquadra na categoria de analfabetos funcionais. Algo contraditório ao analisarmos os números de pessoas ocupando as salas de aula das faculdades, de um país que já foi a sexta maior economia do planeta e a 47^a em inovação (ANDIFES, 2012).

A busca pela redução destas desigualdades é necessária, e faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Contudo, esse processo deve ultrapassar o acesso às Instituições de Ensino Superior – IES públicas e gratuitas, é preciso criar mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades.

A trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil está conectada com a trajetória da política de Assistência Social, pois ambas despontam a partir dos movimentos sociais que lutaram no fim do regime militar e a promulgação de uma nova Constituição Federal (VASCONCELOS, 2010).

Na década de 1990, a educação passa a ser um direito público que deve ser dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito.

Entre as ações que concretizam o projeto de democratização da educação superior a partir de 2000, destaca-se a regulamentação da Assistência Estudantil, por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. O PNAES, elaborado pelo FONAPRACE em 2001, no final do Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi atualizado e encaminhado pela ANDIFES ao MEC somente em 2007. A partir desse momento, iniciou-se junto ao MEC uma discussão para implantar um PNAES, culminando com a aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.

Após um longo processo de lutas e reivindicações por profissionais e dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, a Portaria Normativa nº 39 do Ministério da Educação (MEC) de 12 de dezembro de 2007 foi alterada pelo Decreto Lei nº 7.234 no dia 19 julho de 2010, instituindo de modo integral o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Desta forma, o Estado formalizou a assistência estudantil e que por meio dela possa combater às desigualdades sociais e regionais, a assistência estudantil sempre foi uma demanda da categoria de estudantes, todavia, o direito só é regulamentado quando agentes da administração entendem e lutam por essa necessidade. Desde então, este documento vem sendo utilizado pelos profissionais na adoção de programas assistenciais referente à moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche para filhos de alunos; e apoio pedagógico.

O Programa compõe um conjunto de ações que visam a democratização do acesso e permanência de estudantes no ensino superior e suas ações devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas

situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Assim, são objetivos do PNAES: I – democratizar as condições de permanência nas Ifes; II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III – reduzir as taxas de retenção e evasão.

Entre o Plano aprovado em 2007 e o Programa aprovado em 2010, ocorreram mudanças significativas já que, no segundo foram incluídos parâmetros aumentando a autonomia das universidades em relação à definição de critérios condizentes com sua realidade.

As ações de Assistência Estudantil são destinadas aos estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação e devem ser desenvolvidas pelas IFES de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. As linhas de ação são apresentadas de forma genérica, resguardando a autonomia da universidade na definição de suas ações conforme o que já existia na implantação de novas ações.; e, IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Na grande maioria das IFES, as atividades de Assistência Estudantil realizadas foram: reforma e ampliação de moradias estudantis, ampliação e construção de novos restaurantes universitários, distribuição de passes para transporte, ampliação na assistência à saúde dos discentes, atividades de esporte, lazer e inclusão digital. Algumas universidades optaram por desenvolver as ações por meio de repasse financeiro direto ao estudante, em ações como Bolsa Moradia, Bolsa-Alimentação, Bolsa Transporte e Bolsa Permanência (SILVEIRA, 2012).

A opção pelo pagamento de bolsas pode caracterizar o PNAES como um Programa focalizado, o que impede a universalização da Assistência Estudantil por meio da ampliação de infraestrutura. Além disso, a opção pela oferta de bolsas, alimentação e moradia, por exemplo, em detrimento da construção/manutenção de restaurantes e moradias estudantis, reforça a ideia

do individualismo ou mesmo a ideia de um acadêmico consumidor (LEITE, 2015).

É importante ressaltar que antes da aprovação do PNAES, cabia a cada instituição definir no momento da elaboração de seu orçamento uma parte do total de recursos estipulados a ela pelo MEC para a Assistência Estudantil.

Com o PNAES, houve a garantia do financiamento das ações de Assistência Estudantil por meio de repasse financeiro direto às IFES. De acordo com o decreto, as despesas do programa correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de educação superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

O repasse financeiro para as Instituições federais para custear as ações de Assistência Estudantil inicia-se em 2008, logo após a emissão da Portaria MEC nº 39/2007, porém, houve restrição na utilização dos recursos financeiros em Bolsas por falta de legislação específica, o que seria resolvido com aprovação do Reuni e com o decreto que regulamenta o PNAES, em 2010 (FONAPRACE, 2012).

A distribuição dos recursos PNAES entre as IFES é realizada com base na Matriz PNAES, definida na 46ª Reunião do FONAPRACE, realizada em outubro de 2009, em Belo Horizonte/MG.

A Assistência Estudantil, bandeira de luta do movimento estudantil, que, em um primeiro momento tinha como principal compreensão a garantia da qualidade da permanência do estudante na Universidade e, conseqüentemente, a qualidade do seu processo de aprendizado, passa a ter, a partir de 2000, um caráter eminentemente produtivista ao reordenar seus objetivos para o controle de evasão e retenção.

1.3. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMS

Toda política pública possui uma determinada compreensão conceitual, nem sempre consensual, a qual representa formas históricas resultantes de lutas sociais e acordos estabelecidos ao longo dos anos. A Assistência Estudantil,

como apresentada no decorrer deste trabalho, inicialmente defendida pelos estudantes como forma de garantir a permanência para realizar sua graduação com qualidade, com a regulamentação do PNAES tem como seu principal objetivo combater a evasão e retenção.

Historicamente, as ações de Assistência Estudantil nas IFES priorizaram o atendimento aos acadêmicos pobres por dois motivos principais: o primeiro porque a Universidade até as décadas de 1970-1980 era majoritariamente frequentada pelas elites da sociedade e o segundo, em função dos escassos recursos financeiros voltados para a Assistência Estudantil, cuja definição dependia da sensibilidade do Reitor com a causa da Assistência Estudantil. A situação de escassez de recursos para esta área atenua-se no período do Governo de FHC (1995-2002) em decorrência da política de diminuição dos gastos públicos com serviços compreendidos como não exclusivos do Estado (PEREIRA, 1997), no qual se inclui a educação. Futuramente, o PNAES regulamentará a priorização do atendimento aos acadêmicos com renda per capita de até um salário-mínimo e meio como foco das ações de Assistência Estudantil.

A Assistência Estudantil na UFMS, tanto quanto em outras universidades, recebe recurso do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, o que significou grande avanço nas políticas de Permanência exercidas pela Instituição.

Segundo Borsato (2015), quando a UFMS utilizava recursos próprios para a assistência estudantil, somente o montante de 0,002% era destinado a esse fim, valor insuficiente para garantir a permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Entre os anos 2000 e 2008, com a utilização de recurso próprio da UFMS, não há muita clareza sobre o que é Assistência Estudantil, todavia, a partir de 2009, quando a Universidade passa a contar com o recurso do PNAES, há uma maior definição sobre as Ações a serem desenvolvidas, inclusive com regulamentações próprias da instituição.

O PNAES é regulamentado pelo Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, e dá autonomia para que as Instituições selecionem seus beneficiários, priorizando estudantes oriundos da Rede Pública de Ensino e com renda per capita de até um salário-mínimo e meio, R\$1818,00, tomando como referência o ano de 2021.

Até o ano de 2017, a UFMS contava apenas com duas modalidades de auxílios de caráter contínuo, que serve para o custeio dos estudantes durante o período da graduação, sendo estes: Auxílio Alimentação (R\$250,00 – duzentos e cinquenta reais, valor atualizado em agosto de 2017, o valor anterior era de R\$ 238,92), oferecido nas Unidades em que não há Restaurante Universitário – R.U.; e Auxílio Permanência (R\$400,00 – quatrocentos reais), ao longo dos anos esses benefícios passaram por diversas mudanças, tendo, atualmente, como principal regra de manutenção, o rendimento acadêmico. A partir de 2017, são implementados os Auxílios Moradia (R\$400,00 – quatrocentos reais), benefício pago para ajudar no aluguel (não havendo a possibilidade de arcar totalmente com este tipo de despesa) de estudantes oriundos de municípios diferentes ao do Campus em que está matriculado, e Auxílio Creche (R\$150,00 – cento e cinquenta reais), pago a estudantes responsáveis por crianças em idade, pré-escolar (menores de seis anos de idade), inscritos e em fila de espera nos Centros de Educação Infantil – CEI, todavia, este auxílio é limitado a um acadêmico, no caso de casais, apenas um dos acadêmicos recebe o benefício e o auxílio é pago somente por uma criança da família.

Tendo em vista o acompanhamento das atividades e ações da Assistência Estudantil da UFMS, pode-se observar que, desde 2013, conforme a Tabela 1, o valor financeiro destinado aos auxílios não passa por reajustes, exceto o reajuste de menos de R\$20,00 no auxílio alimentação no ano de 2017, como dito anteriormente. Com o constante aumento no custo para a manutenção básica de vida da população brasileira de um modo geral, a permanência do estudante na universidade é algo incerto. A situação se agrava para os estudantes que mudaram de cidade para cursar a graduação, e tal situação é atestada, quando as unidades da UFMS contam com um pouco mais de 25% dos seus estudantes oriundos de outras cidades ou estados, segundo dados do perfil acadêmico. De tal forma, observa-se que os valores atribuídos aos auxílios financeiros cedidos aos beneficiários não são suficientes para arcar com os custos de sobrevivência dos estudantes, sobretudo àqueles que se deslocaram de suas cidades de origem.

Tabela 1 – Campo Grande – Modalidades, datas e valores dos benefícios da assistência estudantil – 2022.

MODALIDADE	2014 A 2016	ATÉ AGOSTO DE 2017	AGOSTO DE 2017 A 2021
Auxílio permanência	R\$ 400,00	R\$ 400,00	R\$ 400,00
Auxílio alimentação	R\$ 232,98	R\$ 238,92	R\$ 250,00
Auxílio moradia	-	R\$ 400,00	R\$ 400,00
Auxílio creche	-	R\$ 150,00	R\$ 150,00

Fonte: PROAES – UFMS
Organizado por: COSTA, Rodrigo. 2022

A tabela 1 e as figuras 1 e 2 que se seguem, ilustram bem a discussão acima. É constatado que ao longo dos anos os estudantes não tiveram qualquer evolução em seu poder de compra, na verdade, além da desvalorização comparada ao salário-mínimo, que foi reajustado ao longo dos anos, os estudantes cada vez mais perdem sua capacidade de arcar com suas despesas básicas.

O valor da soma de todas as modalidades de auxílios é irrisório (R\$1.200,00) quando comparados à soma de dispêndios como: moradia; transporte; manutenção na universidade; saúde; e lazer, observados os gastos mais essenciais à sobrevivência de uma pessoa, sem comprometer sua saúde, todavia, nem todos os estudantes se enquadram em situação de acúmulo, visto que, cada modalidade exige uma especificidade para tornar o acadêmico elegível e tendo em vista que, a equipe de gestão de recursos da Pró-reitoria se reúne para distribuir os recursos de acordo com cada benefício oferecido, priorizando o auxílio permanência, que não tem uma condição típica além da comprovação da renda inferior a uma salário mínimo e meio.

Figura 1 – Campo Grande – IPCA acumulado no ano de 2021 – 2023.



Fonte: Meu bolso em dia
Organizado por: COSTA, Rodrigo. 2023

Figura 2 – Campo Grande - IPCA acumulado na década 2011 – 2021 – 2023.



Fonte: Meu bolso em dia
Organizado por: COSTA, Rodrigo. 2023

Ainda sobre as estratégias de apoio à permanência do discente na instituição de ensino, vale destacar que há um desconhecimento por parte da comunidade acadêmica, e até de alguns servidores que não tem contato com a assistência estudantil acerca do programa de subsídio financeiro para o Restaurante Universitário - R.U. Muitos não sabem, mas o R.U. também funciona

através do recurso PNAES, aumentando ainda mais a importância do Programa. Sendo a abrangência do subsídio do restaurante ainda maior, já que ele atende a todos os estudantes da Graduação, destacando, como diferença, apenas o valor pago pelo entre estudantes de graduação e pós-graduação e a condição socioeconômica (o discente com renda per capita de até um salário-mínimo e meio vigente paga um valor inferior).

Segundo Maciel (2016), concomitante à Casa do Estudante, que vimos historicamente ser a primeira ação de assistência estudantil, o R.U. pode ser visto como uma das políticas de permanência de maior relevância, por garantir refeições aos acadêmicos que se encontram em um perfil de extrema vulnerabilidade. Alguns desses estudantes, principalmente aqueles que vêm de outros municípios, acabam muitas vezes fazendo suas únicas refeições no restaurante, ou seja, o almoço de segunda sendo a primeira refeição da semana e almoço de sábado a última, informação esta que foi adquirida ao ouvir a manifestação dos estudantes sobre o funcionamento do R.U. no ano de 2018. Além, é claro, de beneficiar estudantes trabalhadores, matriculados em cursos noturnos, que com o funcionamento do restaurante, podem jantar antes do início do período das aulas, ou mesmo os discentes de cursos integrais que passam o dia todo na universidade e podem fazer suas refeições em valor mais acessível.

Segundo análises da gestão da assistência estudantil, e informação que foi socializada no FONAPRACE regional centro-oeste 2018⁵, é inviável oferecer refeições totalmente gratuitas, e algumas instituições tiveram problemas ao administrar o recurso PNAES, quando tentaram esta estratégia, assim, a UFMS cobra os valores de: R\$2,50⁶ para os estudantes com renda per capita de até um salário-mínimo e meio, e R\$4,50 para os que estão acima dessa faixa de renda (tendo por base o ano de 2021, recorte temporal deste trabalho).

Em casos de extrema emergência, mediante análise socioeconômica realizada por assistentes sociais, alguns estudantes podem ter refeições gratuitas em um período não superior a trinta dias.

⁵ Informação acessada pelo fato de o pesquisador compor a equipe de assistência estudantil da UFMS e estar presente no evento que ocorreu na Universidade Federal de Goiás – UFG, Campus Goiânia.

⁶ Atualmente o valor para estudantes vulneráveis é de R\$ 3,00.

Durante a pandemia, a Pró-reitoria de assistência estudantil criou o auxílio alimentação emergencial para ajudar nos gastos com alimentação. O valor era o mesmo que o auxílio alimentação comum, R\$250,00.

Ao longo dos anos, o processo seletivo para os auxílios da assistência estudantil foi sendo aperfeiçoado, seja na análise de documentos que comprovassem a situação de vulnerabilidade socioeconômica, principalmente ao que se refere ao volume de documentos solicitados. Ainda no ano de 2014, ano de ingresso do pesquisador como servidor na instituição, a falta de assistentes sociais nos campus da UFMS exigia que os documentos fossem organizados e enviados via malote para as assistentes sociais que trabalhavam na Pró-reitoria. Não havia possibilidade de correção, em caso de erro ou falta de documento, o candidato era eliminado, o processo durava muito mais tempo, e com isso, os beneficiários levavam meses até que o auxílio fosse depositado em suas contas. No ano de 2015, foi criado o sistema de seleção, onde os estudantes respondiam um questionário socioeconômico que lhes atribuía uma pontuação, havia a necessidade de apresentação de documentos, todavia, os candidatos são atendidos em todas as unidades da UFMS, e passam a contar com um prazo de dois dias úteis para a apresentação de documentos, além de receberem orientação presencial.

No final do ano de 2017, a PROAES em parceria com a Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação – AGETIC, aperfeiçoa o sistema de seleção permitindo que os documentos fossem carregados no próprio sistema, mesmo com a possibilidade de inserir a qualquer momento algo pendente, o atendimento presencial continua servindo para que os estudantes sejam orientados quanto a equívocos, ou, faltas.

Durante muitos anos, o processo se mostrou injusto para os estudantes que possuísem menos recursos financeiros, já que estes têm maiores dificuldades para fotocopiar ou digitalizar os documentos, “Fiquei devendo R\$70,00 na casa de cópias”, relata uma estudante que foi ajudada pelo próprio pesquisador a digitalizar e enviar seus documentos no processo seletivo em fevereiro de 2019, ou seja, quanto maior a necessidade, mais difícil é conseguir o benefício.

No ano de 2020 o Cadastro Único – CADÚNICO, documento adquirido nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS é adotado como

alternativa ao grande volume de documentos solicitados, o intuito é atender um maior número de estudantes durante a etapa de análise documental, sem alterar o cronograma e sem comprometer a integridade do processo seletivo, visto, a análise de renda ser realizada nos CRAS. Muito dessa decisão veio pela pandemia mostrar a quantidade de estudantes que estavam “fora” das ações da assistência estudantil, todavia, além da falta de mão de obra para as análises, o valor de recurso recebido pela UFMS não é suficiente para o atendimento de todos os ditos e comprovados vulneráveis socioeconômicos.

No ano de 2021, o CADÚNICO passa a ser o único documento solicitado para a comprovação de renda, com a intenção de atender todos os inscritos. Há muito que não ocorria uma análise socioeconômica já que o número de assistentes sociais era insuficiente para essa atividade, a administração da UFMS já tinha o pensamento de que qualquer servidor pode ser capacitado para realizar a análise de documentos, e desta forma, o processo se resume exclusivamente a validar os valores que constam no CADÚNICO e inseridos no perfil do estudante no ato da matrícula. Somente no decorrer de 2021 todos os Campus receberam profissionais do serviço social, mas com a adesão do documento mencionado, esses profissionais se dedicam a validar as informações do cadastro, havendo também uma subutilização desta categoria de trabalhadores.

Surge assim uma grande fragilidade com o novo processo, os CRAS não obedecem a um padrão de trabalho, a única informação que se mostra igual em todos os centros, é: desconsiderar a informação de trabalho informal. A ideia de uso do CADÚNICO foi pauta em 2018, porém, muitas imprecisões foram encontradas pela equipe que operacionalizava o processo, mas como criticar um órgão que emite um documento com validade em território nacional? As lacunas antes questionadas, são materializadas no processo seletivo de 2021. O documento tem validade de dois anos, e a verificação de documentos nos Centros de Referência são realizadas por pessoas ditas validadores sociais (pessoa que analisa os documentos e realiza o cadastro dos ditos vulneráveis), mas não são assistentes sociais. Não há uma avaliação socioeconômica, apenas validação, referentes aos últimos doze meses que precedem a apresentação dos comprovantes necessários. A análise socioeconômica é mais justa com os estudantes, quando profissionais do serviço social realizam visitas

e entendem a realidade das pessoas. Presume-se que falta de comprovação dos fatos em 2021 representou o ingresso dos estudantes com maior renda⁷, já que os mais vulneráveis não conseguiam organizar os documentos e as orientações ocorrem de forma não presencial. Este ingresso de estudantes com renda mais alta mostra uma falta no objeto do recurso que é o atendimento dos discentes de menor provento.

⁷ Fato que foi vivenciado pelo pesquisador enquanto parte integrante da equipe que operacionalizava a seleção de beneficiários.

2. O PERFIL DOS ESTUDANTES NA CIDADE UNIVERSITÁRIA

Se faz importante mencionar como se dá o processo de formação do espaço analisado neste trabalho, para isso, serão dispostas algumas palavras muito breves que possam apresentar esta cidade que serve de recorte espacial para esta dissertação. Tais linhas não recebem aqui a função de apresentar Campo Grande em sua completude, mas introduzir este espaço, tal como demonstrar que desde o momento de sua fundação e no decorrer dos anos, seus cidadãos, por terem, normalmente, suas origens no interior de alguns estados possuem uma visão similar sobre a dinâmica e função da cidade.

Campo Grande, hoje capital do estado de Mato Grosso do Sul, já foi um arraial. O município está localizado entre as bacias dos rios Paraná e Paraguai, na porção central do estado, concentrando mais de 90% na população na região urbana. O atual Estado de Mato Grosso do Sul - MS foi criado no dia 11 de outubro de 1977 por meio da divisão territorial do então Estado de Mato Grosso. A parte norte continuou a ser chamada de Mato Grosso - MT, tendo a cidade de Cuiabá como capital, sendo que a região sul passou a ser denominada de Estado de Mato Grosso do Sul e a ter a cidade de Campo Grande como sede política e administrativa. A cidade tem uma área de 8.096 km², divididos em 170 bairros, com uma população de 897.938 habitantes (IBGE, 2022).

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS teve sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, na cidade de Campo Grande, que seria o embrião do ensino superior público no Sul do então Estado de Mato Grosso.

Em 26 de julho de 1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses cursos foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande - ICBCG, que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o curso de Medicina.

O Governo de Estado de Mato Grosso, em 1967, criou em Corumbá o Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso - UEMT.

Em 1970, foram criados os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados; incorporados à UEMT.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, foi concretizada a federalização da instituição que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela Lei Federal nº 6.674, de 05 de julho de 1979. O então Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

Além da sede em Campo Grande, onde funcionam as unidades setoriais, a UFMS mantém Câmpus em Aquidauana; Chapadão do Sul; Corumbá; Coxim; Naviraí; Nova Andradina; Paranaíba; Ponta Porã; e Três Lagoas, descentralizando o ensino para atender aos principais pólos de desenvolvimento do Estado.

A UFMS possui cursos de graduação e pós-graduação, ambos presenciais e na modalidade à distância. Os cursos de pós-graduação englobam os cursos de especialização e os programas de mestrado e doutorado.

Como descrito acima, a UFMS é uma universidade distribuída em vários municípios do estado, e por apresentar diferentes cursos em suas unidades, costuma ter discentes oriundos de outros municípios. É comum candidatos do interior de São Paulo concorrerem a uma vaga nos cursos da UFMS no Campus de Três Lagoas, pela proximidade geográfica, tal como, em Campo Grande, esta última cidade por ser a capital do estado e por possuir uma maior gama de cursos.

Retomando a pauta de políticas de combate à evasão e retenção, para que as universidades alcancem seu objetivo de permanência, a política de assistência estudantil foi e é uma ação muito importante e que precisa ser ampliada e fortalecida, como forma de ajudar estudantes oriundos da classe trabalhadora.

Segundo Vasconcelos (2010), há inúmeros problemas que podem corroborar para que um estudante não conclua o curso, entre eles temos a questão socioeconômica. Nesse sentido, se faz necessária a realização de estratégias que colaborem para a efetiva democratização da educação, incluindo a ampliação do acesso, fortalecimento do ensino básico público, além de fortalecer as políticas existentes no sentido de possibilitar a contribuição para a permanência dos estudantes no sistema educacional.

Finatti et al. (2007) afirmam que, “para que o aluno possa efetivamente ter uma vivência acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política de assistência que seja efetiva, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições indispensáveis para a vivência plena”.

Para poder ter tais informações que inclusive são orientações da ANDIFES e do FONAPRACE, a UFMS criou um perfil do acadêmico, onde seria possível obter dados como forma de deslocamento do estudante, se ele (a) mudou de cidade para cursar a graduação, entre outras informações pertinentes para entender o retrato de estudante que ingressa e ao longo do tempo, permanece na instituição. Em sua maioria, estas referências atendem a PROAES, mas também são utilizadas por outras pró-reitoras. Estas informações são atualizadas semestralmente, preenchido no ato da matrícula e posteriormente a cada renovação de matrícula.

No ano de 2021, a instituição contava com um total de 25.288 estudantes matriculados em suas todas as suas unidades. Deste montante 76,7% responderam ao questionário, totalizando 19.387 discentes, destes, 55,9% são do sexo feminino (10.841 estudantes), reforçando que a maioria nas salas de aula em universidades são mulheres. Apenas 4,7% (918) se declaram como pessoas pretas, contrastando com os 25,9% de brancos (5.025), contudo, 46,1% (8.943) preferiram não responder essa questão, talvez motivados, ou neste caso, desmotivados com a possibilidade de serem desligados de seus cursos. Muitos estudantes ingressaram na UFMS pelo uso de cotas raciais, assinavam no ato da matrícula um documento atestando a veracidade da autodeclaração e, talvez por falta de leitura das “letras menores” ignoraram o fato de que a qualquer momento poderiam ser avaliados por uma banca de heteroidentificação, prática que passa a ser adotada no ano de 2017 e resultou no desligamento de diversos estudantes, entre eles, alguns do curso de Medicina no Campus de Três Lagoas e na cidade universitária (unidades que contam com o referido curso).

Mais da metade mora com os pais, 56,3% (10.922), o que nos leva a pensar que esses estudantes se encontram numa posição um pouco mais estável/confortável financeiramente, pois diferente dos que precisam arcar com aluguel de forma individual, não precisam ter tal despesa.

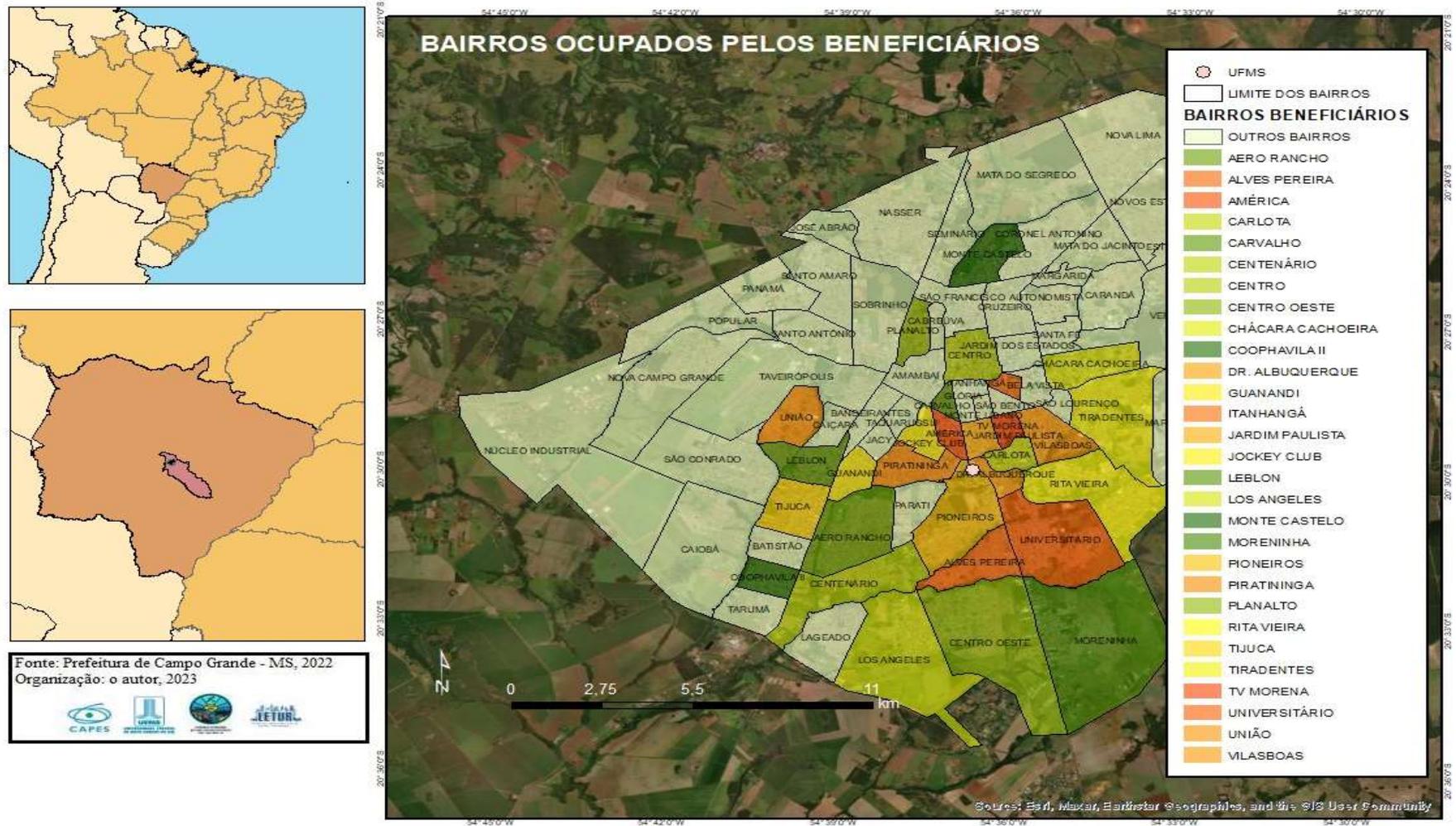
Agora chegamos a um número interessante para esta pesquisa, dentre os 19.387 discentes que preencheram o formulário, 25,5%, ou seja, 4.936 estudantes precisaram mudar de cidade para estudar (este levantamento, considerando as dez unidades espalhadas nos municípios do estado), todavia este público precisa comprovar renda *per capita* de até um salário-mínimo e meio para a aquisição do auxílio moradia. Além da mudança de município, há também estudantes que mudaram de estado, a grande maioria oriunda de São Paulo, um total de 1.641 graduandos, representando uma porcentagem de 33,2%, também há casos de estudantes que vieram do Maranhão, Roraima, Rio Grande do Sul, ou seja, a UFMS tem matriculados em suas unidades, discentes das cinco regiões brasileiras em suas salas de aula.

Outro requisito para o acesso aos auxílios durante a pandemia, foi a exigência do CADÚNICO, segundo dados do perfil acadêmico, somente 4.080 estudantes possuem o cadastro, um total de 21% do total de matriculados, ao considerar os discentes enquadrados na renda *per capita* permitida para concorrer aos benefícios, já teríamos um total de 856 pessoas fora da seleção. Além das lacunas apresentadas anteriormente, esta é mais uma falha apresentada ao generalizar que toda pessoa de baixa renda possui o Cadastro Único. No ano de 2021, a necessidade de alguns discentes que precisavam realizar o registro foi bem complexa. Muitos CRAS não estavam atendendo da mesma forma, agendamentos para atendimento e retirada do documento eram realizados, e com isso, muitos candidatos ficaram fora da seleção dos benefícios.

2.1. O PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DA UFMS

Neste ponto da pesquisa é importante expor a delimitação para esta pesquisa: focada nos 239 estudantes assistidos pelo auxílio moradia no ano de 2021; matriculados em algum curso na cidade universitária; e que tiveram que mudar de município, para assim fazer jus ao auxílio moradia. De tal forma, é importante identificar os espaços ocupados por estes estudantes e motivações para residirem nestes bairros.

Mapa 1 – Campo Grande – Bairros em Campo Grande ocupados pelos beneficiários em 2021 – 2023.



Fonte: Prefeitura de Campo Grande - MS, 2022
 Organização: o autor, 2023



A tabela abaixo indica o quantitativo de estudantes que residem nos bairros acima indicados pelo mapa acima:

Tabela 2 – Campo Grande – Distribuição de beneficiários por bairro – 2023.

BAIRRO	QUANTIDADE DE ESTUDANTES
AERORANCHO	2
ALVES PEREIRA	3
AMÉRICA	4
CARLOTA	13
CARVALHO	13
CENTENÁRIO	4
CENTRO	7
CENTRO - OESTE	3
CHÁCARA CACHOEIRA	3
COOPHVILLA II	2
DR. ALBUQUERQUE	15
GUANANDI	5
ITANHANGÁ	5
JARDIM PAULISTA	9
JOCKEY CLUB	4

LEBLON	6
LOS ANGELES	6
MONTE CASTELO	7
MORENINHA	4
PIONEIROS	37
PIRATININGA	17
PLANALTO	6
RITA VIEIRA	13
TIJUCA	4
TIRADENTES	6
TV MORENA	8
UNIVERSITÁRIO	15
UNIÃO	8
VILASBOAS	10

Fonte: PROAES – UFMS
Organizado por: COSTA, Rodrigo. 2023.

Com as informações obtidas nos registros dos acadêmicos beneficiários, é possível através do Mapa 1 visualizar os bairros em que residem todos os beneficiários do auxílio moradia. No ano de 2021, temos o registro de 29 bairros ocupados por estes estudantes, sendo a maioria residente do bairro Pioneiros (37 beneficiários). Destes 37 acadêmicos, grande parte reside em condomínios da construtora MRV, situados na Avenida Senador Antônio Mendes Canale (na época, os que estavam prontos para morar eram Castelo de San Marino, Castelo

de Mônaco e Castelo de Luxemburgo, sendo este último o mais popular entre os estudantes) os apartamentos em geral têm dois quartos. Somados os valores de aluguel e taxa de condomínio, os discentes pagavam valores próximos a R\$1000,00. Neste montante, os acadêmicos tendem a dividir residência com algum colega, quase sempre beneficiários também.

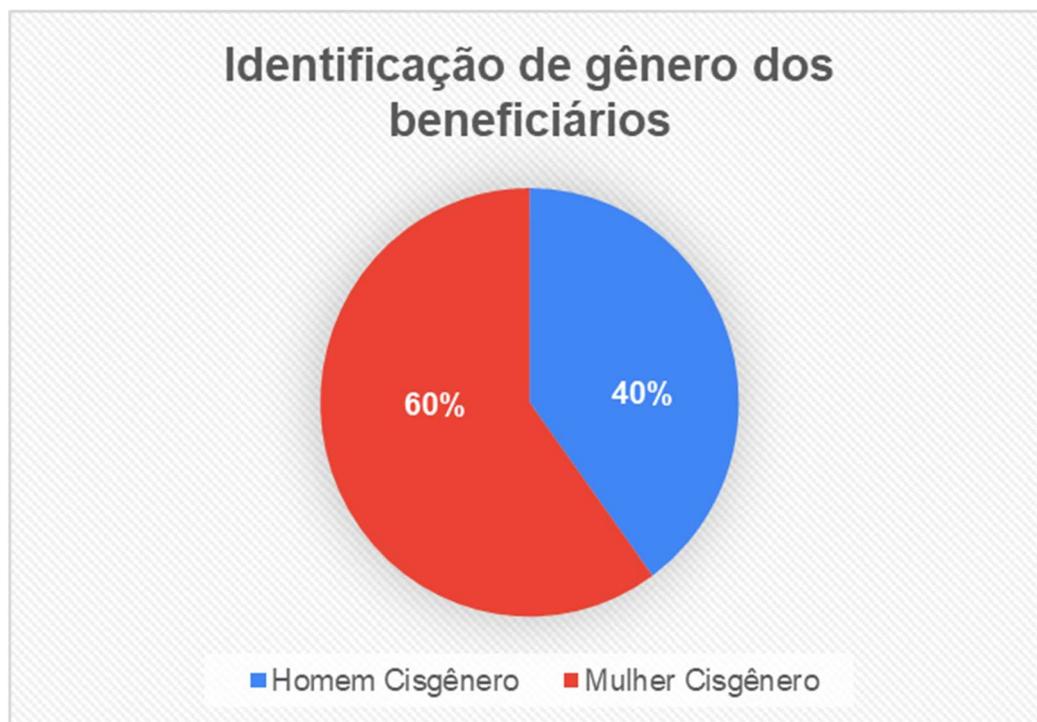
Esses condomínios estão próximos à UFMS, assim, os estudantes não fazem jus ao passe do estudante, fazendo a maioria dos seus trajetos a pé. Todavia, nessa localidade é oferecido o serviço do “businho”⁸. Apesar de se concentrarem nas proximidades da universidade, somente universitários moradores na Avenida Senador Antônio Mendes Canale utilizam o microônibus.

Para além das informações que caracterizassem o perfil do estudante da UFMS de maneira mais abrangente, dentre os procedimentos metodológicos estabelecidos para esta pesquisa, foi elaborado um questionário específico (ANEXO B), com o intuito de conhecer melhor o retrato dos beneficiários do auxílio moradia. O questionário foi elaborado pela plataforma Google Forms e enviado aos 239 estudantes assistidos pelo auxílio moradia. Este formulário ficou disponível por 45 dias, contudo, apenas 30 respostas foram registradas, representando 12,5% dos acadêmicos assistidos.

Esse questionário foi desenvolvido para entender um pouco da relação dos estudantes com a cidade, e de que forma estes indivíduos percebem a rede urbana para o atendimento às demandas básicas e entender a importância do auxílio na vida destes beneficiários. O questionário foi estruturado pensando em conter o menor número de questões, mas que fossem suficientes para traçar o perfil e atender às exigências desta pesquisa. No total foram 14 perguntas objetivas, que possibilitassem identificar o gênero mais frequente; o bairro em que residem; de quais município se mudaram (em alguns casos, como relatado acima, a mudança foi entre estados); se conseguiram visitar seus familiares durante a pandemia; a relevância do auxílio para a continuidade em um curso de ensino superior, entre outras questões.

⁸ Popularmente conhecido como “businho”, um microônibus transita entre as unidades da UFMS em Campo Grande (Cidade Universitária, FAMEZ e ESAN), e atende estudantes que residem na Avenida Senador Antônio Mendes Canale. Informação obtida através da entrevista com a terceira acadêmica de Engenharia de Produção.

Gráfico 1 – Campo Grande – Identificação de gênero dos beneficiários – 2021.



Fonte: Google Forms, 2021.

Conforme representado no gráfico acima, o maior público entre os beneficiários é o feminino, tal como na quantidade em geral dos estudantes.

Mesmo com opções quanto a outros gêneros, os respondentes se identificaram apenas como cisgêneros, ou seja, se identificam com o sexo biológico que nasceram.

De acordo com o texto de Barroso e Mello (1975), e fato que se perpetua até os dias atuais, mulheres em sua maioria estão em cursos de menor prestígio social, em grande parte em cursos de licenciatura. Em complemento ao citado por Barroso e Mello (1975), Hirata e Kergoat (2007) mencionam a divisão sexual do trabalho, seguindo dois princípios: os de separação, trabalhos de homens e mulheres; e a hierarquia dos trabalhos, trabalhos de homens valem mais. Tendo em vista que a profissão de docente não é valorizada em nosso país, antes, as licenciaturas se enquadravam no quesito sexual de divisão de trabalhos, havendo a justificativa que o trato com crianças é uma atribuição preferencial às mulheres, atualmente, temos a separação racial, onde homens pretos da classe trabalhadora têm também ocupado tais espaços. Segundo Queiroz (2000),

mesmo com a grande inserção das mulheres no ensino superior brasileiro, a “ideologia da vocação”, ainda se faz presente, acarretando falta de prestígio de algumas carreiras.

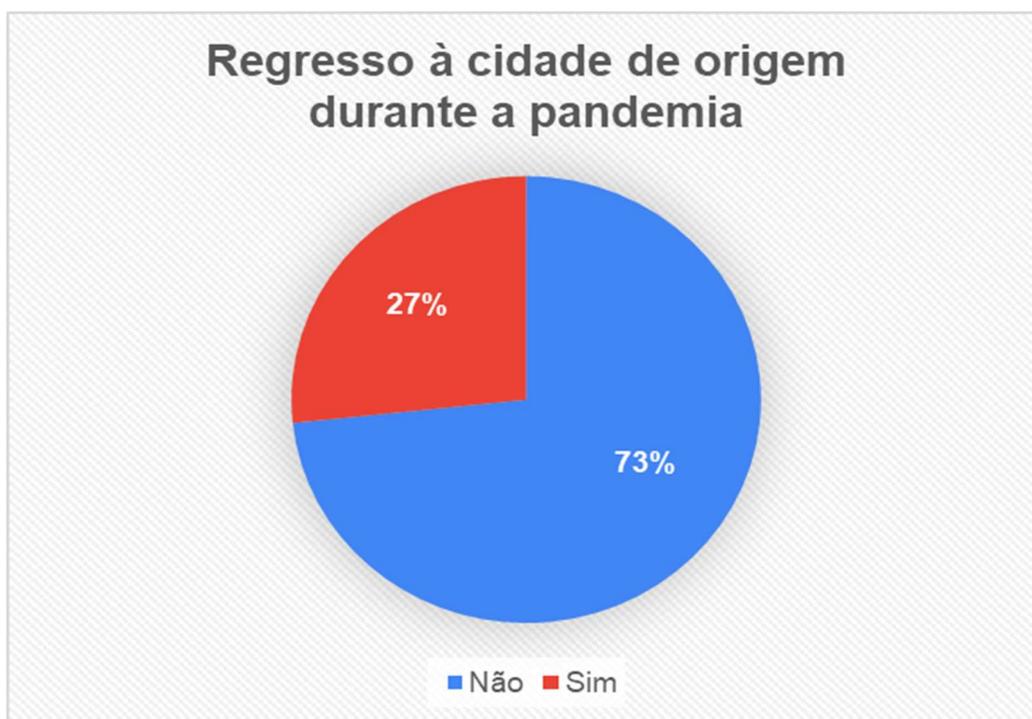
Acesso, permanência e rendimento escolar já não são mais formas de “determinar” de forma pejorativa o gênero no cenário da educação superior brasileira. Dentre as mudanças na sociedade, no quesito gênero, a inserção da mulher na universidade tem se mostrado uma das mais significativas (ROMANELLI, 2000). Ao contrário do que aconteceu no passado, quando o acesso ao ensino superior era negado ao público feminino, atualmente, as mulheres são maioria nesse segmento de ensino no país. Pesquisadoras do tema “mulher no ensino superior brasileiro” (BLAY, 2004; LOURO, 2007; ROSEMBERG e AMADO 1992; ROSEMBERG, 2001) também apontam que, ao longo das últimas décadas, as mulheres se destacaram mais que os homens nos diversos níveis de ensino.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre a mulher na educação superior, no período de 1991 a 2005 Ristoff et al (2007), revelam que, ao longo do período estudado, as mulheres não só representam a maior parte dos inscritos nos vestibulares como a maioria dos ingressantes no ensino superior e a maior parcela dos concluintes, demonstrando melhor desempenho acadêmico que os homens, de forma que em nossa atual sociedade, as mulheres provaram ser mais que capazes de ocupar os espaços que quiserem, sem sofrer qualquer forma de discriminação, todavia, ainda enfrentam os males da sociedade patriarcal machista.

Bourdieu (2007) também nos leva a refletir sobre a praticidade de carreiras de menor prestígio como uma forma tanto para mulheres, quanto pessoas categorizadas como desprestigiadas socialmente, para que a possibilidade de conclusão de uma graduação possibilite a qualificação do trabalho e assim, custear cursos de mais prestígio. Fato comum entre estudantes da classe trabalhadora, em geral, por um melhor desempenho, mulheres quase sempre informam que estão cursando a graduação de sua escolha, ao contrário

de jovens matriculados em cursos de licenciatura no período noturno que buscam uma mudança de curso no futuro⁹.

Gráfico 2 – Campo Grande – Regresso à cidade de origem durante a pandemia – 2021.



Fonte: Google Forms, 2021.

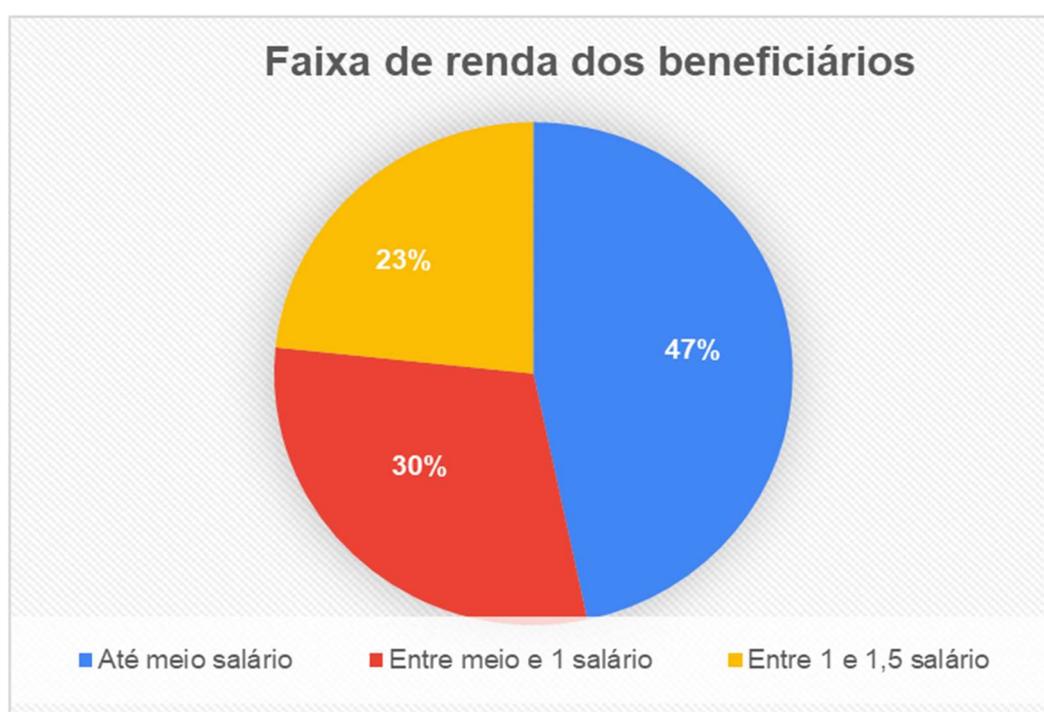
O gráfico 2 ilustra que, dos 30 estudantes que responderam à pesquisa, 73% não regressaram às cidades de origens, seja pelo temor de perder o benefício, ou, em sua maioria, pela falta de condições de arcar com as custas de ida e volta. Deslocamentos intermunicipais no Mato Grosso do Sul são muito onerosos e como a maior parte dos estudantes precisa desempenhar alguma atividade informal para complemento da renda, ou acúmulo de auxílios para arcar com todas as custas para sua manutenção em Campo Grande. A partir da fala dos estudantes durante as atividades na secretaria de assistência estudantil, é possível constatar que mesmo com receio de perda do benefício, a maioria dos

⁹ Essa informação não foi adquirida apenas no atendimento aos estudantes beneficiários, mas em orientações sobre portadores de diplomas não poderem ingressar nos auxílios e ouvindo relatos de estudantes que não conseguiram nota satisfatória para o ingresso no curso de sua escolha. Fato que tem sua origem na educação básica de pouca qualidade e impossibilidade de pagar cursos preparatórios voltados para ENEM e vestibular.

estudantes não tinha condições de regressar às cidades de origem, em especial os que moravam em outros estados.

Uma outra questão a ser abordada, é a possibilidade de receio entre os estudantes sobre o retorno às localidades de origem durante a pandemia, ao identificar beneficiários que tenham regressado para suas cidades natais, os mesmos deveriam ser desligados do auxílio moradia, já que não cumpriam a exigência de não estar com o núcleo familiar. Esse tipo de questionamento, após uma breve reflexão pode também ser motivo de baixa adesão ao formulário. A situação era delicada, as pessoas estavam confinadas, a saúde mental estava em xeque, então, havia necessidade de cuidado com o público, situação que poderia ser relevada pela gestão, entretanto, havia a defesa de que outros estudantes não eram atendidos pelos auxílios e não tinham regressado ao núcleo familiar. Será que não retornaram pela impossibilidade financeira? Ao focar apenas a parte que interessa aos estudantes, parcela mais fragilizada nessa equação, a eventual perda do auxílio pareceu uma ameaça, ao analisar a justificativa da universidade, era melhor empregar o escasso recurso financeiro, visto os cortes que a educação sofreu no governo do presidente Bolsonaro, nos anos de 2020 e 2021, em especial a assistência estudantil.

Gráfico 3 – Campo Grande – Faixa de renda dos beneficiários – 2021.

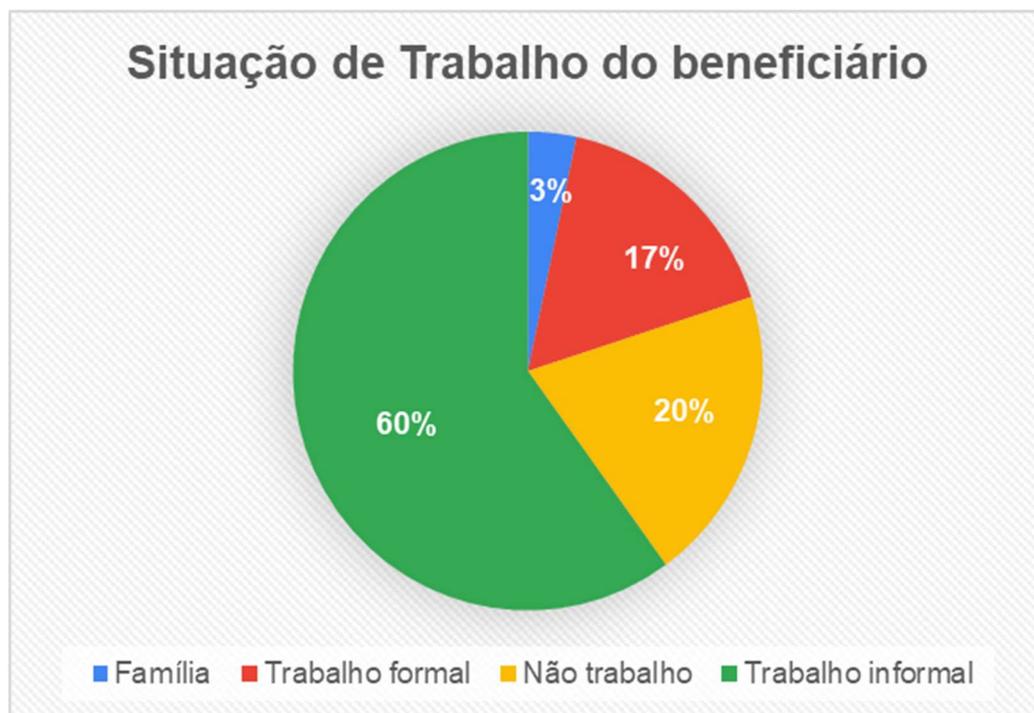


Fonte: Google Forms, 2021.

A relevância do auxílio moradia na vida destes estudantes é demonstrada quando 14 dos 30 estudantes que responderam à pesquisa, informam ter renda *per capita* na faixa de até meio salário-mínimo, ou seja, tem 1/3 (um terço) da renda da população dita vulnerável socioeconômica (Gráfico 3), muito abaixo dos padrões, ou seja, sem o complemento dos auxílios da assistência estudantil, não teriam qualquer possibilidade de arcar com gastos como habitação, locomoção, manutenção do curso e a vida em Campo Grande.

Quanto ao valor gasto com lazer, além da necessidade de arcar com deslocamentos, visto que, o passe do estudante não contempla outros gastos a não ser o deslocamento para as aulas, a cidade de Campo Grande não oferece muitas atividades culturais de forma gratuita, quando são oferecidas, ocorrem em lugares dispersos e de forma esporádica, a exemplo do Parque das Nações Indígenas, localizado na Avenida Afonso Pena, no centro de Campo Grande, a uma distância de 7,5 quilômetros da UFMS. Alguns Shows gratuitos são promovidos no Shopping Parque dos Ipês e suas proximidades, shopping que fica a 14,2 km da universidade e estrategicamente é localizado afastado longe da área de contato com os populares, ou seja, dificilmente acessado por universitários, em especial os beneficiários. Tais apontamentos indicam mais uma contradição nas ações do estado e da sociedade capitalista, quando atividades gratuitas são ofertadas aos que possuem maior poder aquisitivo, além da possibilidade de deslocamento para qualquer ponto da cidade.

Gráfico 4 – Campo Grande – Situação de trabalho dos beneficiários – 2021.



Fonte: Google Forms, 2021.

Conforme ilustra o gráfico 4, a grande maioria encontra-se inserida no mercado informal de trabalho, apenas 3% destes estudantes recebe alguma ajuda financeira de seus familiares, ressaltando a vulnerabilidade destas famílias.

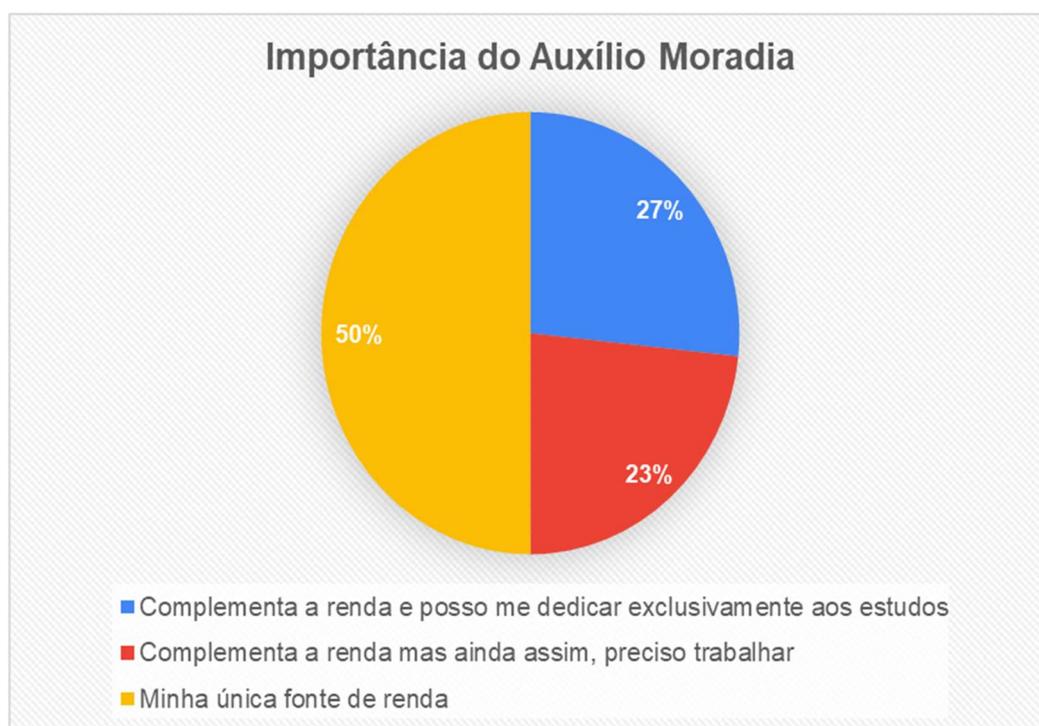
O valor do auxílio moradia, R\$400,00, é insuficiente para garantir a manutenção das necessidades básicas de um estudante, assim, precisa ser complementado de alguma forma, seja através do trabalho realizado pelo estudante, quase sempre informal, ou com o acúmulo de outro benefício, em alguns casos, do auxílio permanência, também no valor de R\$400,00. O auxílio moradia atendeu apenas 239 estudantes (2021) sendo insuficiente para arcar totalmente com gasto referentes a habitação, e isso torna visível o processo de desigualdade socioespacial percebida pela classe trabalhadora. Um outro fator agravante sobre a qualidade da ação desenvolvida, é que com o valor abaixo de uma faixa que atenda o sustento dos acadêmicos assistidos, isso implica na escolha entre negligenciar seu tempo de estudo, ou trabalhar para sobreviver. Como os cursos integrais têm um período de aula compreendido das 7h às 17h, a única forma de ingressar no mercado de trabalho, seria na categoria informal.

Dos estudantes que responderam ao questionário, 60% estão inseridos no mercado de trabalho informal, problema esse evidenciado no período da pandemia. Tal como exposto por Antunes (2020), o trabalho informal, em especial a “uberização”, serviu para mascarar o alto número de desempregados, mas deu a falsa impressão a muitos brasileiros de que eram seus próprios empregadores, mudança que tem ocorrido dentro da classe trabalhadora, a informalidade passou a ser regra e a dinâmica de trabalho flexível, nada mais é que um meio de exploração exercida pelo capitalismo. A exemplo dos motoristas de aplicativo, que não podiam cumprir com o isolamento social imposto durante a pandemia, e precisavam cumprir jornadas de até dez horas de trabalho, porém, mesmo que essa categoria de profissionais não pudesse cumprir o distanciamento, grande parte de sua clientela estava reclusa, concomitante à pandemia, estes trabalhadores enfrentam a alta de combustíveis que ocorre no ano de 2021.

Em atendimento realizado aos estudantes, foi possível ouvir relatos de um estudante, beneficiário, que trabalhava de “Uber”, e além de todas as despesas relatadas, pagava aluguel de um carro. Para potencializar seus ganhos, já que não conseguia cumprir um “expediente” de dez horas, costumava trabalhar nos dias em que sabia de alguma “balada” e tinha jornadas das 19h às 00h. Nos finais de semana, circulava nas áreas próximas de supermercados e assim conseguia que seus deslocamentos fossem otimizados.¹⁰

¹⁰ Informação adquirida em uma conversa informal, na SEAE, com um beneficiário do curso de Análise de Sistemas. Estudante do sexo masculino, idade entre 24 e 26 anos, oriundo do interior do Estado de São Paulo e com altos índices de reprovação acadêmica, mas que ajudava a mãe e a irmã com a renda do trabalho de motorista, além de arcar com as custas em Campo Grande.

Gráfico 5 – Campo Grande – Importância do auxílio moradia – 2021.



Fonte: Google Forms, 2021.

Através do gráfico 5, disposto acima, é possível constatar que muitos estudantes possuem apenas o valor dos auxílios para custear suas despesas, fato que se relaciona com o gráfico 6, a seguir – a necessidade de acúmulo de auxílios. Estes estudantes não ingressaram no mercado de trabalho, mesmo que na categoria informal. Neste caso, estes universitários recorrem à divisão de residência, formando repúblicas e assim, se dedicarem totalmente aos estudos, necessidade ainda maior para os acadêmicos de cursos integrais.

Pensando também em custos com a permanência e qualidade de ensino, a universidade não oferece muita ajuda. Não há um serviço com copiadora para estudantes, fato este que foi divisor de águas durante o processo seletivo. Durante um curto espaço de tempo, o DCE ofereceu o serviço de copiadora comunitária, mas a gestão não foi bem realizada e logo a atividade cessou.

A editora também não conta com um acervo que favoreça os alunos além de não ter valor atrativo. As livrarias na cidade não oferecem nenhum plano de fidelidade ou opção que ofereça livros a valores acessíveis para os estudantes, em busca de uma alternativa, eles recorrem a arquivos em PDF ou se juntam e compram livros de forma comunitária.

Gráfico 6 – Campo Grande – Acúmulo de auxílios – 2021.



Fonte: Google Forms, 2021.

A partir das informações contidas nos gráficos 5 e 6, é possível perceber que a maior parte dos estudantes conta apenas com um benefício, e analisando o gráfico 5, onde 50% não possui outro recurso, vemos que a grande maioria tem renda de R\$400,00, um terço do salário-mínimo, e aí surge um outro fato a ser ponderado nesta pesquisa, com apenas R\$400,00, e com um valor em média de R\$420,00 de aluguel, ou seja, o auxílio moradia não consegue suprir sequer o preço do aluguel, assim, fica o questionamento, como e onde vivem esses estudantes? Com as respostas do questionário e do perfil acadêmico, foi possível identificar que os beneficiários residem em bairros próximos à universidade visando minimizar custos com transporte.

Em uma análise geral de gráficos, é possível constatar que as “repúblicas” são uma solução para a questão de diminuir os gastos. Sob outra perspectiva, ocorre a socialização entre estudantes, mas há a perda da privacidade, sendo as habitações mais baratas contendo apenas um quarto, com espaço mínimo, onde residem duas ou mais pessoas, para conseguir arcar com aluguel, alimentação, custas com a universidade, e talvez, com um maior número de moradores, seja possível arcar com lazer.

Normalmente, indivíduos com menor faixa de renda possuem duas preocupações básicas, morar e alimentar-se, mesmo para os que recebem alguma assistência do estado, ou da universidade. A qualificação para o mercado de trabalho através do ensino superior torna-se secundário quando as condições de sobrevivência estão ameaçadas, na análise de beneficiários de um auxílio chamado moradia, como não pensar que este direito não pode ser atendido apenas com o valor recebido?

Entretanto, morar não é simples, segundo Rodrigues (1991), implica, “ocupar espaço”, implica no uso da cidade, um uso múltiplo, definido, sobretudo, a partir do local de moradia, e suas possibilidades de viver e alcançar a cidade por meio da infraestrutura de aparelhos públicos disponíveis e funcionando satisfatoriamente no entorno dessa moradia. Sem o medo de ir e vir no trajeto do trabalho à casa, ou da universidade para a casa ou trabalho, independente do espaço ocupado, ele precisa ser seguro e oferecer a viabilidade de uso de forma que a renda não seja o único fator a determinar a cidade que se tenha direito a usar.

Nas palavras de Rodrigues (1991, p.92), a diversidade no rol de moradias localizadas nas cidades,

deve-se a uma produção diferenciada das cidades e refere-se à capacidade diferente de pagar dos possíveis compradores, tanto pela casa/terreno, quanto pelos equipamentos e serviços coletivos. Somente os que desfrutam de determinada renda ou salário podem morar em áreas bem servidas de equipamentos coletivos, em casas com certo grau de conforto. Os que não podem pagar, vivem em arremedos de cidades, nas extensas e sujas “periferias” ou nas áreas centrais ditas “deterioradas”. Nestes arremedos de cidades, há inclusive aqueles que “não moram”, vivem embaixo de pontes, viadutos, em praças, em albergues, não tem um teto fixo ou fixado no solo.

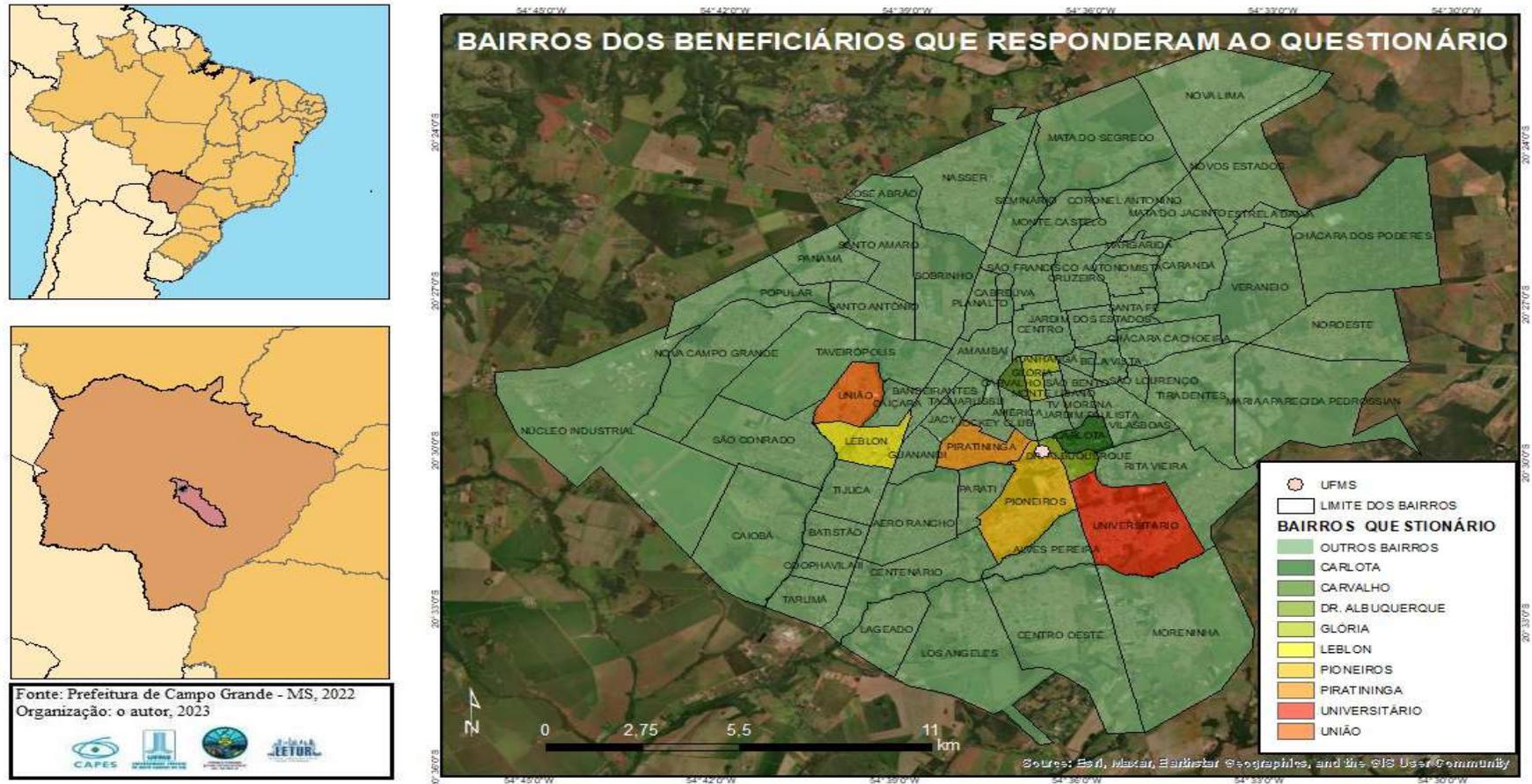
Segundo dados do site infomóveis, a Vila Ipiranga é o bairro que apresenta valores de aluguéis mais baixos¹¹ considerando as quitinetes próximas à universidade (algumas destas alugadas por imobiliárias, outras, negociadas diretamente com o proprietário), o referido auxílio, no valor de R\$400,00 é insuficiente para arcar com despesas habitacionais, levando o

¹¹ Segundo consulta realizada em 16 de agosto de 2022, o valor do aluguel de uma casa com apenas um quarto, com 57m², custa R\$ 420,00.

público beneficiado a tentar o acúmulo (pela incerteza de conseguir a classificação para os diferentes auxílios) com outros auxílios ou dividir o espaço de moradia com outras pessoas, quase sempre, também na condição de beneficiário dos auxílios da assistência estudantil. Além da habitação existem gastos com alimentação, vestuário, deslocamento, lazer, visita aos familiares que residam em outros municípios/estados e todos os gastos necessários para a manutenção da vida do indivíduo.

Apesar de apresentar os valores mais acessíveis, o fator segurança acaba afastando muitas pessoas de residirem no bairro, em específico nas proximidades do Hospital Universitário – HU. Por este motivo, a Vila Ipiranga não aparece entre os mais resididos pelos beneficiários que responderam o formulário.

Mapa 2 – Campo Grande – Bairros dos Beneficiários que responderam ao questionário – 2023.



Fonte: Prefeitura de Campo Grande - MS, 2022
 Organização: o autor, 2023



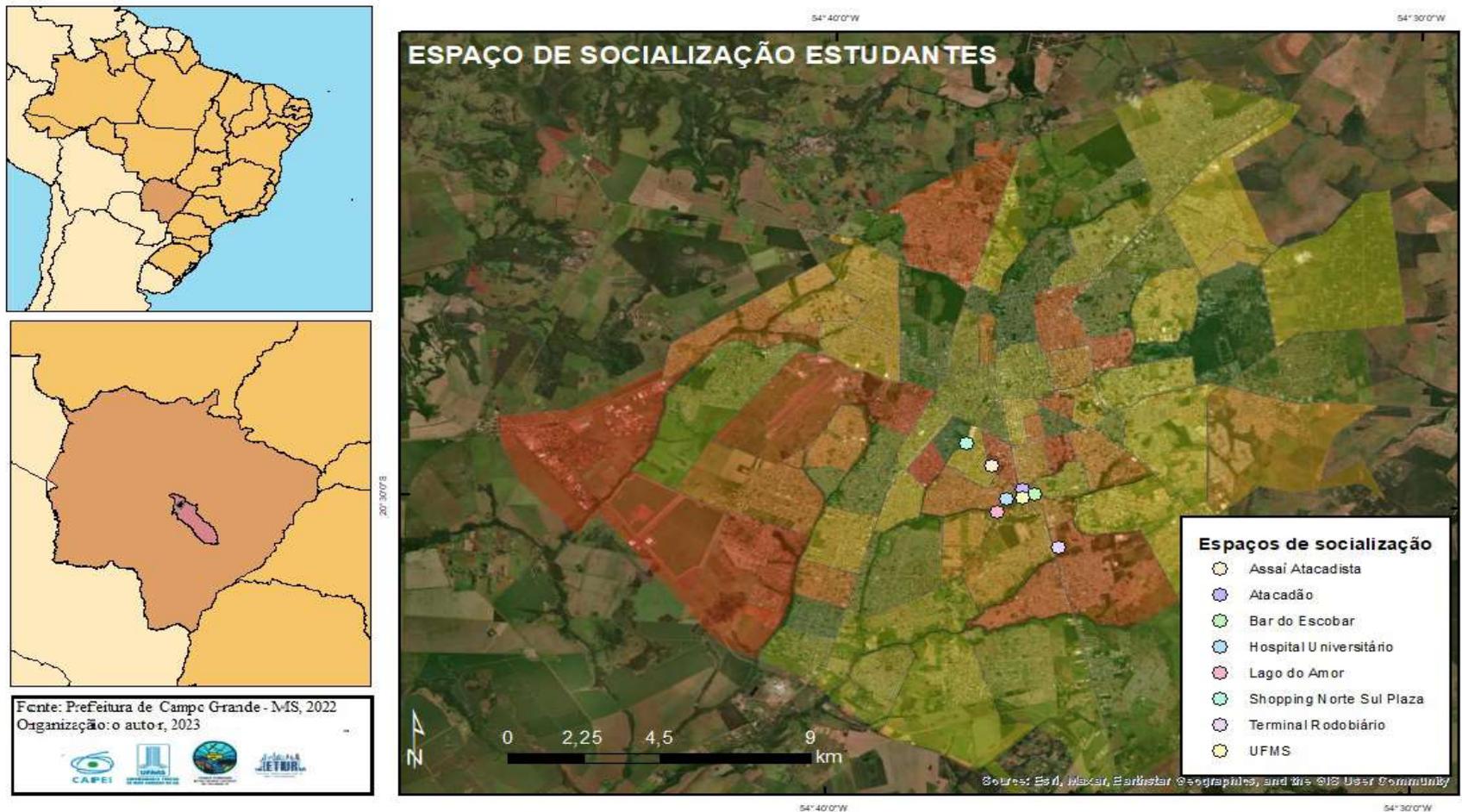
A partir dos bairros demarcados no Mapa 2, temos uma redução considerável de bairros. No total, com as 30 respostas do formulário do Google Forms, o bairro Pioneiros ainda se repete, mesmo com diminuição drástica dos participantes. Estes bairros acabam restringindo os pontos mais frequentados entre os estudantes beneficiários, e como pode ser limitado o uso da cidade por estes indivíduos.

Nesse contexto, os mercados Assaí Atacadista e Atacadão oferecem duas vantagens aos estudantes, a primeira é a proximidades com a universidade, e assim, a ida ao mercado não gera um deslocamento que necessite ser realizado por ônibus, a outra é que são mercados conhecidos por venderem em atacado, desta forma os preços de produtos no varejo tendem a ser mais acessíveis quando comparados a outras redes de supermercados, exclusivamente varejistas, como no caso dos estabelecimentos da rede COMPER.

Abaixo, segue o Mapa 3 que ilustra, além das duas redes de supermercados, os pontos de socialização dos estudantes da UFMS. E como estes beneficiários não contam com facilidades em deslocamento, o traslado a pé pode facilitar a socialização dos indivíduos nos espaços ocupados.

Os dois estabelecimentos de mercado (Atacadão e Assaí) tornam-se espaços voluntários e espontâneos de socialização para os beneficiários. O tempo prolongado nas filas torna esse local próprio para consumo em mais um ponto de troca entre os estudantes. Claro que estas lojas não desempenham ou têm a mesma relevância do Bar do Escobar, mas favorecem a integração ainda que sem este propósito.

Mapa 3 – Campo Grande – Espaço de socialização dos estudantes beneficiários – 2023.



Em relação a atividades de lazer nas proximidades e que não tenham custos de entrada, há o Lago do Amor, espaço público e aberto, geralmente utilizado para caminhadas, com a presença de alguns comerciantes que montam seus quiosques. A comunidade campo grandense, não apenas os estudantes universitários, aproveitam o pôr do sol no local. O Lago do Amor não apresenta estrutura similar a outros espaços públicos, como praças com seus equipamentos para ginástica, se localiza próximo a um dos acessos à UFMS, por meio da Escola de Administração e Negócios - ESAN, então, neste caso, o lazer está à porta da universidade.

Há também o Bar do Escobar, próximo à Avenida Costa e Silva, muito frequentado por estudantes, é um espaço utilizado para a recepção aos calouros, entre outras confraternizações. Este estabelecimento receberá uma seção mais à frente neste trabalho, devido sua importância na vida dos discentes da UFMS.

A respeito das opções de saúde, temos o Hospital Universitário - HU, serviço utilizado pelos estudantes para atendimentos emergenciais, pois, mesmo na condição de acadêmicos da instituição não há qualquer forma de atendimento prioritário ou específico. Até o ano de 2015, cada campus disponibilizava o deslocamento de seus alunos que precisassem de atendimento odontológico para que o serviço fosse prestado por graduandos de odontologia em suas atividades de estágio. Atualmente, estudantes de Campo Grande conseguem ser atendidos pelo mesmo serviço. Para atendimentos de rotina, ou em casos de emergência que os universitários não estejam dentro da UFMS, os estudantes são atendidos nas Unidades de Pronto Atendimento – UPA, ou Unidades Básicas de Saúde – UBS de sua região como qualquer indivíduo da sociedade civil.

O Hospital Universitário está localizado na Avenida Senador Filinto Müller, 355 – Vila Ipiranga, rua que conta com algumas quitinetes em valores mais acessíveis, mas como mencionado anteriormente, não são muito requisitadas por apresentarem riscos para os moradores e transeuntes em horários noturnos – as ruas são mal iluminadas e por ser uma rua de ladeira, escapar de algum

perseguidor ser torna muito complicado. Os assaltos são recorrentes na região e já foram relatados¹².

Figura 3 – Campo Grande – Frente do Hospital Universitário, vista da cancela de entrada – 2023.



Fonte: Registro fotográfico do autor, 2023.

Seria fácil falar em comodidade, já que os espaços no entorno da universidade podem atender necessidades básicas cotidianas dos acadêmicos, todavia, essa não é a realidade quando falamos de pessoas oriundas dos mais diversos lugares, com apoio restrito de seus familiares, ou até mesmo sem qualquer ajuda, utilizando espaços limitados, não apenas por praticidade, mas por não conseguirem arcar com a ida a outros lugares, a exemplo do shopping Norte Sul Plaza que está a uma distância de 3km da Cidade Universitária. Ao visitar outras localidades, estas pessoas precisam renunciar a algo, seja no lazer, ou quando não há planejamento, há a renúncia ao atendimento de alguma

¹² Conforme informações passadas por estudantes que residem nas proximidades e notícias publicadas no jornal online Campo Grande News.

necessidade básica, a exemplos das refeições que acabam custando mais caro, quando não são realizadas no restaurante universitário.

2.2. O DIA A DIA DE BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Após o retorno das respostas dos questionários, havia a necessidade de maior aprofundamento da análise de dados empíricos que não poderiam ser obtidos apenas com informações que constavam no sistema de bolsas¹³. Outro recurso metodológico utilizado nesta pesquisa foi a utilização de entrevista semiestruturada (ANEXO C), isso com o intuito de dar maior abrangência de análise à temática aqui proposta, esta seção visa dar voz às pessoas.

Mesmo com o entendimento de que o número de pessoas entrevistadas é muito pequeno para dar suporte a este trabalho, após inúmeras tentativas ao longo dos meses, só foi possível realizar mais três entrevistas, todas com estudantes da mesma turma. O perfil acadêmico é semelhante, mas é possível encontrar diferenças em seus perfis sociais. Pelo entendimento de certas similaridades e por terem sido realizadas ao final desta pesquisa, as últimas entrevistas receberão uma subseção, para separar as entrevistas que ocorrem na pandemia, no início da pesquisa; e as entrevistas que ocorrem por telefone, ao final da pesquisa e fora do período de isolamento social.

Góes (2022) e outros cientistas das humanidades entendem que a pesquisa qualitativa é uma importante ferramenta na construção de um trabalho científico na área de Ciências Humanas, o banco de dados e análises destes dados será sempre importante, mas as entrevistas têm um valor social.

Desse modo, podemos considerar que as entrevistas são constituídas por relações interpessoais e intersubjetivas estabelecidas entre entrevistador e entrevistado, nas quais se busca produzir conhecimento acerca das vivências e representações dos entrevistados, considerados como representativos de grupos ou subgrupos sociais. Sendo assim, o enfoque das entrevistas nas Ciências Humanas é compreender, a partir das narrativas e discursos enunciados por sujeitos individuais, os diferentes processos associados a seus mecanismos de socialização. (GÓES, 2022. p. 72)

¹³ Sistema utilizado para inserir os dados dos bolsistas, o sistema de governança de bolsas serve para inclusão de beneficiários, realizar pagamento dos auxílios e desligamentos dos acadêmicos assistidos.

A intenção foi trazer da forma mais fiel e rica possível as falas destes jovens, que em seu cotidiano, seja na rotina dentro da UFMS; em locais de trabalho, onde adquirem suas fontes de renda; seja na utilização dos aparelhos públicos urbanos; ou sofrendo pela falta de qualidade no transporte público coletivo e impossibilitadas de momentos de lazer fora dos bairros que residem. Em outras palavras, usam e reproduzem a cidade e, não conseguem experienciar em sua totalidade o meio universitário pela necessidade de trabalhar para complementar sua renda.

Também foi possível comparar as duas primeiras entrevistadas, ambas são acadêmicas de cursos integrais, estão na mesma faixa etária, todavia, percebem o espaço de formas distintas, seja pela rotina distinta, pelo local de onde vieram, ou até a criação recebida. Mesmo com alguns aspectos similares em seus perfis, as duas primeiras entrevistadas demonstram ao longo da conversa suas percepções quanto ao uso da cidade, conforme relatado nas linhas que se seguem.

Como as falas foram realizadas no período de isolamento social, estas ocorreram via Google Meet. A primeira, no dia 28 de outubro de 2021 às 14h; a segunda, às 10h do dia 31 de outubro de 2021, ambas com duração um pouco superior a uma hora. As entrevistadas eram duas estudantes de 21 anos, de cursos integrais, seus nomes não serão revelados conforme solicitado por ambas, as entrevistas não foram gravadas, também a pedido. Nomes fictícios foram adotados para dar maior dinâmica aos relatos. A primeira entrevistada será chamada de Ana, é oriunda do município de Aquidauana, situado a 141 km de Campo Grande, cursa Jornalismo, está no oitavo semestre e atualmente reside no bairro Monte Alegre; a segunda, nomeada Maria, também não é natural de Campo Grande, vindo da área rural de Corumbá, 426 km da capital. Maria cursa Zootecnia, está terminando o sexto semestre, e reside no bairro Jardim Leblon.

Para que tudo ocorresse de forma natural, ambas relataram suas rotinas diárias, em suas residências, tendo em vista que a UFMS havia se organizado desde o ano anterior, 2020, para que as aulas fossem na modalidade remota. Conforme a conversa se desenrolou, algumas perguntas mais específicas eram feitas, e assim, as informações pertinentes para este trabalho foram sendo repassadas para as entrevistadas.

A primeira entrevistada conta com riqueza de detalhes o seu dia a dia, mostra que confeccionou uma planilha, com cada atividade e intervalos de tempo, foi quase como se o pesquisador usasse a ferramenta de acompanhamento de percursos de tão ricos os pormenores apresentados, possibilitando uma certa proximidade do entrevistador com o cotidiano dela (Góes, 2022).

Ana começa seu relato com o seu despertar, “meu dia começa quando abro meus olhos, às 5h”, já às 5:50h ela precisa estar no ponto de ônibus para se dirigir ao local estágio, atividade remunerada, vencimento que ajuda Ana a compor sua renda mensal. “Não posso chegar um minuto depois, se não, perco esse ônibus, e preciso pagar ‘Uber’ para chegar na hora”.

O transporte público coletivo em Campo Grande funciona na forma de serviço concedido pela Prefeitura Municipal de Campo Grande à uma empresa privada mediante processo de licitação. A empresa concessionária atualmente é o consórcio Guaicurus que assumiu o monopólio do transporte coletivo em 26 de novembro de 2012, antes, era realizado por cinco empresas: Viação Cidade Morena; Jaguar Transporte urbanos; Serrana Transportes Urbanos; Viação Campo Grande e Viação São Francisco.

Diferente de Ana, Maria pode começar seu dia um pouco mais tarde, às 7h, pois, entre 7:15h e 7:30h começa sua jornada de estudos no período matutino, dentro de sua residência pelo fato de estar assistindo aulas remotas. Devido à pandemia, esse primeiro período foi reduzido até às 10h, na modalidade presencial, as aulas no turno matutino terminavam próximo às 11:30h. Após o término da primeira parte das aulas, Maria começa a organizar seu almoço, para retomar suas aulas a partir das 13:15h.

Enquanto Maria está acordando, Ana chega ao local de estágio de jornalismo, em um jornal semanal de circulação tanto impressa quanto digital, isso, após percorrer de ônibus 12km em um tempo aproximado de 70 minutos. Para uma pessoa de um grande centro, proprietária de um automóvel, trata-se de uma distância muito pequena, e aqui surge um primeiro ponto de discussão; a mobilidade das pessoas, pauta importante para o uso da cidade, depende de seu poder aquisitivo, aqueles que dependem do serviço de transporte público, se deparam com uma oferta precária da atividade; horários pouco organizados; trajetos que se tornam longos quando analisamos o fator tempo; além de outras

mazelas. A percepção sobre a dinâmica da cidade também ocorre de forma distinta entre pessoas de cidades grandes, médias e pequenas. A oferta de transporte público precário tende a tornar os lugares mais distantes, Santos (2020) fala em sua obra que a diferença na acessibilidade muda o valor do homem. Dentro de um mesmo bairro, a pessoa que possui uma condição melhor de se locomover, que não seja limitada pelo serviço ofertado de forma insatisfatória, além de acessar outras partes da cidade, terá valor cultural agregado, ao ter contato com um maior número de pessoas.

Diferente de alguém com veículo próprio, uma pessoa oriunda de uma cidade de grande porte, também teria outra compreensão sobre a dinâmica de Campo Grande, que apesar de ser capital, não tende a apresentar congestionamentos no trânsito, a não ser em horários de pico (das 6h às 8:30h e das 17h às 19:30h de segunda a sexta), momento em que as pessoas estão indo para o trabalho e regressando para suas casas. Esses congestionamentos tendem a ser potencializados em dias de chuvas.

Por serem oriundas de municípios interioranos, com fluxo de pessoas e de veículos em número muito menor, possuem percepções semelhantes quanto ao fluxo no trânsito, ambas, em suas perspectivas, entendem que a dinâmica é muito acelerada quando comparada às de suas cidades natais.

Às 12h, Ana encerra suas atividades no local de estágio, ela tem seis minutos para estar no ponto de ônibus, para mais uma jornada de 34 minutos num deslocamento de 5,3km.

Aqui temos a diferença que até então só era possível notar quando analisamos classes sociais diferentes, entretanto, mesmo sendo beneficiárias da assistência estudantil, com renda avaliada em até um salário-mínimo e meio *per capita*, realidades divergentes são apresentadas, Maria ainda não precisou sair de casa e almoça no conforto de sua residência, já Ana, parte para um segundo local, agora para o seu local de trabalho.

Ana se aproxima mais de uma mulher que é chefe de família, que trabalha para garantir o sustento de seus dependentes, que enfrenta jornadas duplas, triplas, pois além de estudar, realizar atividades de estágio, e trabalhar, Ana ainda precisa cuidar de sua casa. Sua percepção do espaço ocorre de forma diferente da outra estudante, passando várias horas se deslocando e retornando no final do dia para sua residência. Maria, mesmo precisando complementar sua

renda, ao menos consegue estudar com tranquilidade e não passa por todas as adversidades diárias da outra entrevistada.

Às 13:30h Ana inicia seu expediente em uma loja de semijóias, onde desempenha a função de auxiliar de vendas. Ela relata que assiste suas aulas tanto no estágio, quanto no trabalho, seu curso é integral, todavia, admite estar negligenciando as aulas no período da pandemia “o que importa é entregar as atividades, os professores não estão preparados para dar aula pelo ‘Meet’, e nem se preocupam se estamos realmente assistindo as aulas, o que importa é entregar as atividades no prazo”, relata a estudante que descreve a falta de um sistema adequado por parte da instituição para o modelo remoto de ensino. Ainda prossegue no relato, ao dizer que nas atividades presenciais, muitos professores só conversavam, alguns falavam das suas vidas pessoais, mas na pandemia, o conteúdo era trabalhado de forma exagerada, “como se houvesse só a disciplina dele”. Ana também relata que seu sonho é se formar em jornalismo por ser comunicativa, mas que a prioridade é conseguir pagar as contas, por isso tem uma jornada de trabalho tão exaustiva, em detrimento do tempo de estudos.

Um fato interessante e que parece ser um ponto importante a se discutir é: Ana utiliza o transporte público, já sofreu acidentes, não graves, mas quase sempre ocasionados pela falta de manutenção de uma frota de ônibus já antiga, o que lhe dá total respaldo para requisitar melhorias nesta modalidade de serviço. Maria utiliza apenas aplicativos, e quando questionada sobre a oferta de serviços de transporte público coletivo, ela fala que são satisfatórios, todavia não os usa, sua ideia limita-se a ver aleatoriamente os coletivos passarem na rua em que reside. Como dito anteriormente, o atendimento à mobilidade proporciona uma percepção diferente da dinâmica local. Ana utiliza majoritariamente o ônibus em seu deslocamento diário, Maria não. Não há aqui uma intenção de falar em alienação, mas as rotinas diferentes, e outros fatores pretéritos à chegada em Campo Grande, tornam a apreensão da cidade bem diferente entre as entrevistadas.

Às 17h, Maria finaliza seu horário de estudos e se dirige ao trabalho, prefere chamar um “Uber”, para percorrer uma distância de dois quilômetros, que poderia ser realizada a pé, bicicleta, ou até mesmo via transporte público coletivo, mas Maria arca com um valor maior na compreensão de estar mais

segura ao usar o serviço de motoristas de aplicativos. Esta segurança custa R\$400,00 por mês, valor dos auxílios permanência e moradia (cada um tem o valor de R\$400,00). Apesar de ser o serviço de transporte e não o fato de residir em um condomínio fechado, é possível aqui fazer uma analogia ao texto de Sposito (2014, p.15), quando ela demonstra a segurança como mercadoria sendo vendida na sociedade capitalista, tendo a ideia de que neste momento o objeto a ser analisado é a segurança enquanto mercadoria, e não a materialidade desta segurança na forma de condomínios fechados e loteamentos murados.

A segmentação das formas de produção e uso do espaço e do tempo urbanos não se revelou apenas numa divisão social, cada vez maior do espaço residencial, cuja radicalização nos possibilita reconhecer a segregação. Muros e sistemas de vigilância ratificam essas lógicas e as reproduzem, porque não são apenas barreiras materiais e conjuntos técnicos, mas expressão e condição de novos valores e representações de cidade que orientam práticas espaciais e temporais, por meio da reprodução da ideia de segurança, em oposição à cidade identificada como violenta ou perigosa, portanto, insegura. (Sposito, 2014. p.15)

Em continuidade à questão da mercantilização da segurança vinculada à habitação, retomamos Sposito (2014), Ana reside em um condomínio e se diz segura pelo simples fato de ter um porteiro que conhece os moradores, assim, segundo ela, “não é qualquer um que entra”, sabemos aqui que esse “qualquer um” usado por Ana não tem um teor discriminatório como em muitos condomínios fechados habitados por pessoas de maior poder aquisitivo, mas o fato de ter um profissional que controla o acesso ao espaço privado, dá a ela uma sensação de segurança, tal como é discutido por muitos autores ao abordarem os condomínios fechados e loteamentos murados. Maria não mora em um condomínio, reside em uma vila, mas em suas palavras, é possível compreender que sua visão é essa, mesmo não tendo um porteiro controlando acesso, sua sensação de segurança vem do fato de haver um portão de acesso que permanece trancado e a chave é exclusiva aos moradores - “só os moradores têm a chave do portão da vila, ele vive trancado por segurança, tem também os vizinhos, já fiz amizade com alguns, assim eles cuidam da minha casa”.

As reações dos cidadãos à insegurança envolvem cada vez mais práticas individuais, privatizantes e adeptas de mecanismos de controle exacerbados, caracterizadas pela desconfiança em relação aos outros. É dos mecanismos de controle e das novas morfologias urbanas diretamente relacionadas a tais práticas espaciais que tratamos, levando em conta que a microescala do cotidiano, a partir da qual foram apreendidas, se articula à macroescala global, na qual medos como necessidades são produzidos. (Sposito 2014, p.3).

Ambas relatam que seus momentos de lazer são limitados a certos horários pois sabem que à noite sua preservação não é garantida. Ana ainda usa o sistema de caronas, mas seus locais de lazer estão restritos aos bairros que circula, Maria visita a casa da tia, mas quando anoitece, costuma pernoitar e regressa à sua residência no dia seguinte pela manhã. Informam que independente da hora, a Cidade Universitária é um local em que não se sentem seguras em andar sozinhas, mencionam ter conhecimento de casos em que meninas estavam desacompanhadas e foram abordadas por indivíduos da comunidade externa, sem qualquer auxílio dos vigias que ficam em guaritas ou transitando, mas não intervém, a não ser é claro, se algum patrimônio da instituição está sendo vandalizado. A segurança orgânica dos estudantes não faz parte das atribuições dos funcionários da empresa de vigilância que presta serviços à UFMS, ou seja, mesmo em um espaço público que deveriam estar inseridas sem qualquer distinção social, não têm sua inviolabilidade garantida, mediante a negligência que não se sabe partir da universidade, ou da empresa que presta o serviço de “segurança”.

Retornando à pauta da rotina das entrevistadas, às 18:30h, Ana retorna para sua residência, desta vez, o deslocamento é através da carona de uma colega de trabalho que cobra apenas uma ajuda com o combustível. A jornada de trabalho de Maria vai até 23h, retornando para sua casa também utilizando o serviço de motoristas de aplicativos.

Estas estudantes são beneficiárias, ambas recebem os auxílios moradia e permanência, no valor de R\$400,00 cada. Com esse valor não conseguiriam se manter em uma cidade diferente sem o auxílio da família. Além de não conseguirem se manter apenas com o valor dos auxílios, elas informam que se tivessem apenas as rendas complementares, sem o recebimento dos benefícios subsidiados pela universidade, teriam que abandonar seus cursos, sendo inviável a manutenção em Campo Grande. Ana além de sustentar a irmã, com

quem divide o apartamento, envia dinheiro aos pais que ainda residem em Aquidauana. Maria, apenas com seu deslocamento paga a quantia que recebe de um dos auxílios.

Ana realiza suas compras no Atacadão, ou no Assaí Atacadista, ambos ficam nas proximidades da universidade, frequenta raramente o bar do Escobar, e usa os serviços de saúde da UBS da região em que reside. Maria usa um mercado no mesmo bairro, para não precisar pagar suas idas ao mercado, também utiliza o sistema de saúde da região, não costuma frequentar o bar do Escobar como outros estudantes, por sua religião.

Ao falar sobre seu bairro, Ana o descreve com as ruas principais asfaltadas, e transversais possuem apenas uma cobertura de cascalho, revelando que não é apenas no interior essa prática existe.

Maria tem uma outra percepção, não repara em ruas transversais que em grande parte não são pavimentadas, mas o fato de ter asfalto na maior parte de seu percurso é o suficiente para deixá-la satisfeita. Sua criação em um sítio no interior do estado, em um município pouco desenvolvido quanto ao aspecto urbano pode ser parte responsável pela percepção menos exigente na escala espacial.

A pandemia mudou radicalmente a rotina dos estudantes da UFMS, principalmente aqueles que estão matriculados em cursos integrais. No início do ano de 2020, quando os estudantes retomavam os corredores e outros espaços da instituição, com o início do ano letivo, veio a informação de que todos deveriam ficar alguns dias em suas casas e aguardar a situação melhorar. Dias viraram meses e davam indícios de não ter um fim imediato. Os espaços passam a ser percebidos de outras formas. A Biblioteca Central local de estudos de muitos acadêmicos passa a ficar fechada e muda suas atividades, alterando a rotina de empréstimo de livros. O restaurante universitário que passava horas lotado, tendo em média mais de 3000 pessoas¹⁴ fazendo suas refeições, também precisa suspender suas atividades.

Nesse ponto da rotina, tanto Ana quanto Maria, mesmo não se conhecendo têm um discurso semelhante, ambas relatam que passavam a maior parte do dia na UFMS. Chegavam por volta das 7h, e só saíam às 17h, já que,

¹⁴ Informação registrada e passada em reunião de gestão pela Secretaria de Alimentação – SEALI.

almoçavam no restaurante universitário e com isso também conseguiam participar de grupos de estudos.

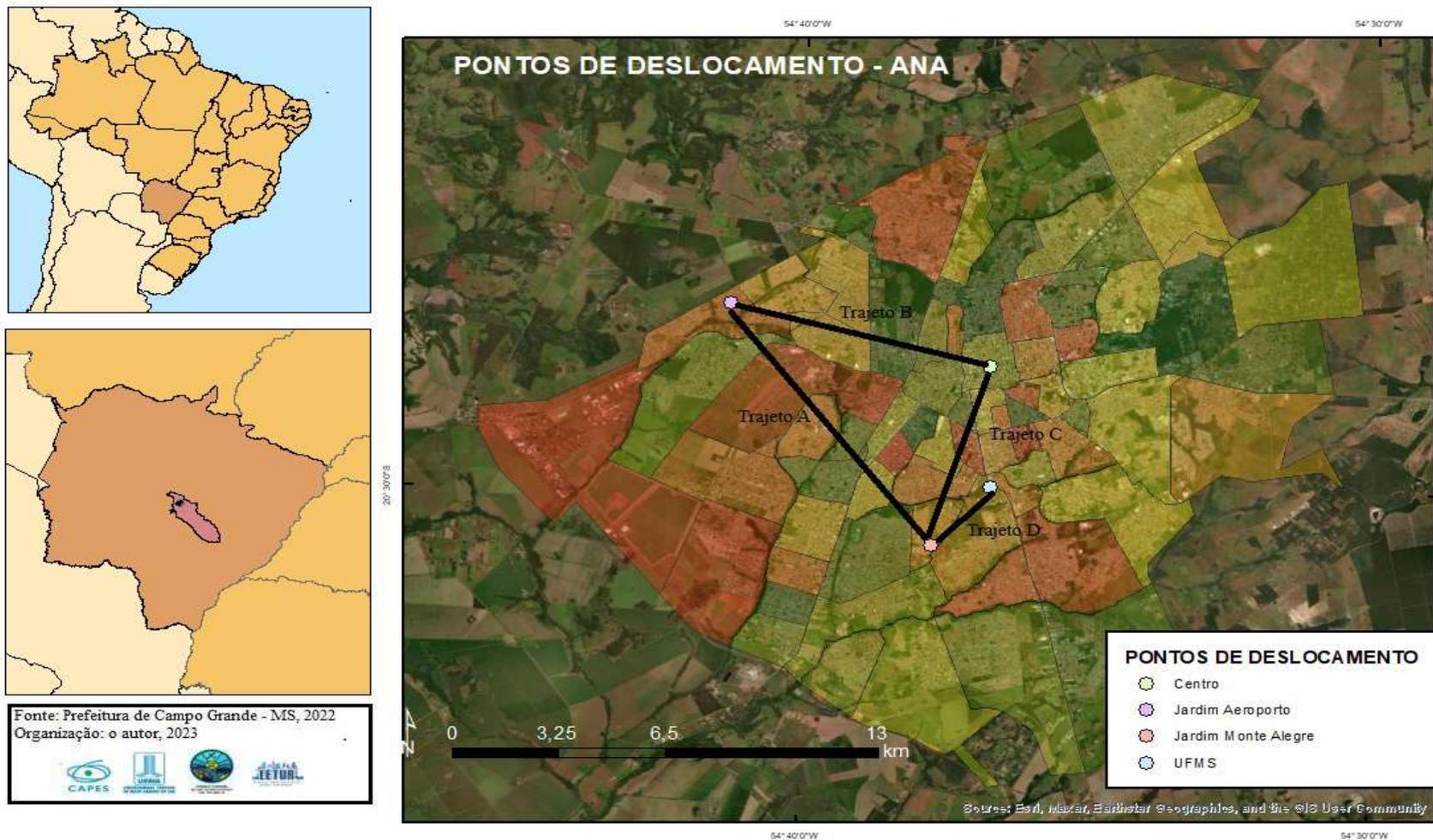
Neste momento da pesquisa, é possível ver no dia a dia da UFMS aquilo que Maciel (2016) relatou sobre a importância do restaurante e da biblioteca na formação acadêmica dos estudantes, e como estes serviços, quando ofertados com qualidade, também contribuem na formação pessoal do indivíduo.

Os mapas a seguir ilustram os deslocamentos das duas entrevistadas. As jovens têm seus lugares de uso do espaço urbano limitados.

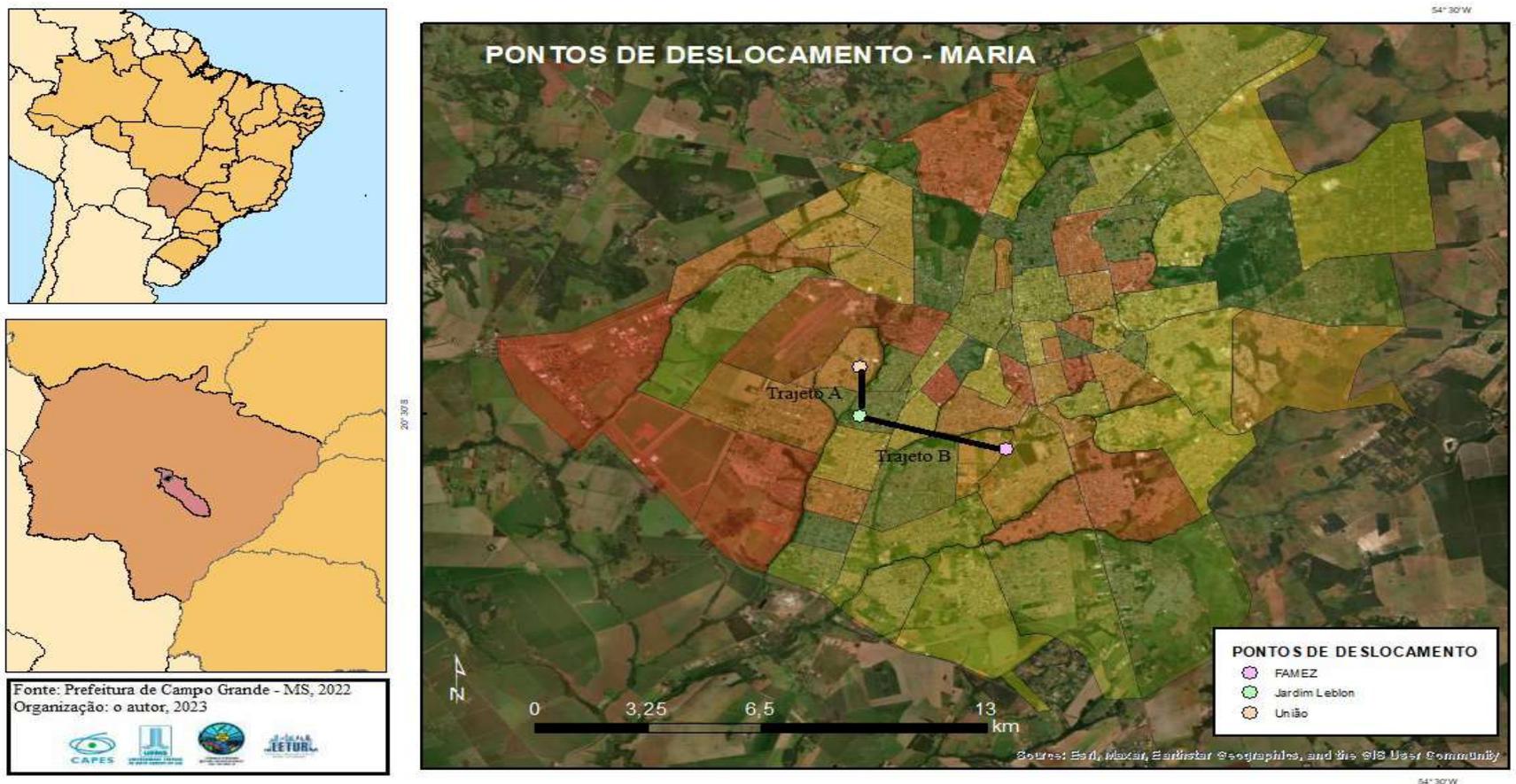
O Mapa 4 indica os pontos em que Ana se desloca, sua saída de casa, localizada no bairro Jardim Monte Alegre, e seu deslocamento até o local de estágio, no bairro Jardim Aeroporto, um percurso de 12 km que é realizado em 70 minutos, reflexo da organização das rotas de ônibus no município de Campo Grande, esse trajeto é destacado na linha – Trajeto A. O Trajeto B representa o deslocamento do seu local de estágio até o centro da cidade, uma distância de 5,3 km, onde fica seu local de trabalho, o tempo gasto para esta locomoção é de 34 minutos. As linhas que representam os Trajetos C e D representam respectivamente os deslocamentos feitos aos sábados, quando a estudante vai da sua casa até o local de trabalho e percorre 7,3km e por último, o caminho de sua casa até a universidade, uma distância de 4,2km, menor percurso realizado por Ana.

Como Ana informa que quando precisa de atendimento do serviço de saúde, este é realizado no bairro em que reside, na UBS da região e, esporadicamente frequenta o bar do Escobar, que está localizado a poucos metros da UFMS e seus outros locais de lazer estão situados nos bairros frequentados normalmente (residência, estágio e trabalho), o mapa não recebeu outros pontos e não foram traçados outros deslocamentos.

Mapa 4 – Campo Grande – Pontos de deslocamento Ana – 2023.



Mapa 5 – Campo Grande – Pontos de deslocamento Maria – 2023.



O Mapa 5, disponibilizado acima, representa os percursos de Maria, deslocamentos ainda mais limitados quando comparados aos de Ana. Maria trabalha a uma distância de dois quilômetros de sua residência, este percurso é ilustrado na reta – Trajeto A, o percurso chega apenas ao limite do bairro. Como mencionado anteriormente, Maria realiza suas compras perto de casa, sem a necessidade da demarcação de outro ponto no mapa. O Trajeto B – ilustra o itinerário UFMS X residência da entrevistada, um circuito de 6,3km, quando a estudante precisa realizar atividades práticas. Este caminho também é percorrido via motorista de aplicativos.

O Trajeto B também indica uma contradição na prática de Maria, ela reside a uma distância superior a dois quilômetros da universidade, o que lhe dá direito ao uso do passe do estudante. Na capital, os estudantes contam com o serviço do passe do estudante, que dá ao discente duas passagens gratuitas diárias, ida e volta, com o uso de linhas cadastradas para o trajeto UFMS X residência do estudante. O serviço é disponibilizado aos estudantes que residam a uma distância mínima de dois quilômetros da instituição, para acesso a este serviço não há necessidade de comprovação de renda. O Passe do Estudante foi instituído no município de Campo Grande através da Lei nº 3.026 de 27 de dezembro de 1993.

A entrevistada informa que o serviço de transporte público é satisfatório, mas não faz uso da utilidade pública. Como Maria pode afirmar que o serviço é satisfatório sem usá-lo? São questionamentos que não tiveram resposta no momento da entrevista, apenas geraram um pouco de constrangimento por parte da entrevistada.

2.2.1. PERFIS ACADÊMICOS PARECIDOS, REALIDADES DESIGUAIS

As últimas entrevistas foram realizadas com três estudantes do curso de Engenharia de Produção. Conforme as duas entrevistadas acima, são muito jovens, estes beneficiários estão na faixa etária de 22 e 23 anos, porém o diferencial é que no momento, estes jovens estão no último semestre do curso, estas entrevistas foram realizadas fora do período de isolamento social, todavia, ocorreram por telefone, dois destes entrevistados também são do interior do estado de Mato Grosso do Sul, mas uma das entrevistadas é da capital do estado

de São Paulo. Por estarem em reta final da graduação, os três já realizam atividades de estágio remunerado, e suas atividades na universidade (aulas), ocorrem no período vespertino e noturno. A atividade curricular permite que não trabalhem para complementar sua renda, seus proventos são gerados de atividades que fazem parte de sua grade curricular. O valor dos estágios acrescido ao valor dos auxílios possibilita que seu cotidiano em Campo Grande tenha mais conforto quando comparado a outros tantos estudantes. Novamente uma fragilidade no emprego do CADÚNICO no processo seletivo para os auxílios, estes jovens com certeza teriam uma baixa pontuação e provavelmente estariam de fora das ações.

A primeira entrevistada, nomeada Júlia, tem 22 anos, está no último semestre de seu curso, nasceu em Anastácio, município que fica a 137 km de Campo Grande, atualmente a estudante reside no bairro Pioneiros, portanto, seu deslocamento para a UFMS é realizado a pé (a distância é inferior a um quilômetro), o retorno é feito através de carona. Pela distância ser inferior a dois quilômetros, a beneficiária não faz jus ao cadastro do passe do estudante, e pelo horário de retorno, a busca por caronas de colegas é demonstrada como uma preocupação com sua segurança.

Júlia exerce suas atividades de estágio no período matutino, no centro da cidade, e recebe um valor de R\$850,00 mais o valor da passagem. Somados aos auxílios, sua renda mensal é de R\$1650,00, fora o vale transporte, mas ainda é abaixo do limite do perfil de vulnerabilidade socioeconômica, todavia, a estudante consegue arcar com suas despesas, mesmo morando sozinha. Segundo Júlia, suas despesas mensais, somadas ao aluguel chegam a R\$1200,00, assim, a estudante consegue ter um valor de reserva para lazer e no final do semestre letivo, viajar para sua cidade de origem. A entrevistada fala que seu lazer é restrito, muito em função do serviço de transporte público que na sua visão não funciona bem, e de certa forma, economiza para visitar seus familiares nos recessos letivos.

Como usa ao longo da semana o transporte público da cidade, Júlia tem propriedade ao relatar várias dificuldades encontradas no deslocamento pela cidade. A entrevistada informa que o período de espera entre um ônibus e outro é longo, o que a impossibilita de qualquer atraso, nos finais de semana, seu lazer é restrito, pois, o tempo de espera pelos ônibus dobra. Devido ao monopólio do

serviço de transporte público, o tempo espera é longo, a frota é velha, e o valor é elevado¹⁵ para o tipo de deslocamento feito.

Seus principais pontos de lazer são o Shopping Norte Sul Plaza, que por ser muito perto de sua residência, possibilita pagar um valor muito menor no “Uber”, o deslocamento via transporte público é “impraticável” nas palavras de Júlia, que ressalta a logística ruim para um percurso tão curto, “às vezes é melhor ir a pé, que nem eu faço quando vou pra faculdade”.

Como exposto por Campos (2021, p.101),

A precariedade da mobilidade, via transporte coletivo, aos espaços de lazer interfere no consumo e se imbrica ao local de morada dos estudantes, fazendo com que se apossam ou criem microterritórios de consumo, nas proximidades das moradias, em que é possível irem a pé e ou de bicicleta.

Frequenta também uma feira livre próxima a sua residência que não gera necessidade de uso de transporte. Não costuma frequentar o bar do Escobar e suas compras são realizadas no Assaí Atacadista, por existir um açougue dentro do mercado e a possibilidade de pagar com o cartão de crédito.

Costuma usar o restaurante universitário no horário de almoço, no mínimo três vezes por semana, já que normalmente vai direto do estágio para o período de aula vespertino que tem início às 13h. Não costuma jantar no restaurante, por preferir se organizar em casa, mas fala que o R.U. ajuda muito por não precisar preparar o almoço, e como chega na cidade universitária já no final do funcionamento, não costuma esperar muito.

Para o atendimento às demandas de saúde, a discente conta com um plano de saúde popular, onde paga mensalidades no valor de R\$20,00, e têm descontos em exames e consultas. A estudante fala que preferiu aderir ao plano, por ser acessível, mesmo que pouco utilizado. Ao falar sobre o serviço público de saúde, informa que precisou usar poucas vezes, mas relata que a espera por atendimento é excessiva, além do prazo para realização de exames que é distante das datas das consultas.

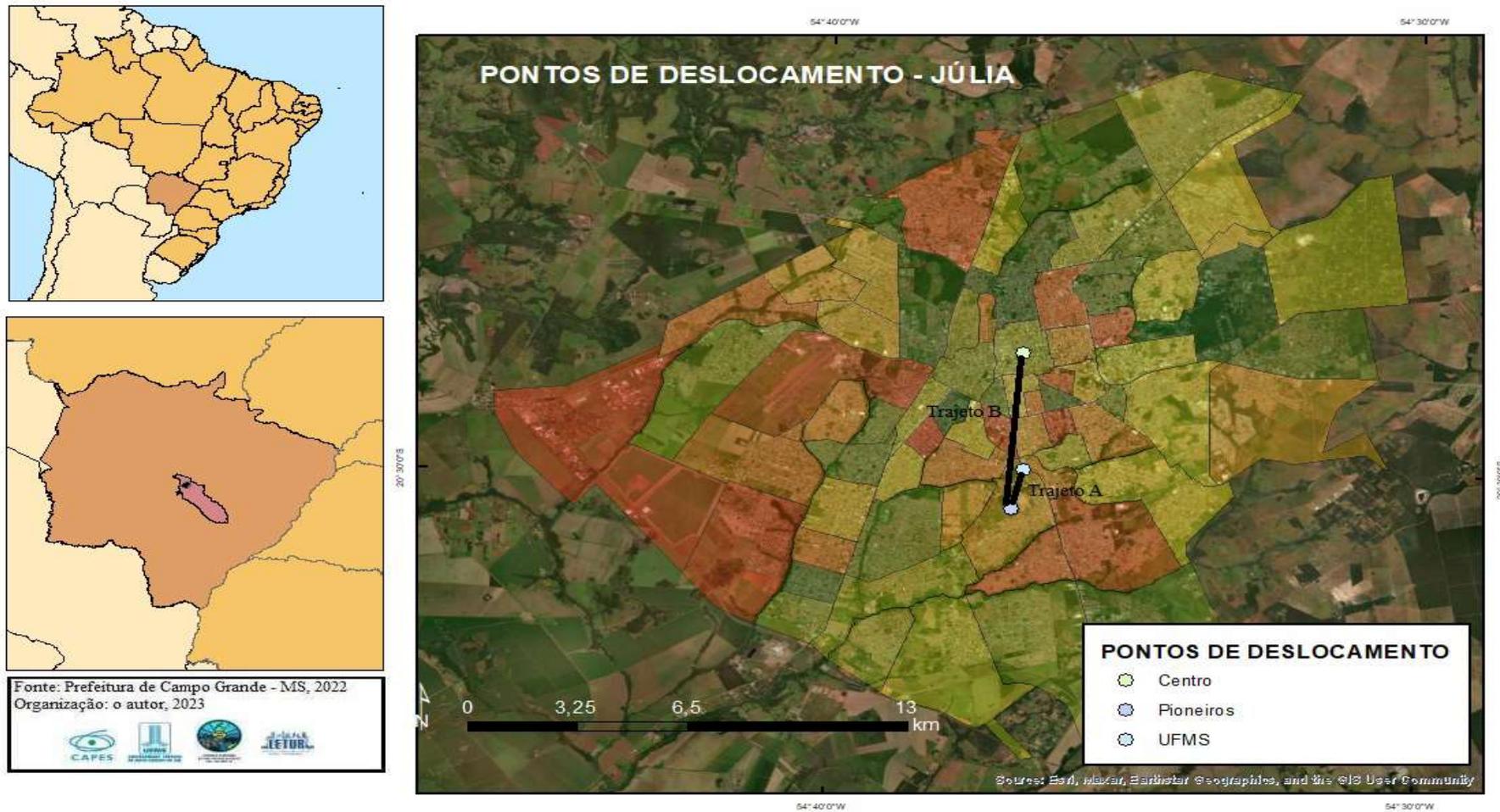
Júlia fala que suas maiores dificuldades estão na sua forma de deslocamento, o serviço de transporte público mal estruturado e o desrespeito

¹⁵ Até 2021 o valor da passagem era de R\$4,40, sendo reajustado para R\$4,65 no período da pandemia.

com as leis de trânsito, quando se trata dos cuidados com o pedestre. A beneficiária informa que já foi atropelada duas vezes.

O Mapa 6 abaixo, representa os trajetos da estudante, sua ida de casa à UFMS na linha representada pelo Trajeto A, uma distância de 600 metros. Enquanto a linha do Trajeto B representa um deslocamento de 6,7km para o estágio. Este segundo percurso pela dificuldade na logística toma um tempo aproximado de 60 minutos, já que a estudante precisa embarcar em dois ônibus para chegar ao destino.

Mapa 6 – Campo Grande – Pontos de deslocamento Júlia – 2023.



O segundo estudante do grupo de Engenharia de Produção receberá o pseudônimo de Paulo, tem 22 anos e é natural de Aquidauana, que dista 141 km de Campo Grande. O entrevistado reside no bairro Jardim TV Morena, também está no último semestre do curso e realiza atividades de estágio no centro da cidade, mas ao contrário das colegas de curso, faz uso de uma motocicleta dada pelo pai, desde o ano de 2019, quando se mudou para estudar.

Sua renda é uma das maiores entre os entrevistados, acumula os auxílios moradia e permanência e recebe R\$1600,00 de estágio, porém por não ser considerada formal pelo CADÚNICO, o estudante ainda é parte do público considerado com renda *per capita* de um salário-mínimo e meio. Antes de começar seu estágio, Paulo fazia parte de um baixo percentual de estudantes, que recebe ajuda da família para continuar sua graduação.

O estudante divide casa com mais duas pessoas, o que ajuda a diminuir seus gastos e assim ter um pouco mais de conforto. Suas despesas mensais giram em torno de R\$1300,00, ainda permitindo uma reserva de R\$1100,00.

Suas atividades de lazer são mais abrangentes, Paulo pratica esporte em um espaço na Avenida Afonso Pena, no centro de Campo Grande. Informa que gosta de ir ao cinema, em dias em que o ingresso é mais acessível, assim, o beneficiário costuma frequentar os shoppings Norte Sul Plaza e Campo Grande. Suas atividades em geral se concentram no centro, onde também fica o local de estágio. Agradece ao pai por ter dado a moto, consciente de que o veículo proporciona uma melhor qualidade de vida. Ainda em relação ao trânsito, Paulo mesmo não sendo um usuário do serviço de transporte coletivo no município, relata vários problemas em relação aos motoristas de ônibus, que geralmente são descuidados em relação aos condutores de veículos menores e já sofreu dois acidentes, ambos na rua Marquês de Lavradio, no bairro Jardim São Lourenço (trecho incluso em seu trajeto). O entrevistado fala que as ruas são muito estreitas e não comportam o volume da frota.

O discente faz uso do restaurante universitário de segunda a sexta, onde almoça quando chega do estágio, e janta antes de retornar para sua casa, assim, economiza tempo e dinheiro em preparar refeições durante a semana. Segundo o interlocutor, as idas ao R.U. permitem socializar com os colegas, algo que sente falta, visto não conseguir manter o contato de antes com as pessoas do curso, incluindo os amigos que dividem residência.

Tal como Maria, Paulo usa a rede de mercados local, e diz que o fator tempo é primordial ao escolher um estabelecimento próximo a sua residência “só tenho pra mim os finais de semana e feriados, meu dia é muito corrido, então compro as coisas por aqui mesmo” fala o estudante.

O acadêmico fala que muitas coisas o incomodam em relação a Campo Grande, ao comparar com capitais que ouve falar. Relata sobre o uso das UBS e da longa espera por atendimento, “em Aquidauana tudo é mais rápido, no postinho de lá não demora tanto, exame é marcado na mesma semana, não sei se é por ser interior, ou porque lá todo mundo se conhece e se ajuda”. Como quase não usa o serviço de saúde, Paulo diz não haver necessidade em pagar um plano de saúde.

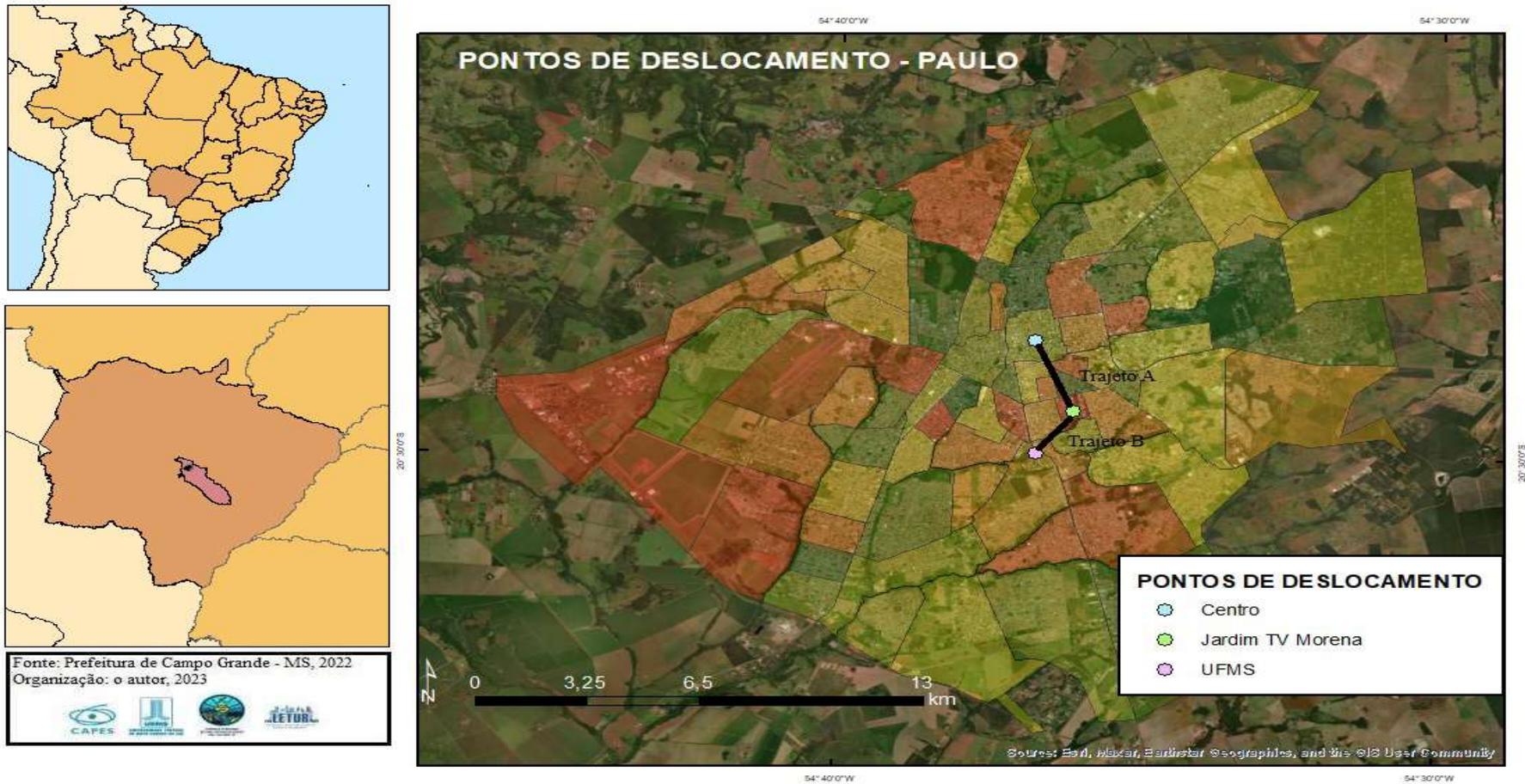
Fala também das poucas oportunidades de emprego, e planeja mudar de cidade assim que terminar a graduação. Menciona a falta da vida noturna, com poucas opções nos horários mais tardios.

O único benefício no entendimento de Paulo é o fato do custo de vida ser acessível para uma capital.

Neste momento, fica evidente que os estudantes que conseguem ter apoio financeiro; um estágio mais bem remunerado; um veículo particular, utiliza o espaço de uma maneira diferenciada, já que possuem acesso a diferentes localidades, sem a limitação de sua mobilidade.

O Mapa 7 ilustra o deslocamento de Paulo, o Trajeto A representa um percurso de 4,7km, distância entre a residência e o local de estágio, mas diferente de outras entrevistadas, o estudante faz o percurso em dez minutos, por contar com seu veículo, e em menos de cinco minutos consegue se deslocar por 1,7 km (Trajeto B) que representa o caminho de sua casa à UFMS.

Mapa 7 – Campo Grande – Pontos de deslocamento Paulo – 2023.



A última entrevistada, intitulada Célia, natural da capital de São Paulo, tem 23 anos, também no décimo semestre do curso de Engenharia de Produção. Divide um apartamento de dois quartos com uma colega, no condomínio Castelo de Luxemburgo, no bairro Pioneiros. Seu estágio fica no bairro Amambáí.

Por morar em um condomínio que fica a menos de dois quilômetros da cidade universitária, Célia não faz uso do passe do estudante, mas mora na rota do “businho” com isso, diferente da colega de curso que reside no mesmo bairro, esta entrevistada não precisa arcar com gastos de transporte para assistir suas aulas, nem mesmo fazer esse deslocamento a pé, como sua colega de curso.

Mesmo com o serviço do “businho”, a discente precisa usar o meio público de transporte urbano para se encaminhar para o estágio no período da manhã, e sofre com as esperas. “Na avenida aqui só tem uma linha, passa a cada uma hora. Pego o primeiro ônibus que passas às 6:30h, vou para o terminal, e levo uma hora no trajeto. Não dá para atrasar”, relata a estudante que ao vir de uma capital, não entende como não há outra modalidade de transporte para atender às pessoas. Para Célia, é muito estranho uma capital ser tão limitada quanto à logística de deslocamento das pessoas.

Além do tempo de espera, e da falta de organização, a estudante relata que o valor da passagem não condiz com a qualidade do serviço oferecido. O que em seu relato é uma das maiores dificuldades de residir em Campo Grande.

Célia fala que o custo de vida é acessível para uma capital. Somado aos auxílios moradia e permanência, o valor recebido pelo estágio de R\$1200,00, totaliza uma renda de R\$2000,00. A entrevistada diz que suas despesas não passam de R\$1100,00, o que possibilita uma reserva para lazer e visitar a família durante os recessos letivos. Além do custo de vida, nossa entrevistada elogia a segurança, informa que as ruas que transita perto do condomínio em que reside são bem iluminadas e bem movimentadas. No quesito segurança, ela fala que Campo Grande está à frente de São Paulo. Célia fala que a dinâmica de Campo Grande não passa a ideia de ser uma capital.

Mesmo tendo um valor razoável destinado ao lazer, a acadêmica fala que seu lazer está limitado pela correria de fim de curso. Antes frequentava festas universitárias, muitas organizadas e realizadas no bar do Escobar. Atualmente fica limitada a passeios no Shopping Campo Grande, mas ressalta que só vai quando há uma real necessidade, assim, Célia diz otimizar suas viagens. “Cansa

esperar o ônibus, fim de semana, são duas horas de espera. Às vezes é melhor nem sair”.

Ainda em sua fala sobre o deslocamento pela cidade, a estudante fala que prefere evitar o uso de “Uber”, que em sua visão é mais caro, quando comparado à capital do estado de São Paulo. “Aqui as distâncias são curtas, mas pagamos muito mais”. Célia fala que seu uso do serviço de motoristas de aplicativo se dá pela falta de organização na logística do transporte público.

Assim como os mapas anteriores, o Mapa 8 representa o deslocamento da última entrevistada. Seu Trajeto A é similar ao deslocamento de Júlia, sendo um pouco maior, 100 metros. Ambas moram no mesmo bairro, Pioneiros, mas Célia pode fazer uso da atividade de transporte gratuito da UFMS. Seu local de estágio também está próximo ao centro, como mostra o Trajeto B, sendo um percurso de 6,6km que é realizado em uma hora, não pela distância, mas pela organização limitada das linhas de ônibus no município.

Ao final destas três entrevistas, percebemos semelhanças em parte, com as outras entrevistadas em alguns aspectos, todavia, o maior destaque fica para o transporte coletivo e como isso tem uma relação direta com o uso dos espaços.

Quando falam sobre o do serviço de transporte no município, os entrevistados manifestam que a baixa qualidade na atividade além de limitar a vivência na cidade, tende a onerar o indivíduo na busca de alternativas.

As populações de menor renda e nível educacional são as que sofrem os impactos mais devastadores desse modelo de crescimento que implica, para eles, o confinamento. A opção feita, em todo o país, pelo uso do transporte particular e a prioridade de investimentos na melhoria das condições de circulação para o transporte individual, aliado à baixa qualidade e ao alto preço do transporte público, impõem grandes restrições de movimento à população de baixa renda. (PEREIRA FONSECA, 2005, p. 390)

Todos os entrevistados do interior do estado percebem à sua maneira a diferença que Campo Grande tem em relação às cidades de onde vieram, exceto por Célia, oriunda de um grande centro. As diferentes percepções e relatos são apontados ao longo dos registros das falas, todavia, o grande diferencial pode ser a renda, e assim, estes últimos entrevistados que recebem um alto valor de estágio, conseguem acessos diferenciados à cidade. Pereira Fonseca (2005) fala em seu texto sobre o uso diferenciado do espaço de acordo com a renda do indivíduo,

Isso ocorre porque as populações de diferentes níveis econômicos utilizam de maneira diferenciada o espaço urbano. As populações pobres, em geral, dependem do espaço para estabelecer sua rede de relações sociais e, portanto, utilizam intensamente os espaços públicos abertos, ao passo que as populações de renda média e alta contam com mais recursos para estabelecer suas relações sociais independentemente do espaço e desejam preservar contatos mais seletivos e que ocorrem em outros espaços. (PEREIRA FONSECA, 2005, pp. 377 – 378)

O trecho acima ilustra muito bem a prática de Paulo, segundo entrevistado do curso de Engenharia de Produção, por escolhas melhores de lazer e habitação, principalmente por apresentar uma das maiores rendas entre os entrevistados.

Mobilidade e renda são fatores que tendem a influenciar na vivência desigual do espaço.

A possibilidade de se deslocar dentro da cidade é essencial para o aproveitamento da urbe, e a falta de organização de políticas voltadas para este fim, servem para ratificar a omissão do estado no atendimento das necessidades da classe trabalhadora, não apenas a que é representada pelos estudantes beneficiários, mas todos que dependem do transporte público, não sendo uma demanda exclusiva dos universitários.

A dificuldade a uma mobilidade urbana eficiente, restringe a viabilidade de alcance dos estudantes à cidade, tornando seu uso limitado e circunscrito a área em que pode percorrer a pé, somada às dificuldades enfrentadas pela arquitetura dos passeios públicos. Assim, se o estado não se compromete à essa garantia, teremos também pessoas sem o direito de ir e vir garantidos.

A ausência desse direito pode tornar o indivíduo alienado quanto ao uso da cidade, a exemplo de Maria, segunda entrevistada nesta dissertação, que em um deslocamento curto; mas com o receio de não ter sua segurança garantida; gasta por mês o valor de R\$400,00 com motoristas de aplicativo, o valor total de um dos auxílios recebidos. Ao mesmo tempo que afirma que a cidade de Campo Grande oferece um bom serviço de transporte público, pois ela vê os ônibus circulando pela cidade. E nesta situação, mesmo com o acúmulo de auxílios, Maria tem de trabalhar para complementar sua renda.

Outro adendo em duas situações que foram abordadas em momentos anteriores nesta dissertação: a primeira, o estado permite um monopólio, que em nada contribui para melhorar a qualidade do serviço prestado, e lógico, este monopólio possibilita que a atividade seja mais onerosa sem precisar que haja uma melhoria no atendimento destinado à população; segundo, como mencionado também pela entrevistada do curso de Jornalismo, Ana, usuária frequente do serviço de transporte coletivo, com a pandemia, a integração deixa de existir, como uma justificativa de atender uma demanda sanitária de impedir uma super lotação dos transportes, fato este que não foi evitado, apenas todas as passagens do percurso do indivíduo passam a ser cobradas, além do reajuste já mencionado.

Uma possibilidade de amenizar os efeitos destas situações poderia ser adotar medidas similares à Universidade de Brasília – UnB, que sempre foi um parâmetro para a UFMS no quesito assistência estudantil. A universidade do distrito federal além de contar com a Casa do Estudante Universitário – CEU,

oferece um auxílio moradia que pode ser utilizado para custas com transporte, no valor de R\$530,00, ajudando seus acadêmicos a se deslocarem pela cidade (UnB, 2023).

Sabemos que o ideal seria a viabilidade de passagem gratuita sem limitar a quantidade de deslocamentos do estudante, mas a possibilidade de contar com uma ajuda neste sentido, com certeza muda a percepção de universidade que os acadêmicos do Distrito Federal, unicamente com a expectativa de mobilidade.

Ampliando a discussão sobre todas as dificuldades enfrentadas pelos estudantes da classe trabalhadora, precisamos entender de forma mais ampla o perfil dos discentes analisados nesta pesquisa.

Em sua dissertação, Romanelli (1995, *apud* Pereira, 2016, pp.51 - 52), os estudantes são apresentados nas seguintes categorias:

- O “estudante em tempo integral”: não exerce atividade remunerada e possui a capacidade de dedicação exclusiva aos estudos, pois é mantido economicamente pela família, podendo ser aluno tanto do período diurno quanto do noturno;
- O “estudante-trabalhador”: há predominância de atividade remunerada, mas, segundo o autor, esta categoria de estudante não se envolve com o seu emprego ou atividade, pois seu futuro profissional é planejado considerando a qualificação a ser obtida no curso superior. Outro ponto importante ressaltado é que este estudante continua sendo parcialmente mantido pela família;
- “Trabalhador-estudante”: para este estudante, a atividade profissional possui grande importância, não havendo dependência financeira da família, uma vez que ele mesmo contribui ou pode contribuir com o orçamento familiar. O autor afirma que, para essa categoria, estudar é uma decisão pessoal que pode ser baseada em valores individuais ou em aspirações por melhoria profissional e financeira.

Em complemento à citação anterior, Terribili Filho (2007, *apud* Pereira, 2016, p. 52) expôs as classificações dos estudantes de acordo com a existência de atividade remunerada, acrescentou a ocupação de estagiário como ramo de atividade para o estudante-trabalhador e definindo a ocupação de estudante como:

- Aquele que apenas estuda, independentemente do período (etapa do curso) e do horário em que cursa a graduação ou de como é provida sua subsistência (se é mantido por apoio familiar, financiamento ou bolsa de estudos);
- O “estudante-trabalhador” tem como principal atividade o estudo, associando a este uma atividade remunerada que pode ser um trabalho formal ou informal, fixo, temporário ou estágio;

- O “trabalhador-estudante” é aquele que tem o trabalho como atividade primária em sua vida e, através dos estudos, procura a ampliação de conhecimento e/ou o diploma, visando, principalmente, melhor qualificação e ascensão profissional.

Essas definições nos permitem examinar algo que as entrevistas nos demonstram neste trabalho, quando analisados os dados do Gráfico 2 (p. 56), ao percebermos que estudantes da classe trabalhadora tendem a priorizar suas fontes de renda. Ana (primeira entrevistada, acadêmica de Jornalismo) nos diz que as aulas se tornaram secundárias, não somente pela pandemia e pela forma dos professores ministrarem as aulas, mas pela necessidade de garantir seu sustento, assim, além da atividade de trabalho, a estudante acumula um estágio remunerado. Este aglomerado de atividades compromete a qualidade da sua vida acadêmica, algo que nem é cogitado na realidade dos filhos da burguesia.

3. DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DO AUXÍLIO MORADIA

A reprodução das relações sociais no capitalismo se estrutura em formas de organização do trabalho, de distribuição dos meios de produção e de apropriação da mais valia, que extrapolou o espaço da produção e atingiu todos os níveis da vida social (PINTO DE GODOY, 2016, p. 43).

Como produto de uma sociedade desigualmente constituída em função do lugar que cada um ocupa na reprodução do modo de produção capitalista, as desigualdades socioespaciais manifestam-se, no espaço urbano, na oposição entre áreas ricas e áreas pobres, ainda que as causas, o conteúdo das crises, problemas e contradições não sejam explícitas.

Em um mundo globalizado, as reivindicações da classe trabalhadora, desprovida, na maioria das vezes, da possibilidade de arcar com o valor de uso do espaço de sua escolha tendem a não permitir o uso do espaço urbano em sua totalidade/amplitude, sendo limitadas as suas alternativas. Na sociedade capitalista, esse uso depende da intervenção do Estado, através de políticas de cunho social eficientes, todavia, a máquina pública tende a atender, prioritariamente, as demandas do mercado, e este, na busca por lucro, oferece melhores expectativas aos que detém o capital.

Para dar destaque a esta discussão, Gottdiener (2016) cita Lefebvre (1979) ao falar da importância política do estado e como a organização do espaço reafirma as relações de poder e o conflito de classes,

Finalmente, Lefebvre vê o conflito de classes como se se desenvolvesse no espaço, isto é, como se fosse conflito social e luta entre interesses econômicos. Esse conflito nasce em razão da contradição do espaço capitalista: sua pulverização pelas relações sociais da propriedade privada, pela “demanda de fragmentos intercambiáveis e pela capacidade científica e técnica de tratar o espaço em níveis cada vez mais vastos”. (LEFEBVRE, 1979, p.289 *apud* GOTTDIENER, 2016, p. 130).

O problema da desigualdade é característico do capitalismo, excludente por natureza. As diferenças nas condições de emprego servem como manifestação global da desigualdade, com isso, as diferentes faixas de renda, e sob a ótica da classe trabalhadora, está restrita à venda da sua força de trabalho,

paga através do salário. A desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa assim, a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência. Com isso, vemos que à medida que o capital prospera, mais se exige que a estrutura urbana atenda as demandas das pessoas, todavia, esse avanço implica em limites para a classe trabalhadora, limites estes que se manifestam pela falta de atendimento de suas necessidades sociais.

A desigualdade socioespacial é parte integrante da urbanização capitalista, produto da reprodução do capital que perdura como condição de permanência da desigualdade social. Nas palavras de Rodrigues (2007, p.74):

A desigualdade socioespacial exprime formas e conteúdos da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista no urbano.

Em um diagnóstico complementar, Vêras (2018, p.35, *apud* DI VIRGILIO; PERELMAN, 2014) observa que:

A desigualdade social tem seu correlato territorial; a desigualdade é um fenômeno socioterritorial, é socialmente produzida e tem manifestações e articulações espaciais nítidas e, por sua vez, se alimenta delas. As manifestações e articulações espaciais da desigualdade se acham afetadas pela natureza dupla do território: territórios fixos e territórios móveis.

Isso quer dizer que não se deve pensar os processos de segregação e de desigualdade espacial apenas como algo fixo, a exemplo da habitação, mas também é preciso pensar que existe uma escala móvel que analisa também as práticas cotidianas e suas diferentes formas de interação e troca, compreendendo as relações cotidianas de poder em seus diferentes níveis. Assim as diferentes classes sociais organizadas em grupos que disputam acesso aos recursos materiais e às classes com menor poder aquisitivo tendem a ter esse acesso negado ou restrito.

Merece destaque que quanto mais desenvolvido o espaço urbano, desenvolvido na perspectiva de espaço produzido, com infraestrutura e serviços urbanos, maior o valor que a terra passa a ter, e assim, maior será o processo

de desigualdade de acesso pela classe trabalhadora, e quanto menor o poder aquisitivo, menor será o acesso às condições dignas de vivência no espaço urbano, incluindo os estudantes que residem em áreas próximas à UFMS, sem a disponibilidade de muitos locais públicos, sobretudo de entretenimento, o acesso e o uso da cidade ficam à mercê da renda.

A implantação de infraestrutura, aumenta o preço da terra, e expulsa os trabalhadores para áreas distantes e precárias, principalmente, os que estão no mercado informal de trabalho e em relações precárias de habitação. Desta forma dadas as relações que se estabelecem entre o estudante universitário e o espaço, ele tem nas suas relações cotidianas o comprometimento de seus direitos.

A presença do Estado para a criação de condições de reprodução no urbano é contraditória. A desigualdade socioespacial não é novidade na cidade capitalista, e está atrelada à qualificação do indivíduo em suas relações de trabalho. Ainda nas palavras de Rodrigues (2007, p.78):

A desigualdade socioespacial e a precariedade para a reprodução da vida são produtos do modo de produção e, ao mesmo tempo, são condição de permanência nas mesmas condições precárias. O processo de expansão capitalista produzindo “cidade”, incorporando o espaço produzido pelos trabalhadores faz prevalecer o valor de troca sobre o valor de uso. É contra esse processo que trabalhadores consideram fundamental se organizar na luta pelo Direito à Cidade. As mobilizações e lutas de movimentos populares urbanos procuram alterar a desigualdade espacial, tornando-as possibilidade de mudança com o direito a ter direitos, um deles o de usufruir, na cidade, da riqueza produzida.

É importante que para o reconhecimento da produção e reprodução do espaço urbano, da desigualdade socioespacial, seja observada a conexão entre o mundo do trabalho e o mundo de reprodução da vida como produto da exploração, dominação e espoliação dos trabalhadores que se concretizam no local de trabalho, no lugar de moradia, no deslocamento da casa para o trabalho, na vida em suas relações essenciais.

Assim, a classe trabalhadora, em sentido amplo, e neste trabalho analisada em específico na figura de universitários, assistidos por políticas de caráter social, querem acessar moradia e serviços públicos de qualidade, esperam auxílios mais eficientes por parte do estado, porém tendo de lidar com

a concorrência “desleal” na apropriação dos espaços com aqueles que além de serem detentores do capital, acabam assistidos pelo estado.

3.1. O ESTUDANTE BENEFICIÁRIO E A CIDADE DE CAMPO GRANDE

Mesmo se tratando de uma capital e cidade de grande porte, o custo de vida em Campo Grande é relativamente aceitável, quando comparado ao de outras capitais ou mesmo de municípios do próprio estado¹⁶.

Neste trabalho, se faz necessário desvendar o espaço da cidade como um meio, produto e condicionante das relações sociais dos estudantes beneficiários do auxílio moradia, no intuito de trazer solidez para as pesquisas socioespaciais aqui desenvolvidas, pois, não há como haver mudanças nas relações sociais (SOUZA, 2018, p. 236).

Assim, a partir do momento em que, ao buscar a formação acadêmica, os estudantes se mudam para Campo Grande e acabam por iniciar novos ciclos, novas relações sociais e espaciais,

a responsabilidade do preparo para sua futura profissão e a vida em uma cidade nova, longe dos pais, da família e dos amigos. Como novos habitantes da cidade em um período de no mínimo quatro ou cinco anos, esses estudantes tornam-se também sujeitos ativos da produção espacial [...] conforme introduzidos à vida urbana da cidade, por meio da apropriação de espaços e utilização de serviços para a reprodução da vida cotidiana – casa, transporte, saúde, alimentação etc. (CAMPOS, 2021, p.76)

Compreender a apropriação e utilização dos espaços em Campo Grande por meio dos estudantes universitários inseridos em um processo de desigualdade socioespacial, deve-se partir do entendimento que sua participação ocorre de duas formas que se relacionam com o aprofundamento dos fatos já apresentados. No primeiro momento, quando estes acadêmicos, na condição de beneficiários, são dependentes de auxílios ofertados pelo estado, representado na figura da universidade, mas que não possibilita o custeio de todos os gastos para sua sobrevivência e uso da totalidade do espaço urbano de Campo Grande.

¹⁶ Informação obtida nas falas dos estudantes entrevistados, em específico nas palavras de Célia, natural da capital do Estado de São Paulo.

Portanto, o que tem se constatado nesta pesquisa é que embora, os estudantes assistidos residam nas proximidades da UFMS, seus deslocamentos e acessos aos espaços que uma capital pode vir a oferecer é limitado pelo seu poder aquisitivo e disponibilidade de espaços gratuitos ou próximos as suas residências. Atrelado à essas limitações, evidenciamos que estes indivíduos, além de estudantes, são também pertencentes à classe trabalhadora.

A escolha por cursos de licenciatura também está relacionada à viabilidade de inserção no mercado de trabalho em um campo que relativamente possibilite uma qualificação para um trabalho mais bem remunerado que o atual, e futuramente arcar com outro curso de sua escolha, seja pagando mensalidade ou ingressando como portador de diploma. Há também, aqueles que tendo o benefício como única fonte de renda, precisam compor o mercado de trabalho, e na situação de discentes de cursos integrais, a única possibilidade é na categoria informal. Reiterando que dependendo da forma de trabalho¹⁷ desenvolvido, o estudante pode perder seus auxílios.

O segundo ponto, é que ao analisarmos, independente do poder aquisitivo, entende-se que a finalidade da universidade no sistema de produção capitalista neoliberal é formar um profissional, ou seja, qualificar mão de obra, preparar o indivíduo para atender as demandas do mercado de trabalho necessárias à reprodução do sistema capitalista, gerando expectativa de auferir maiores rendas futuras e uma melhor apropriação material do espaço.

Com isso, o estudante beneficiário em sua relação de dependência do estado, seja para vivência no espaço urbano, ou no recebimento de auxílio financeiro para cursar sua graduação, tem um papel muito importante a ser destacado. Na visão de Carlos (2007, pp. 52- 53),

O Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (elemento que se encontra na base da construção de sua racionalidade), produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado. É, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, sem abdicar de objetivos próprios de dominação, usando como meio as políticas públicas para direcionar e regularizar fluxos, centralizando, valorizando/desvalorizando os lugares através de intervenções como “ato de planejar”. Nessa

¹⁷ Se o trabalho é formal ou informal. Desde que o CADUNICO foi aderido, os estudantes não precisam comprovar o salário de trabalho informal, antes, durante o processo seletivo, o estudante precisava apresentar uma declaração com média de renda.

condição, o espaço se pretende homogêneo (pela dominação) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho). Como produto, deparamo-nos com o espaço da norma e da vigilância: um espaço estratégico.

De uma forma que seja de fácil compreensão, seria possível questionar a desigualdade socioespacial como uma forma do estado “organizar” os espaços ocupados pela classe trabalhadora e assim, mascarar problemas de estrutura, como forma de “empurrar para debaixo do tapete” tudo que não é urgente atender, dentro da visão de mercado e da burguesia que a compõe? A exemplos de ruas centrais que passam constantemente por manutenção, enquanto áreas de menor destaque são relegadas nos planos de estrutura urbana do município, em determinadas situações, essas áreas menosprezadas são ampliadas, deixando de se limitar a ruas e chegando à escala de bairros.

Quando questões de segurança, possibilidade de lazer e outros aspectos essenciais ao indivíduo para viver a cidade não são repensadas, é possível entender as formas de apropriação e uso do espaço na constituição da vida, sendo esta condição de reprodução da sociedade atual (CARLOS, 2004, p. 42) e como destacado pelas entrevistas, questionários e relatos dos estudantes, a condição de sua reprodução concentra-se em um pequeno perímetro no entorno da UFMS.

O direito à cidade e ao trabalho são negados, quando na verdade a pessoa busca melhores condições através da qualificação da sua força de trabalho, todavia, os estudantes beneficiários do auxílio moradia, foco desta pesquisa, precisam renunciar a garantias na mais ampla análise social. Se o trabalho humaniza o homem, para sobreviver, há aqui a submissão a uma condição sub-humana, sem o direito amplo à cidade e sem direito ao trabalho digno. Fica nítido que o estado só favorece os detentores do capital. Ainda nas palavras de Carlos (2007, p.55)

No mundo moderno, essa prática socioespacial realiza-se pela justaposição contraditória entre as necessidades econômicas e políticas (muitas vezes conflitantes), e as necessidades impostas para a reprodução do espaço da vida social. No primeiro caso, a reprodução do espaço realiza-se pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço, enquanto condição/produto da produção e da reprodução do capital, revelando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento, impondo limites e barreiras à sua reprodução. A existência dessas contradições exige

estratégias precisas, estabelecendo hoje um novo conteúdo a essas relações de modo a superar a crise induzida pelo desenvolvimento do capital

Desta forma o estado estaria desempenhando um papel ainda mais perverso, se a produção do urbano se dá nas relações sociais desenvolvidas pelo indivíduo e a maior forma de humanização do homem ocorre em suas relações de trabalho, novos apontamentos surgem: a forma que o universitário vive a materialização das suas relações com a cidade; e se tratando dos estudantes beneficiários, sua capacidade de uso do espaço é mais limitada, pois, a maioria sobrevive com a soma de rendas, incluindo os auxílios recebidos pela universidade, mesmo com essa soma, o custeio de despesas básicas ocorre no limite, impossibilitando a apropriação do espaço, seu uso é limitado, e nem mesmo no quesito qualitativo do espaço, mas no uso de localidades limitadas, às vezes restrita pelo deslocamento casa X UFMS X trabalho X casa.

3.2. O BAR DO ESCOBAR – UMA EXTENSÃO DA UFMS

Esta seção surge da importância que o Bar do Escobar tem na vida não somente de estudantes, mas dos indivíduos que fazem parte da comunidade universitária na UFMS. O Bar do Escobar, está localizado na Rua Montese n° 264, bairro Vila Olinda.

A verdade é que o estabelecimento é quase uma extensão da cidade universitária, localizado no entorno da universidade (conforme Mapa 3, p. 66), além de receber estudantes, e servidores na *happy hour*, costuma ser utilizado para as recepções dos calouros, todavia, seu momento de apropriação pela categoria discente ocorre ao logo dos anos de graduação e não somente no momento em que ocorre a introdução dos acadêmicos à universidade, assim, pode-se vislumbrar o estabelecimento como um território imaterial apropriado por todos que fazem parte da universidade. Usufruir desse espaço não exige alto poder aquisitivo e seu espaço permite constituir relações. Por este motivo, o bar ganha uma parte nesta pesquisa. Mesmo que não seja frequentado por estudantes que se disponibilizaram a contribuir com as entrevistas, o objeto de estudo desta dissertação não são as cinco pessoas que constam no capítulo anterior, mas os 239 beneficiários do auxílio moradia.

Carlos (2014) salienta sobre a importância da corporeidade dos sujeitos no espaço, em suas palavras, o corpo é o ponto de partida da percepção material do indivíduo na cidade, necessária para estabelecer relações sociais, uma vez que o objetivo do espaço só tem sentido a partir dos sujeitos ao se apropriarem dos locais de realização da vida.

Nas palavras de Carlos (2014), é possível compreender a grande importância que este espaço tem na vida dos estudantes, por ser usado nas recepções aos universitários, ele permite uma troca entre os veteranos e calouros de diferentes cursos, assim, suas relações sociais são iniciadas neste momento de convivência e desenvolvidas ao longo dos anos. Célia, última entrevistada, menciona que atualmente não consegue frequentar o estabelecimento pela rotina de uma estudante no último semestre, mas que anteriormente, parte dos encontros com seus colegas ou festas que ela frequentava aconteciam no bar.

Por ter uma grande parcela de seus clientes composta por estudantes, os preços são mais acessíveis e como a universidade é o ponto de referência, não há necessidade de custear o deslocamento, em grande parte realizados a pé, por grupos que se dirigem para casas localizadas nos bairros mais próximos (possível de visualizar pelo Mapa 2, p. 64). Nos momentos em que há a demanda de uma viagem, os estudantes recorrem ao sistema de caronas.

Apesar de não ter havido interação com os beneficiários no Bar do Escobar durante o desenvolvimento deste trabalho, foi possível, de forma pretérita, ouvir os relatos de como ocorriam as interações: as longas conversas durante uma pausa para tomar uma cerveja e conversar sobre as aulas – em um momento de encontro entre colegas de turma; sobre a universidade de uma forma geral quando pessoas de diferentes cursos se reuniam; ou sobre coisas aleatórias, quando a pauta ultrapassava as portas da instituição.

Este momento de escuta poderia ser transposto pelo método de percursos acompanhados, como consta na obra “Metodologia em estudos urbanos” de 2022, não limitada aqui à casa – trabalho – casa, mas alcançando mais uma vez a abrangência do acompanhamento casa aos espaços públicos, identificando

práticas e discursos de indivíduos que compõe um quadro geral de universitários, e em específico de estudantes assistidos pelo auxílio moradia¹⁸.

Figura 4 – Campo Grande – Bar do Escobar – 2023.



Fonte: Registro fotográfico do autor, 2023

O Bar do Escobar, se assemelha ao Bar do Gordinho, mencionado em Campos (2021) e estabelece a criação de microterritórios. Tais estabelecimentos demonstram de forma prática a apropriação imaterial dos espaços. Nestes lugares são demonstradas relações sociais que não serão mensuradas pelo poder aquisitivo dos que frequentam estes recintos e sim uma forma de ocupar e se estabelecer, vivenciar o urbano. Assim como outros lugares que estão no entorno da universidade, o bar se diferencia pelas construções de relações que ali se estabelecem sem segregar aqueles que não pertencem à burguesia.

¹⁸ Momentos de perpetuar esta socialização e até mesmo participar destes espaços e até mesmo registrá-los foram minados pela pandemia, e no ano seguinte pela mudança do pesquisador para o município de Três Lagoas, cidade que fica a 333 km da capital sul-mato-grossense.

Campos (2021, p.101) vai abordar em seu trabalho a micro territorialidade desenvolvida pelos estudantes, quando atendem suas demandas sociais adaptando suas tipologias de lazer, até mesmo com sua mobilidade comprometida, mas suas identidades são construídas ao redor de espaços que não estabelecem diferenças pelo poder aquisitivo do indivíduo que ocupa este lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o espaço urbano é necessário para que possamos buscar soluções para os entraves encontrados em nosso dia a dia. Essa pesquisa proporcionou uma percepção de fatos não tão claras e que tendem a passar despercebidas em nosso dia a dia. Ela tem início com o intuito de demonstrar como os beneficiários do auxílio moradia percebem as desigualdades socioespaciais, mas este trabalho mostra muito mais. Além das mazelas encontradas no cotidiano, ao abdicarem do aconchego de suas casas em busca de uma formação que possibilite a qualificação de sua força de trabalho e conseguir atender suas demandas sociais, encontramos os universitários assistidos pelo auxílio moradia que sofrem ao se distanciar do principal objetivo da graduação, que é uma formação de excelência, para desempenhar atividades quase sempre informais para complementar suas rendas e assim garantir o básico para sua sobrevivência.

A análise de dados que constam nos sistemas da UFMS e que são alimentados pelos próprios discentes e atualizados a cada semestre precisaram de complementação através de questionários e entrevistas, a fim de, obter maiores detalhes sobre a rotina destes. A visão que possuem quanto as possibilidades apresentadas pela cidade e como se apropriam do espaço seja esta apropriação material, ou imaterial, através de suas relações sociais. A intenção é apresentar o máximo possível destas informações e demonstrar de forma qualitativa tudo o que os dados tendem a não mostrar em análises mais superficiais.

Estes estudantes a todo momento precisam renunciar a certos direitos, para que outros possam ser atendidos. Para sua manutenção básica, como a maioria têm os auxílios como única fonte de renda, estes precisam abdicar de horas dedicadas aos estudos para que possam assim trabalhar. Estudantes de cursos integrais tendem a não ter vínculos empregatícios.

Infelizmente, a educação, ferramenta utilizada pela classe trabalhadora na mudança de sua trajetória de vida, não tem sido prioridade dos governos de direita, em especial no ano de 2021, fato ratificado quando os maiores corte foram direcionados à educação e à saúde, exatamente quando passamos por

uma crise pandêmica. No ensino superior, além das bolsas em programas de pós-graduação, o PNAES sofreu cortes expressivos.

Ao longo da história, constatamos que os investimentos de capital estrangeiro, que o Brasil recebeu na educação, teve como real objetivo qualificar mão de obra barata, uma relação que ocorre entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Estes aportes nunca tiveram a intenção de incentivar o desenvolvimento de uma formação crítica, questionadora, apenas preparar para o mercado de trabalho.

Quanto ao processo de percepção da desigualdade socioespacial, a classe trabalhadora a qual estamos inseridos e os estudantes, objetos de estudo nesta dissertação, tende a ocorrer de forma variada. Muito disso está relacionado de onde vieram, sua criação e quais foram as alternativas de minimizar as diferenças no uso da cidade. Percebemos isso através das entrevistas, quando estudantes de um perfil muito similar apresentam variadas formas de lazer, mas sempre ficam limitados ao poder de compra, quando questionam a mobilidade da cidade, e como precisam adaptar sua rotina para superar os entraves que surgem.

Há a necessidade que o estado não atue apenas na proteção das necessidades do mercado, mas que ampare os direitos daqueles que contribuem com a produção do espaço e do capital através das relações que se estabelecem com o meio. O estado poderia intervir de forma igualitária, cuidando da classe trabalhadora, de forma a amenizar suas fragilidades. As políticas de caráter social precisam ter maior eficiência, não a simples regulamentação, mas ser colocada em prática, algo que a sociedade civil cobra muito das universidades. Qual o real papel destas instituições, apenas expor as demandas que a sociedade já conhece e não propor qualquer solução?

Por mais simples que algumas ocorrências pareçam, demandam um diagnóstico cauteloso. A mobilidade é percebida de diferentes formas entre as pessoas. Foi possível ilustrar através de entrevistas, que Paulo, o único homem no grupo e possui veículo próprio não passa pelos mesmos impasses que as outras meninas. Uma delas usando todo o valor do auxílio para arcar com custas de motoristas de aplicativo, pois sua escolha não se dá somente pela precariedade do serviço de transporte público, mas pela segurança. A

estudante¹⁹ informa isso durante sua entrevista. Vemos o quanto a corporeidade interfere no modo como os espaços são utilizados, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que a qualquer momento se sentem ameaçadas, mesmo no espaço da universidade, e como a falta do veículo próprio tende a limitar os indivíduos na apropriação do espaço, todavia, ter um carro ou uma moto não é algo que não implique no comprometimento da renda destas pessoas.

Sobre a mobilidade urbana, esta tem papel fundamental na vida do cidadão; de estudantes que dependam desse serviço, possibilitando que mesmo em espaços desiguais, o cidadão não seja segregado. Um plano de mobilidade eficiente, onde as tarifas sejam mais acessíveis, e repensada para os universitários, em especial os beneficiários, por comprovarem menor renda, tende a agregar valores, possibilitando um maior aporte cultural ao proporcionar o trânsito em diferentes meios e compor diferentes nichos. Mesmo que não tenhamos um serviço de transporte da universidade que atenda às demandas sociais do discente, seria possível dispor recursos para as idas aos locais de estágio e residência dos estudantes.

Quando analisamos o que o estado proporciona ao jovem, não podemos entender que seja um favor, em uma análise prática, a qualificação do indivíduo serve para atender as necessidades da sociedade capitalista, Romanelli (2014) expõe a ideia de que para a evolução da sociedade, há uma necessidade do real aperfeiçoamento da mão de obra.

Há o entendimento de que a humanização do homem ocorre através de seu trabalho, e que ele não possibilita uma escalada social, mas serve como alicerce para o atendimento de demandas mais básicas que indivíduo possa ter.

Para pensar em uma sociedade através de políticas de cunho social, é preciso compreender o planejamento sobre as diversas esferas que perpassam a vida cotidiana dos universitários, como os beneficiários do auxílio moradia: o próprio acesso à moradia, à segurança alimentar, aos meios de manutenção da vida acadêmica, à saúde, à mobilidade e ao lazer. A vida acadêmica não se resume a simplesmente assistir aulas e ao deslocamento casa x universidade, o indivíduo precisa atender diferentes necessidades que não ultrapassam os limites dos direitos fundamentais de qualquer cidadão. É preciso refletir a

¹⁹ Maria, acadêmica de zootecnia e segunda a participar das entrevistas.

respeito dos agentes inseridos nas instituições de ensino superior e aquilo que pode ser feito por eles. Existem alternativas relativas ao funcionamento do restaurante universitário; a construção de casas para os estudantes; uma reorganização dos auxílios, tanto na sua operacionalização, quanto em sua distribuição de aporte financeiro.

No que diz respeito à operacionalização dos auxílios, o trabalho dos profissionais do serviço social precisa ser reestruturado, de forma que visitas sejam realizadas de forma que, a verdadeira realidade dos candidatos seja registrada, garantindo o acesso dos que realmente dependam dos auxílios. A nível monetário, é possível alteração nos valores ou readequação das modalidades e quantidade de vagas para os auxílios. Tal como uma pesquisa, onde a qualidade precede a quantidade, a oferta de auxílios a uma quantidade menor de estudantes, mas de forma que atenda plenamente as necessidades destes beneficiários, é mais eficiente que uma grande quantidade de pessoas que não são atendidas adequadamente. Há a compreensão que não havendo aumento nos recursos já disponíveis por parte do governo federal, a instituição conseguiria atender seus estudantes e oferecer uma ajuda para garantia do desenvolvimento social de seus estudantes.

Em diversos momentos, o que é possível perceber, é a universidade distante da realidade social do país. Os discursos produzidos tendem a causar grandes agitações, todavia, soluções práticas precisam ser apresentadas, sobretudo com recursos já disponíveis. É preciso que a academia promova mudanças na situação dos que vivem os embargos do espaço desigual. Só será possível superar esta crise mediante a democratização da universidade e da sociedade brasileira. É preciso a implementação de políticas públicas eficientes – para além de um auxílio financeiro insuficiente à reprodução da vida cotidiana – e que sejam voltadas para a redução da desigualdade social, onde seja possível equilibrar a educação que prepara o indivíduo para o mercado de trabalho, mas que forme também para a educação intelectual, sem a acentuação das desigualdades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0CAIQw7AJahcKEwj4t6rbr6X_AhUAAAAAHQAAAAAQAw&url=https%3A%2F%2Fwww.andifes.org.br%2Fwp-content%2Ffiles%2Fflutter%2FBiblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf&psig=AOvVaw2GIVeqCtjwwKg0d9PIQkzZ&ust=1685822449647009>>. Acesso em 03 fev. 2022.

ANDIFES – FONAPRACE. **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**. Disponível em: <[https://www.google.com/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0CAIQw7AJahcKEwiYifHGsaX_AhUAAAAAHQAAAAAQAw&url=https%3A%2F%2Fwww.andifes.org.br%2Fwp-content%2Ffiles%2FValberes_Nascimento_\(Fonaprace\)_-_Pesquisa_do_perfil_socioeconomico_do_estudante_de_graduacao.pdf&psig=AOvVaw0adNvEfa1N-m8ABIEDIolT&ust=1685822826439885](https://www.google.com/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0CAIQw7AJahcKEwiYifHGsaX_AhUAAAAAHQAAAAAQAw&url=https%3A%2F%2Fwww.andifes.org.br%2Fwp-content%2Ffiles%2FValberes_Nascimento_(Fonaprace)_-_Pesquisa_do_perfil_socioeconomico_do_estudante_de_graduacao.pdf&psig=AOvVaw0adNvEfa1N-m8ABIEDIolT&ust=1685822826439885)>. Acesso em 04 fev. 2022.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

Agência municipal de transporte e trânsito. Disponível em: <<https://www.campogrande.ms.gov.br/agetran/transporte-coletivo/>>. Acesso em 12 maio 23.

ASSETUR. Disponível em: <<https://www.consorcioquaicurus.com.br/informacoes/>>. Acesso em 13 maio 2023.

ATTIANESI, Daniel; PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. Um urbano pra lá de rural: as particularidades políticas, históricas e culturais que transformaram Campo Grande de arraial a capital. In: **Cadernos do Lepaarq**, v. XV, n.30., p. 56-68, jul – dez. 2018.

BARROSO, Carmen; MELLO, Guiomar Namó de. **O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro**. Cad. Pesqui. [online]. 1975, n.15, pp.47-77. ISSN 0100-1574.

BLAY, Eva Alterman. Gênero na Universidade. In: II SEMANA DA MULHER NO IPT, 2004, São Paulo. **Comunidade de Prática Mulher, Ciência e Tecnologia**. São Paulo: IPT, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Futuro de classe e causalidade do provável**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.). Escritos de educação. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1996. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 15 ago. 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1996. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acessado em 15 ago. 2020.

BORSATO, Francieli Piva. **A configuração da Assistência Estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul após a implantação do PNAES. 2015**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Londrina, PR. 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. **Lei nº 3026 de 27 de dezembro de 1993. Institui o Passe do Estudante, e dá outras providências**. Disponível em: <<https://cm-campo-grande.jusbrasil.com.br/legislacao/251934/lei-3026-93>>. Acesso em: 11 maio 2023.

CAMPOS, Larissa de Souza. **Vida de estudante: um estudo sobre as microterritorialidades dos estudantes da UFMS em Três Lagoas - MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas – MS, p. 125. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL. CIDADES**, Presidente Prudente. v. 4, n. 6, 2007, p. 45-60

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano. Novos escritos sobre a cidade**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2004. v. 1. 154p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 18, n. 3, p. 472-486, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9.ed., 2 reimpr. – São Paulo: Contexto, 2015. (Repensando a Geografia).

Castro, Márcia da Silva Pereira. **A política pública de assistência social e o estado brasileiro: assistencialismo, universalização ou focalização?**. – Natal, RN: EDUFRN, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

COSTA, Silvio Luiz da; DIAS, Sonia Maria Barbosa. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de Políticas Educacionais**, v.9, n. 17, p. 51-60, e. 18, jan./jun. e ago./dez. 2015

CRIVELARO, Lana Paula; CRIVELARO, Lara Andréa; MIOTO, Luciana Bernardo. **Guia prático de monografias, dissertações e teses: elaboração e apresentação**. 5. ed. Campinas, SP: Alínea, 2011.

CUNHA, Luíz Antônio. **A Universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

DUARTE, Nestor Gomes. **Transferência de renda como solução para a assistência estudantil: bolsas e auxílios financeiros como estratégia de permanência nas universidades públicas brasileiras**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Dezembro, 2018.

DURAT, Kleber Rodrigo. **A CONTRADIÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS PRESENTE NO ENSINO SUPERIOR: CONSIDERAÇÕES SOBRE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**. 2015. 126f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR.

FEBRABAN. Meu bolso em dia. **Inflação 2023: acompanhe o IPCA hoje, mês a mês e o acumulado dos anos**. Disponível em: <<https://meubolsoemdia.com.br/Materias/ipca-2023>>. Acesso em: 30 jan 2023.

FINATTI, Betty Elmer. et al. **Perfil Sócio, Econômico e Cultural dos Estudantes da Universidade Estadual de Londrina – UEL** - Indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. Libertas 2007.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. ANDIFES. Universidade Federal de Uberlândia, PROEX: 2012. Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br/novo/pdfs/fonaprace/Revista%20Fonaprace%2025%20Anos.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

FREIRE, Silene de Moraes. Movimento estudantil no Brasil: Lutas passadas, desafios presentes. Rio de Janeiro. **Rhela**. Vol.11. 2008. Pp. 131 – 146.

GERÔNIMO, Kamila Santana. **A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA AUXÍLIO MORADIA AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL CAMPUS VILHENA: PERSPECTIVA E DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**. 2019.51.f. Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Serviço Social da Faculdade da Amazônia - FAMA, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social. Vilhena.2019.

GÓES, Eda Maria; MELAZZO, Everaldo Santos. **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2016.

Hirata, Helena; Kergoat, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOFFMANN, Rodolfo. **Contribuição à Análise da Distribuição de Renda e Posse da Terra no Brasil**. Tese de livre docência, ESALQ/USP, 1971

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama Campo Grande – MS**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/panorama>>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

INFOMÓVEIS, Sua Referência em Imóveis. **Infoimóveis**. Disponível em: <[https://www.infoimoveis.com.br/busca.php?finalidade=1&tipos\[\]=11&tipos\[\]=2&tipos\[\]=6&tipos\[\]=13&uf=1&cidade=1&gclid=CjwKCAjwo_KXBhAaEiwA2RZ8hAHmhj3a5u488RqFE5_dOH2LsSbaw_mGYuGol0Q-CCL6ED6phST2kxoC8WYQAvD_BwE](https://www.infoimoveis.com.br/busca.php?finalidade=1&tipos[]=11&tipos[]=2&tipos[]=6&tipos[]=13&uf=1&cidade=1&gclid=CjwKCAjwo_KXBhAaEiwA2RZ8hAHmhj3a5u488RqFE5_dOH2LsSbaw_mGYuGol0Q-CCL6ED6phST2kxoC8WYQAvD_BwE)>. Acesso em: 16 de ago.de 2022.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179f. Tese (Doutorado Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, 2012.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973

LEITE, Josimeire de Omena. **As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva**. In: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015, p. 1-544, 2015.

LIRA, Bruno Carneiro. **O passo a passo do trabalho científico**. 2.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, n. 46, p. 201-218, dez 2007.

MACEDO, Myrtes de Aguiar; BRITO, Sebastiana Rodrigues de. **Transferência de renda: nova face da proteção social?** - Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

MACIEL, Carina Elizabeth; LIMA, Elizabeth Gonzaga dos Santos; GIMENEZ, Felipe Vieira. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **RBPAE**, v.32, n. 3, p. 759 – 781, set./dez. 2016.

MACIEL, Carina Elizabeth; GIMENEZ, Felipe Vieira; ASSIS, Jacira Helena do V. Pereira. A bolsa permanência nas políticas de educação superior:

assistência estudantil na UFMS. **Perspectiva**, Florianópolis, v.35, n.3, p. 911-936, jul./set. 2017.

MAIA, Katy. et al. Diferenças salariais e discriminação por gênero e cor no mercado de trabalho da região sul do Brasil. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 25, n. 1, 2018.

MEDEIROS, Marcelo. **Transferência de Renda no Brasil**. Novos Estudos, 79, novembro, 2007.

MOROSINI, Marília Costa. O Ensino Superior no Brasil. In: STHEPANOU, Maria. e BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.) **História e Memórias da Educação no Brasil**. Vol.III. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PEREIRA, Lucinea de Souza. **TRABALHAR E ESTUDAR, EIS A QUESTÃO: Os desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores da Universidade Federal de Ouro Preto**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. MARIANA. 2016.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. (Cadernos MARE da Reforma do Estado). V.1. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PEREIRA FONSECA, Maria de Lourdes. PADRÕES SOCIAIS E USO DO ESPAÇO PÚBLICO. **Caderno CRH**, vol. 18, n. 45, set – dec, 2005, pp. 377-394. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Brasil

PORTELA, André Luiz Santos. **Políticas públicas Urbanas em Cuiabá – Mato Grosso: O papel do Instrumental Técnico de Planejamento para a Identificação de Necessidades Sociais e Adoção de Políticas Públicas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. CUIABÁ. 2014.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Mulheres no ensino superior no Brasil**. In: 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e pós-graduação em Educação - ANPED, 2000, Caxambu. Caderno de resumos. Rio de Janeiro: ANPED, 2000.

RISTOFF, Dilvo. et al. (Orgs.). **A mulher na educação superior brasileira: 1991-2005**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

ROCHA, Sonia. **Transferência de renda: o fim da pobreza**. – Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradias nas cidades brasileiras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991. (Repensando a Geografia).

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **CIDADES**, Presidente Prudente. v. 4, n. 6, 2007, p. 73 - 88

ROMANELLI, Geraldo. Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos - O estudante trabalhador. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. (Org.). **Família e escola. Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SANTOS, Cintya Roberta Oliveira dos. **Os sentidos sobre Universidade Pública para estudantes cotistas egressos da Educação de Jovens e Adultos: o contexto da Faculdade de Formação de Professores / UERJ**. 2018. 150f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. – 7. ed., 3. reimpr. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. – 5. ed., 4. reimpr. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2021.

SILVEIRA, Míriam Moreira. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012.157f. Dissertação. (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas - RS. 2012.

UFMS. **Resolução COUN nº 124, de 31 de agosto de 2021. Regulamenta as Ações da Assistência Estudantil na UFMS**. Disponível em: <<https://proaes.ufms.br/auxilios-de-assistencia-estudantil/>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

UNB. **Programa de Moradia Graduação**. Disponível em: <<https://dds.dac.unb.br/programas/moradia-pos-graduacao/>>. Acesso em: 13 maio 2023.

VASCONCELOS, Natália Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, 2010. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2023.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Desigualdades urbanas, segregação, alteridade e tensões em cidades brasileiras**. – 1. ed. – Jundiaí: Paco, 2018.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; MACIEL, Carina Elizabeth. Acesso e permanência na educação superior – análise da legislação e indicadores educacionais. **Revista Educação em Questão**, Natal, v.51, n.37, p. 224-250, jan./abr.2015.

ANEXO A - Relatório do perfil acadêmico

Relatório do Perfil Acadêmico – 2021A

Variável	% (n)
Respondido	
Sim	76,7 (19387)
Não	23,3 (5901)
Sexo	
Feminino	55,9 (10841)
Masculino	44,1 (8546)
Cor/Etnia	
Branca	25,9 (5025)
Parda	19,2 (3717)
Preta	4,7 (918)
Amarela	1,6 (306)
Indígena	1,5 (287)
Não declarada	1,0 (191)
Sem informação	46,1 (8943)
Idade	

17	2,7 (524)
18	8,5 (1649)
19	11,1 (2144)
20	12,3 (2384)
21	12,3 (2389)
22	9,9 (1923)
23	8,0 (1552)
24	5,6 (1083)
25	4,3 (828)
26	3,3 (635)
27	2,6 (499)
28	2,0 (390)
29	1,8 (351)
30	1,5 (294)
Mais de 30	14,1 (2742)

Estado civil

Solteiro(a)	85,0 (16487)
Casado(a)	9,5 (1837)
União estável	3,0 (589)
Divorciado(a)	1,5 (285)
Separado(a)	0,3 (62)
Outro	0,7 (127)
Quantidade de filhos	
0	85,0 (16472)
1	7,9 (1535)
2	4,8 (925)
3	1,9 (363)
Mais de 3	0,5 (92)
<hr/>	
Variável	% (n)
<hr/>	
PcD	
Sem deficiência declarada	96,8 (18774)
Visual	1,7 (322)
Física	0,5 (100)
Auditiva	0,4 (69)
Intelectual	0,3 (64)

Transtorno do Espectro Autista	0,3 (51)
Deficiência múltipla	0,0 (7)
Situação atual de moradia	
Com os pais	56,3 (10922)
Com cônjuge	13,0 (2527)
Em casa de familiares	8,4 (1637)
Outra	22,2 (4301)
Residência da família	
Própria quitada	49,8 (9652)
Alugada	26,9 (5218)
Própria não quitada	17,4 (3379)
Outra	5,9 (1138)
Meio de transporte para chegar à universidade	
Transporte coletivo	37,7 (7311)
Transporte próprio	27,6 (5358)
A pé	10,8 (2091)
De carona	7,7 (1486)
Transporte locado	7,5 (1446)
De bicicleta	7,4 (1428)

Outro	1,4 (267)
Variável	% (n)
Mudou de cidade para cursar a UFMS	
Não	74,5 (14451)
Sim	25,5 (4936)
Qual estado	(n=4936)
Mato Grosso do Sul	37,0 (1827)
São Paulo	33,2 (1641)
Mato Grosso	5,4 (267)
Minas Gerais	4,2 (205)
Goiás	3,8 (189)
Paraná	2,4 (118)
Rio de Janeiro	2,6 (128)
Pará	1,1 (56)
Bahia	1,0 (50)
Rondônia	1,0 (48)
Distrito Federal	0,9 (44)
Rio Grande do Sul	0,7 (37)

Pernambuco	0,6 (30)
Maranhão	0,5 (23)
Santa Catarina	0,4 (19)
Ceará	0,4 (18)
Amazonas	0,3 (16)
Tocantins	0,3 (15)
Piauí	0,3 (13)
Espírito Santo	0,2 (11)
Acre	0,2 (9)
Roraima	0,2 (8)
Alagoas	0,1 (7)
Rio Grande do Norte	0,1 (7)
Sergipe	0,1 (7)
Amapá	0,1 (6)
Paraíba	0,1 (3)
Outro	0,3 (14)
Sem informação	2,4 (120)
Trabalha	
Não	59,5 (11538)
Sim, em tempo integral	18,1 (3502)

Sim, em tempo parcial	9,0 (1737)
Sim, com remuneração	8,2 (1597)
Sim, como voluntário	1,3 (250)
Outro	3,9 (763)
Recebe apoio financeiro da família ou amigos	
Não	55,6 (10786)
Sim	44,4 (8601)
Tem o Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal	
Não	79,0 (15307)
Sim	21,0 (4080)

Variável	% (n)
Onde concluiu o Ensino Médio ou equivalente	
Mato Grosso do Sul	73,5 (14246)
São Paulo	13,4 (2592)

Mato Grosso	1,8 (342)
Minas Gerais	1,4 (262)
Goiás	1,2 (238)
Rio de Janeiro	1,3 (248)
Paraná	1,0 (188)
Pará	0,4 (78)
Bahia	0,3 (65)
Rondônia	0,3 (64)
No Exterior	0,3 (58)
Rio Grande do Sul	0,3 (56)
Distrito Federal	0,3 (50)
Ceará	0,2 (48)
Pernambuco	0,2 (42)
Maranhão	0,2 (39)
Amazonas	0,2 (35)

Espírito Santo	0,1 (24)
Santa Catarina	0,1 (24)
Tocantins	0,1 (24)
Rio Grande do Norte	0,1 (19)
Piauí	0,1 (17)
Alagoas	0,1 (14)
Paraíba	0,1 (11)
Acre	0,0 (9)
Sergipe	0,0 (9)
Amapá	0,0 (8)
Roraima	0,0 (8)
Sem informação	2,9 (569)

Tipo de escola onde cursou o Ensino Médio ou equivalente

Somente em escola pública	64,1 (12425)
Somente em escola particular	23,7 (4596)

Maior parte em escola particular	4,1 (786)
Maior parte em escola pública	3,9 (754)
Em educação de jovens e adultos (EJA)	1,3 (257)
Sem informação	2,9 (569)

Variável	% (n)
-----------------	--------------

Motivos pelo qual optou estudar na UFMS

Por ser universidade pública, com ensino gratuito, de qualidade e inclusivo	88,6 (17177)
Pela qualidade do curso oferecido	48,3 (9356)
Obtenção de um diploma de nível superior	42,5 (8242)
Por ser de Mato Grosso do Sul e ficar próximo da família	41,2 (7994)
Pela Formação profissional voltada ao mercado de trabalho	29,2 (5662)
Pela possibilidade de continuar estudos de pós-graduação	25,2 (4889)

Pela Cultura geral para melhor compreensão do mundo	16,4 (3173)
Sem informação	3,0 (583)
Motivos pelo qual escolheu o curso	
Você gosta e será uma realização pessoal	71,0 (13757)
Demanda no mercado de trabalho e possibilidade de renda no futuro	49,7 (9634)
Influência do familiar ou de amigos	14,6 (2826)
Baixa concorrência	5,8 (1123)
Sem informação	3,0 (583)
Interesses em quais áreas, durante sua vida universitária na UFMS, para promover a formação integral e cidadã	
Línguas Estrangeiras	43,9 (8502)
Esportes e lazer – Atléticas	38,4 (7442)

Empreendedorismo – Empresas Juniores	31,5 (6099)
Atividades de arte e cultura	30,2 (5850)
Extensão Tecnológica	30,7 (5946)
Pesquisa e Inovação	29,3 (5673)
Pesquisa e Inovação	28,5 (5523)
Voluntariado	28,4 (5512)
Outros coletivos	8,0 (1548)
Coletivos religiosos	5,8 (1120)
Outros	1,0 (202)
Variável	% (n)
Possui cartão do SUS	
Sim	78,9 (15303)
Não	18,0 (3482)

Sem informação	3,1 (602)
Possui acesso à internet	
Sim, banda larga	73,2 (14192)
Sim, rede móvel	21,2 (4105)
Não possui acesso à internet	2,6 (503)
Sem informação	3,0 (587)
Equipamentos eletrônicos para acessar os sites, sistemas e ferramentas para realizar suas atividades acadêmicas na UFMS	
Notebook	52,8 (10237)
Celular/Smartphone	28,3 (5493)
Computador de mesa	14,0 (2716)
Tablet	0,4 (73)
Chromebook	0,4 (69)
Netbook	0,1 (11)
Não possui nenhum dos dispositivos relacionados	1,0 (201)
Sem informação	3,0 (587)

Algumas sugestões de alteração no questionário:

- Renda – Valores discrepantes (0 e valores muito altos). Colocar em faixas?
- Colocar uma pergunta sobre quilombolas?
- Ano do nascimento dos filhos – permite mais números e assim, são colocados em formatos diferentes (dia, mês ano, etc), o que inviabiliza a análise

- Trabalha – Sim, com remuneração coincide com os outros “sim” e tirar o “outro” Não, Sim, integral com remuneração, parcial com remuneração, sim, sem remuneração
- Motivos UFMS e curso e interesses – tabulação vem em conjunto (separar as opções de respostas)
- Acrescentar interesse em atividades de representação acadêmica (DCE, CAs, etc)

ANEXO B - Questionários para estudantes beneficiários do auxílio moradia na Cidade Universitária – UFMS

Informações básicas

Este questionário tem por objetivo acompanhar a situação dos estudantes atendidos pelos auxílio moradia na Cidade Universitária – UFMS.

Este questionário é parte integrante da dissertação “Políticas de transferência de renda e sua relação com a reprodução do espaço/território em Campo Grande - MS: o caso da assistência estudantil na UFMS.”

Este questionário não tem influência sobre a manutenção dos auxílios.

Leia atentamente as questões e responda TODAS de acordo com a sua realidade.

*Obrigatório

Informações básicas

1. E-mail *

2. RGA *

3. Gênero *

() Homem Cisgênero

() Mulher Cisgênero

() Homem transexual/transgênero

() Mulher transexual/transgênero

() Não-binário

() Outro

() Prefiro não responder

1. Caso tenha mudado de cidade para estudar na UFMS, você voltou para sua cidade de origem durante a pandemia? (não se preocupe, sua resposta não acarretará a perda do auxílio)

() Sim

() Não

5. Em qual bairro reside em Campo Grande - MS?

6. Residia em qual município antes de começar a graduação?

Permanência e Assistência Estudantil

7. Qual(is) auxílio(s) você recebe? *

Auxílio Alimentação

Emergencial

Auxílio Permanência

Auxílio Creche

Auxílio Moradia

8. Você recebe outras bolsas além de Assistência Estudantil? *

Sim

Não

9. Caso tenha respondido "sim" na questão anterior, qual(is)?*

Extensão

PIBID

PIBIC

Monitoria

PROMISAES

PET

PVU

Cultura

Esporte

Pró-Estágio

Outro:

Importância da Assistência Estudantil e Informações sociodemográficas

10. Se você não fosse beneficiário da Assistência Estudantil, teria condições de permanecer no curso?*

- Sim
- Não

11. Para você, qual a importância do apoio financeiro da assistência estudantil ou outras bolsas para a composição de renda? *

- Minha única fonte de renda
- Complementa a renda e posso me dedicar exclusivamente aos estudos sem precisar trabalhar
- Complementa a renda mas ainda assim, preciso trabalhar para arcar com minhas despesas

12. Faixa de renda per capita familiar:*

- Até meio salário-mínimo
- Entre meio a 1 salário-mínimo
- Entre 1 e 1,5 salário-mínimo

13. Caso tenha necessidade de trabalhar para complementar a renda, a sua principal fonte advém de:*

- Trabalho formal
- Trabalho informal
- Outro:

14. Valor aproximado das principais despesas: (informe a modalidade de despesa e valor aproximado. Ex.: Alimentação - R\$150,00; Aluguel - R\$500,00)*

ANEXO C – Entrevista semiestruturada

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1 Como costuma ser a sua rotina diária?
- 2 Qual o seu principal meio de locomoção?
- 3 O que você acha sobre a locomoção na cidade?
- 4 Frequenta a UFMS em outros horários, além do período de aulas?
- 5 Costuma ter atividades relacionadas ao meio universitário?
- 6 Com o recebimento de auxílios ou bolsas, você acredita que são suficientes para se manter na universidade?
- 7 Se precisa trabalhar para complementar a renda com trabalho, qual o horário de trabalho e atividade desempenhada?
- 8 O que acha da cidade?
- 9 Quais as maiores dificuldades enfrentadas na cidade?
- 10 Que tipo de atividades costuma fazer nas horas vagas/ finais de semana e onde elas ocorrem?
- 11 O que pensa sobre as opções de lazer disponíveis na cidade?